

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: março de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico

Jornal Folha de São Paulo

Jornal O Globo

Jornal Estado de São Paulo

Sítio eletrônico do MDS

Sítio eletrônico do MDA

Sítio Eletrônico do MMA

Sítio eletrônico do INCRA

Sítio eletrônico da CONAB

Sítio eletrônico do MAPA

Sítio eletrônico da Agência Carta Maior

Sítio Eletrônico da Fetraf

Sítio Eletrônico da MST

Sítio Eletrônico da Contag

Sítio Eletrônico da Abag

Sítio Eletrônico da CNA

Sítio Eletrônico da CPT

Revista Globo Rural

Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

DOZE PROJETOS CONTRA A ESCRAVIDÃO SEGUEM EM MARCHA LENTA NO CONGRESSO NACIONAL – Sítio eletrônico da CPT – março de 2009.....	6
MST, partidos e dinheiro público – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 01/03/2009	8
MST desafia Supremo e invade fazenda de Dantas – O Globo – O País – 01/03/2009....	9
MST invade outra fazenda de Dantas no sul do Pará – Cíntia Acayaba e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 02/03/2009	10
MST invade outra fazenda de Dantas no Pará – O Globo – O País – 02/03/2009	11
A criminalização dos movimentos - Cláudio Gonçalves Couto – Valor econômico - 02/03/2009	13
Argumento do MST é "inaceitável", diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009	14
Repasses para aliado de Rainha são investigados – Cristiano Machado e Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009	16
TCU vai apurar destinação de verbas ao MST – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009	17
Terra de Dantas não é prioridade, diz governo do Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009	18
Lula ataca MST por mortes; Tarso diz que foi só 'arrojo' – O Globo – Capa – 03/03/2009	19
'Desculpa da legítima defesa é inaceitável' – O Globo – O País – 03/03/2009	19
Má interpretação – O Globo – Opinião – Editorial – 03/03/2009	22
MP 458 é prêmio ao crime de apropriação ilegal da Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2009.....	23
Presidente ataca MST e sai em defesa de Mendes - Raquel Landim – Valor Econômico – Política - 03/03/2009	25
Procurador confronta Mendes sobre MST – Folha de São Paulo – Brasil – 04/003/2009	26
Ouvidoria fará vistorias em fazendas e assentamentos – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2009	29
MST e a segurança – O Globo – Opinião – Editorial – 04/03/2009	29
Famílias deixam pacificamente Fazenda Jabuticaba (PE) – Sítio Eletrônico do MDA 04/03/2009	30
Governo quer aprovar confisco para punir trabalho escravo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/03/2009.....	31

Mendes orienta tribunais a priorizar questão fundiária – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2009	32
MST deixa área onde houve 4 mortes em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2009	34
PEC que condena trabalho escravo espera aprovação no Congresso – Sítio Eletrônico do MST – 05/03/2009.....	34
Entidades preparam encontro em defesa da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 05/03/2009.....	35
Incra diz que STF flexibilizou lei anti-invasão – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2009	36
TCU comprova repasses de entidades ao MST – Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2009	38
Ministro diz que não existem irregularidades – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2009.....	39
Mendes representa a elite brasileira, diz CPT – Sítio Eletrônico do MST – 06/03/2009.....	39
Entidade denuncia campanha da mídia contra Sem Terra – Sítio Eletrônico do MST 06/03/2009.....	41
FHC diz que governo não tem posição clara sobre sem-terra – Lilian Christofoletti – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2009	43
CNA quer mostrar ligação de MST com ONGs – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2009	45
Camponesas se reúnem com Diretor Geral da FAO – Sítio Eletrônico do MST – 09/03/2009.....	46
Sem-terra invadem ministério e usinas – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2009.....	47
Empresas dizem que ações são contrárias à lei – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2009.....	49
Justiça bloqueia bens de entidade ligada ao MST – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2009.....	50
Ministro participa da abertura do 10º Congresso da Contag – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2009	51
MST e dinheiro público – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2009.....	52
O Jornal do Commercio e a defesa do latifúndio – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2009.....	53
Via Campesina ocupa Ministério da Agricultura – Mauro Zanatta – Valor econômico – Política – 10/03/2009.....	55
O presidente Lula foi o grande ausente na solenidade de abertura do 10º Congresso da Contag. – Sítio Eletrônico da Contag – 11/03/2009.....	56
11/03/2009..... Erro! Indicador não definido.	
Aparelho agrário – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 11/03/2009	56
Mulheres sem terra fazem ato no STF; polícia prende 7 no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2009	57

Via Campesina reúne agricultores em todo o mundo – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2009	58
Ruralistas pedem intervenção da Justiça no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2009	59
TCU determina bloqueio de bens de líder sem terra – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2009	59
Grupos sem terra invadem banco no RS e engenho em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2009	60
Justiça Federal do Pará condena 27 escravagistas – Sítio eletrônico do MST – 12/03/2009	60
Nova ofensiva contra o MST - Plínio de Arruda Sampaio – Folha de São Paulo – Opinião – 16/03/2009	64
Ocupar terra de Dantas é "dever do povo brasileiro", afirma Protógenes em ato – Laura Capriglione – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009	66
PF investiga aliança entre madeireiros e sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009	67
Demissões deixam Raposa em clima de "fim de festa" – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil - 16/03/2009	69
Índios preparam protestos para o julgamento – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009	71
Demarcação de terras – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 16/03/2009	72
Aprovada desfiliação da Contag à CUT – Sítio eletrônico da Contag – 17/09/2009	74
Ao dificultar o avanço do agronegócio, MST sofre nova criminalização – sítio Eletrônico do MST – 17/03/2009	74
Medida Provisória 458 poderá regularizar terras griladas – Sítio Eletrônico do MST – 17/03/2009	77
A realidade desumana das mulheres canavieiras em Pernambuco – Sítio eletrônico do MST – 18/03/2009	78
13 trabalhadores são resgatados de fazenda no Maranhão – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2009	82
Demarcação é "muito séria" para a Funai, diz Mendes – Felipe Seligman e Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 19/03/2009	82
Ruralistas aprovam medidas contra MST em reunião vazia – Sítio Eletrônico do MST – 19/03/2009	84
Governador Roberto Requião elogia MST – Sítio Eletrônico do MST – 19/03/2009	84
Os sem terra e a "gota d`água" – Sítio eletrônico do MST – 19/03/2009	85
SEM-TERRA INVADEM SEDE DO INCRA EM BRASÍLIA – Folha de São Paulo – Brasil – 20/03/2009	86
STF: fazendeiros terão de deixar a Raposa – Carolina Brígido – O Globo – O País – 20/03/2009	87
STF confirma homologação da reserva Raposa Serra do Sol – Sítio Eletrônico do MST – 20/03/2009	87

Assentamentos do Incra lideram desmatamento – O Globo – Capa – 23/03/2009	89
Incra tem culpa maior em desmatamentos – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 23/03/2009	89
Instituto volta a desqualificar estudo – O Globo – O País – 23/03/2009	90
Abra lança manifesto contra MP 458 – Sítio Eletrônico do MST – 23/03/2009	91
Prorrogação das dívidas termina na próxima terça – Sítio Eletrônico da Contag – 24/03/2009	93
O faroeste amazônico – Sítio Eletrônico do MST – 24/03/2009	94
Arrozeiros terão de deixar Raposa até 30 de abril – Carolina Brígido – O Globo – O País – 26/03/2009	99
Menos burocracia e custo ambiental – Gustavo Paul – O Globo – Economia – 26/03/2009	100
Arrozeiros têm prazo até 30 de abril para deixar reserva – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2009	100
Cassel e presidente do STF discutem agilização de processos fundiários – Sítio eletrônico do MDA – 26/03/2009	102
Arrozeiros devem deixar reserva até o fim de abril – Valor Econômico – Brasil – 26/03/2009	102
Preço da terra volta a subir no país – Valor Econômico – Agronegócios – 26/03/2009	103
Preço da terra volta a subir no país Valor econômico – Agronegócios – 26/03/2009	104
MST fecha Ponte da Amizade por 'justiça energética e reforma agrária' – O Globo – O País – 27/03/2009	104
MST multiplica entidades para não perder repasses – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2009	105
Ministro diz que bloquear verba seria autoritarismo – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2009	107
Até quando a desrazão agrária? – Zander Navarro – Folha de São Paulo – Opinião – 30/03/2009	108
Polícia prende 12 do MST por porte ilegal de armas – Folha de São Paulo – Brasil – 31/03/2009	110

DOZE PROJETOS CONTRA A ESCRAVIDÃO SEGUEM EM MARCHA LENTA NO CONGRESSO NACIONAL – Iberê Thenório e Beatriz Camargo - Sítio eletrônico da CPT – março de 2009

Emperrados por sobrecargas em comissões, pedidos de vista, falta de interesse e ação da bancada ruralista, emendas e projetos de lei contra o trabalho escravo correm o risco de morrer nas gavetas de parlamentares.

SÃO PAULO - Se todos os projetos do poder legislativo federal para combater o trabalho escravo fossem aprovados hoje, os proprietários de fazendas escravagistas teriam suas terras expropriadas sem indenização, perderiam créditos em instituições públicas e privadas, pagariam pesadas multas e responderiam por crime contra o sistema econômico e crime hediondo, estando sujeitos a até dez anos de prisão, sem direito à pena alternativa.

Há pelo menos 12 projetos de lei e de emendas à Constituição que tramitam no Congresso Nacional para tentar coibir o trabalho escravo no Brasil, alguns deles propostos há mais de dez anos. As soluções sugeridas pelos parlamentares seguem por quatro caminhos: confisco de terras, multas, penas mais severas para o crime e restrição a créditos financeiros e incentivos estatais.

Até agora, a proposta de emenda constitucional (PEC) nº 438 é a que conseguiu chegar mais perto da aprovação. Considerada pelos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil como um dos projetos mais importantes, a chamada "PEC do trabalho escravo" dá nova redação à lei que trata do confisco de propriedades em que forem encontradas lavouras de plantas psicotrópicas ilegais, como a maconha. A PEC acrescenta a exploração de mão-de-obra análoga à escravidão nos requisitos para expropriação.

No Senado Federal, ela foi aprovada após dois anos de tramitação. Já na Câmara, apesar de ter sido apresentada pela primeira vez em 1995, empacou após sua aprovação em primeiro turno. Isso se deve à falta de vontade política e, principalmente, à pressão da bancada ruralista. Deputados como Ronaldo Caiado (PFL-GO) e Kátia Abreu (PFL-TO) atuam fortemente contra a sua aprovação.

Vale lembrar que a PEC só conseguiu sair da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), onde estava parada, devido à visibilidade que o tema ganhou após o assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego, em Unaí (MG), durante uma emboscada tramada por fazendeiros locais em janeiro de 2004. A comoção popular ainda empurrou a proposta plenário adentro, garantindo a aprovação em primeiro turno. Hoje, passados dois anos da chacina, nem a PEC está aprovada, nem os mandantes do crime presos.

"Se a sociedade não pressionar, acho muito difícil que a bancada ruralista permita que esse tema volte à pauta", reclama o deputado Tarcísio Zimmerman (PT-RS), relator da PEC na Câmara.

Outro projeto importante é o que altera o artigo nº 149 do Código Penal, que tipifica o crime de trabalho escravo e dispõe sobre suas penas. Proposto no Senado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) há três anos, o projeto de lei define com mais precisão o que é

trabalho escravo e inclui também, como punição, o confisco de equipamentos utilizados nas fazendas e bens produzidos por trabalhadores vítimas do crime. Prevê também o aumento da pena, que passaria de um mínimo de dois e um máximo de oito anos para um mínimo de cinco e um máximo de dez anos de prisão. O maior tempo de pena mínima contribuirá para impedir que os condenados consigam converter a cadeia em pena alternativa - que só pode ser concedida quando o réu tem de cumprir até quatro anos de reclusão.

A alteração já foi aprovada no Senado e hoje está nas mãos do deputado Vicentinho (PT-SP), na Comissão de Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público. "Ele está tentando aprovar o projeto faz tempo, mas pedem vistas, relatórios, emendas, projetos apensados. Há um lobby muito grande para segurá-lo", explica Paulo César, chefe de gabinete do deputado.

Dos doze projetos, sete estão parados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara ou do Senado, por onde passam quase todos os projetos de lei. Devido à sobrecarga da comissão, as propostas dependem de vontade política para serem aprovadas e continuarem tramitando. Para se ter uma idéia de quanto tempo uma proposição pode aguardar para ser analisada, está nessa comissão desde 1997 um projeto de lei que tipifica o trabalho escravo também como infração contra a ordem econômica. De acordo com um funcionário da comissão no Senado, o ano eleitoral e a grande quantidade de CPIs atrasam o trabalho. O sub-chefe de gabinete do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), João Rios, corrobora a avaliação de Zimmerman: "Se não houver clamor popular é muito difícil esses projetos saírem do papel". O senador é autor de um segundo projeto de confisco de terras onde houver trabalho escravo, que também aguarda aprovação da CCJC.

PUNIÇÕES ECONÔMICAS

Para o subprocurador-geral do Ministério Público do Trabalho e Coordenador Nacional da Conaete (Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo), Luís Antônio Camargo de Melo, o confisco de terras e uma melhor tipificação do crime melhorariam o trabalho de combate à escravidão. "Uma punição eficaz será aquela que irá atingir o criminoso onde ele é mais sensível: na garantia da propriedade e no pagamento de indenizações", sustenta Camargo.

Uma outra solução encontrada para punir o trabalho escravo é impedir o financiamento estatal ou a participação em licitações de empresas que utilizaram esse tipo de mão-de-obra. Há pelo menos quatro projetos, todos eles emperrados em comissões, que seguem por esse caminho.

Essas leis vêm para fortalecer medidas já tomadas pelo próprio Poder Executivo, como a criação, por meio de uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, do cadastro de empregadores que comprovadamente flagrados cometendo esse crime. Essa relação, atualizada semestralmente, ficou conhecida como a "lista suja" do trabalho escravo e tornou-se referência internacional.

Quem é inserido nela, fica impossibilitado de receber crédito em agências públicas de financiamento como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e em alguns bancos privados nacionais e

internacionais, como o Bradesco, o Santander e o ABN Amro Real. Empresas varejistas e atacadistas, indústrias e tradings signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo também utilizam o cadastro para escolher seus fornecedores.

Contudo, como ainda não há lei que regulamente a lista, criminosos encontram brechas na legislação e conseguem tirar seus nomes da relação. Hoje, há 28 fazendas que conseguiram suspender temporariamente sua inclusão no cadastro através de ações nas Justiças Federal e do Trabalho

MST, partidos e dinheiro público – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 01/03/2009

SÃO PAULO - Abstraída a fulanização, não dá para discordar de Gilmar Mendes, o presidente do STF, quando diz que é uma ilegalidade dar dinheiro público para quem pratica ilegalidades. Até aí, é fácil.

Introduza-se na equação a sigla MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a coisa se complica. Para começar, pinçar o MST entre os que supostamente praticam ilícitudes e recebem dinheiro público soa a viés ideológico, incabível em funcionários do Poder Judiciário.

Para ficar só em dois exemplos: importantes líderes do PT enfrentam processo no próprio STF (por formação de quadrilha). O PT, como os demais partidos, recebe dinheiro público. O governador afastado da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), perdeu o cargo por compra de votos. O PSDB recebe dinheiro público. Devem PT e PSDB responder pela ilegalidade de alguns de seus integrantes? Ah, nem o caso do PT nem o de Cunha Lima percorreram todas as instâncias? É verdade. Mas onde está então a sentença que condena o MST por ilegalidades?

A defesa que o governo fez de sua ação após a crítica de Mendes é, por sua vez, inepta. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, preferiu fingir que as entidades de que se vale o MST para receber dinheiro não são braços do movimento, o que é negar o escandalosamente óbvio.

Cassel parece, implicitamente, também criminalizar o MST, ao dizer que o dinheiro público não chega a ele. Permite deduzir que, se chegasse, haveria um ilícito. O problema não é se o dinheiro chega ou não ao MST, mas se é ou não bem empregado.

Por fim, uma dúvida: matar alguém, como em Pernambuco, é crime, claro. Mas invadir

terras é também crime ou é a única maneira que um movimento social voltado para a reforma agrária tem para chamar a atenção para a sua agenda?

MST protesta contra STF com invasão – O Globo – Capa – 01/03/2009

O MST ocupou uma fazenda no Pará, do banqueiro Daniel Dantas, e disse que a invasão é um protesto contra o presidente do STF, Gilmar Mendes, que afirmou ser ilegal repassar verbas ao movimento.

MST desafia Supremo e invade fazenda de Dantas – Catarina Alancastro e Flávio Freire - O Globo – O País – 01/03/2009

Ocupação é uma resposta a Gilmar Mendes, afirma sem-terra; gerente diz que invasores chegaram atirando

BRASÍLIA E SÃO PAULO. Um grupo de 280 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu na madrugada de ontem a Fazenda Espírito Santo, no município de Xinguara, no Pará.

O MST disse que a invasão foi um protesto às declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, para quem o repasse de verbas públicas ao movimento é ilegal.

— Essa é uma ação em protesto às manifestações públicas de Gilmar Mendes “Dantas” — disse ontem o coordenador da ocupação, Charles Trocate, incluindo no fim do nome do ministro o do banqueiro Daniel Dantas, acionista da Agropecuária, à qual pertence a fazenda invadida, e que, no ano passado, durante a Operação Satiagraha, foi beneficiado por dois habeas corpus concedidos por Mendes.

Anteontem, o Fórum Nacional da Reforma Agrária, que reúne do MST às pastorais da Igreja Católica, acusara Mendes de dar declarações “carregadas de preconceito e rancor de classe”.

A propriedade é a fazenda da Agropecuária Santa Bárbara a ser invadida em menos de um ano. A empresa, que tem meio milhão de hectares de terra, cria 500 mil cabeças de gado e emprega cerca de dois mil funcionários.

Gerente da fazenda diz que foi ameaçado pelo rádio Segundo o gerente da fazenda, Oscar Boller, ele e outras 20 pessoas estavam, até o fim da tarde de ontem, na sede da propriedade impedidos de sair.

Ele disse que os invasores se apossaram da casa que guarda a entrada da fazenda, expulsando cinco funcionários, e prepararam um acampamento no entorno na guarita, às

margens da rodovia PA-150. Pelo menos dez cabeças de gado teriam sido mortas a tiros pelos invasores, contou o gerente.

Os sem-terra estariam armados e chegaram ao local por volta das 4h de sábado em dois ônibus, uma van e motos.

— Chegaram atirando, soltaram rojão e invadiram a casa que fica na entrada da fazenda. Pelo rádio, fizeram a ameaça.

Falaram para eu fazer a mudança desse pessoal em dez minutos, se não eles iam atirar — disse Oscar, por telefone.

Já o MST informou que não houve violência na ocupação e que os funcionários da fazenda têm livre acesso para entrar ou sair da propriedade.

— Não quebramos, não estamos mantendo ninguém refém, não fizemos saques, coisas que sempre querem impingir aos sem-terra — disse Trocate.

Invasores ainda não tomaram sede da fazenda Oscar informou que os invasores só não tomaram ainda a sede da propriedade porque foram intimidados por seis seguranças armados.

— Não demos nenhum tiro.

Mas vai chegar uma hora que a gente vai ter que se proteger, ou vamos morrer aqui — disse ele, afirmando que os funcionários se sentem desprotegidos por parte da polícia estadual.

A primeira fazenda da Agropecuária Santa Bárbara a ser invadida foi a Maria Bonita, em Eldorado dos Carajás (PA). Segundo a assessoria da empresa, a fazenda, que foi ocupada em julho do ano passado, continua invadida até hoje.

Procurado ontem durante todo o dia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não se manifestou.

MST invade outra fazenda de Dantas no sul do Pará – Cíntia Acayaba e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 02/03/2009

Agropecuária Santa Bárbara afirma que 11 propriedades foram invadidas neste ano

Sem-terra diz que objetivo das invasões no Estado é chamar a atenção para os latifúndios; polícia tenta solução pacífica para o caso

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem mais uma fazenda da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A. -um dos braços do grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas-, em Marabá, no sul do Pará. A empresa afirma que essa é a 11ª fazenda do grupo invadida no Pará neste ano. Desde julho de 2008, é a 13ª propriedade. A polícia diz que ao menos seis fazendas do grupo foram invadidas na região.

As fazendas de gado alvos de grupos sem terra estão localizadas, principalmente, na cidade de Eldorado do Carajás -oito, no total. O restante está nos municípios de Marabá (três), Sapucaia (uma) e Santana do Araguaia (uma).

Segundo a Agropecuária Santa Bárbara, por volta das 5h, cerca de 150 pessoas invadiram a fazenda Cedro, que já estava ocupada em outro ponto pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

O delegado Alberone Lobato, da Delegacia de Conflitos Agrários, diz que a invasão foi sem confrontos. Ele deve ir ao local hoje. Um inquérito já foi aberto para apurar a invasão. A fazenda Cedro tem 7.000 hectares e 8.000 vacas reprodutoras.

É a segunda invasão em dois dias. Anteontem, cerca de 200 integrantes do MST invadiram a fazenda Espírito Santo, em Eldorado do Carajás. Segundo a Santa Bárbara, até ontem sem-terra controlavam a entrada e a saída da propriedade.

O coordenador estadual do MST no Pará, Charles Trocate, afirmou anteontem que a invasão foi para chamar a atenção para os latifúndios no Estado.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Pará, a prioridade é negociar a saída dos invasores e não usar a força para expulsá-los das fazendas, pois cumprir um mandado de reintegração de posse é caro e demanda o envio de um contingente extra de policiais à área.

Ontem, a Folha tentou, sem êxito, falar com o MST e confirmar as invasões nas outras fazendas do grupo de Dantas.

Pontal

Anteontem à noite, um grupo de cerca de 70 pessoas invadiu uma fazenda em Paraguaçu Paulista (466 km de SP), segundo a Polícia Militar no município. Eles deixaram a área na manhã de ontem. A reportagem não localizou lideranças dos sem-terra na região.

MST invade outra fazenda de Dantas no Pará – Catarina Alancastro - O Globo – O País – 02/03/2009

Um dia após ocupação da Espírito Santo, a Fazenda Cedro foi invadida; no Pontal, também houve invasão

BRASÍLIA. Um dia após ocupar a Fazenda Espírito Santo, em Xinguara, no Pará, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu ontem mais uma

propriedade que tem o banqueiro Daniel Dantas como um de seus acionistas: a Fazenda Cedro, em Marabá, também no Pará. A informação foi dada pelo delegado Alberoni Afonso Miranda Lobato, titular da Delegacia Especial de Conflitos Agrários de Marabá (Deca). Segundo ele, a Cedro já estava ocupada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), que ontem recebeu a adesão de cem pessoas do MST.

Anteontem, o coordenador da invasão na Espírito Santo, Charles Trocate, disse que a ocupação era uma resposta ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que dissera ser ilegal o repasse de recursos públicos para o movimento. Ontem, Gilmar não quis comentar o assunto.

Os coordenadores do MST também não foram localizados.

Agropecuária diz que há ameaça de nova invasão Segundo a Agropecuária Santa Bárbara — que administra as fazendas de Dantas — os sem-terra ameaçam invadir a Porto Rico, também no Pará. A ocupação estaria planejada para hoje, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tratará do tema reforma agrária em seu programa semanal de rádio “Café com o presidente”.

A Agropecuária Santa Bárbara, que tem 500 mil hectares de terras no Pará, pediu a reintegração de posse da Fazenda Cedro à Deca, ligada à Secretaria estadual de Segurança.

O delegado Lobato foi à Fazenda Espírito Santo durante o fim de semana e disse não ter encontrado armas com os invasores.

No local, além do MST, há famílias da Fetraf e de um outro grupo de sem-terra que estaria armado numa mata dentro da propriedade. Lobato afirmou que o órgão tenta descobrir o local onde estão esses invasores e a que grupo pertencem.

— Além do MST, a dois quilômetros da guarita da Fazenda Espírito Santo há umas 150 pessoas da Fetraf, que há 20 dias já tinham ocupado a parte de trás da propriedade. A gente ainda não sabe qual é o grupo que está dentro de uma mata na reserva legal, mas sabemos que tem mais ou menos umas 20 pessoas armadas por lá — disse o delegado.

Ele confirmou a informação do gerente da Espírito Santo, Oscar Boller, de que o grupo matou animais da fazenda, especializada em criar gado para corte. Um inquérito policial foi instaurado para apurar se houve práticas criminosas por parte dos invasores.

Situação na fazenda é tranquila, diz investigador No sábado, o gerente da Espírito Santo acusou a governadora Ana Júlia Carepa (PT) de incentivar as invasões. Ela não foi encontrada para comentar.

A Delegacia de Conflitos Agrários, no entanto, disse que cumpre seu papel, verificando imediatamente as denúncias sobre invasões.

— Se encontramos armas, apreendemos — disse o investigador Nazareno Rodrigues.

Ele foi ao local e disse que a situação era tranquila. Segundo Rodrigues, os funcionários da fazenda trabalhavam normalmente, sem serem impedidos de deixar o local.

Em São Paulo, dissidentes MST invadiram ontem a Fazenda do Balneário, em Paraguaçu Paulista, no Pontal do Paranapanema.

Foi a 24ª área invadida na região desde o dia 20, durante o chamado “Carnaval vermelho”. A propriedade pertence a um grupo imobiliário. À tarde, a Polícia Militar

chegou a anunciar a desocupação da fazenda, mas os sem-terra driblaram o bloqueio e se estabeleceram nos fundos da propriedade

A criminalização dos movimentos - Cláudio Gonçalves Couto – Valor econômico - 02/03/2009

Lideranças sem-terra ligadas ao dissidente do MST, José Rainha, aproveitaram o feriado de Carnaval para promover o tipo de folia que lhe é peculiar: a ocupação de terras. Num país historicamente marcado pela grande concentração fundiária e que teve na realização de uma ampla reforma agrária um bonde perdido de seu processo de modernização, as ocupações de áreas agricultáveis - porém ociosas - ganharam certa legitimidade social. Afinal de contas, se por um lado a propriedade é um direito individual que precisa ser assegurado pelo Estado, ela não se sobrepõe ao direito à vida, que supõe a obtenção de alimentos. Por isto, assim como o furto famélico de alimentos num supermercado tende a contar com certa condescendência dos juízes (embora haja magistrados que mandem para o cárcere ladras de pote de margarina), a violação do direito à propriedade da terra por gente que precisa dela para plantar conta também com certa condescendência social - inclusive de alguns magistrados.

O julgamento que leva juízes a não condenar invasores de terra e nem ter muita pressa em ordenar sua desocupação pode se basear no entendimento de que diante das condições sociais circundantes o respeito à letra fria da lei faz pouco sentido. Isto é válido nos casos de uma legislação que perdeu sentido com o passar do tempo, deixando sistematicamente de ser aplicada pelos juízes e, assim, perdendo efeito por dessuetude. A perda de vigência de uma norma jurídica por desuso é reconhecida como válida até mesmo pelo pai do positivismo jurídico moderno, Hans Kelsen. Um exemplo disto é aquela norma do velho Código Civil brasileiro, que obrigava que a mulher pedisse autorização do marido para poder trabalhar; ou, num tema próximo, a lei do adultério. Com o tempo os juízes deixaram de aplicar tais normas, pois as mesmas não faziam mais sentido numa sociedade que se modernizara, equiparando os gêneros em direitos e deveres.

Certamente o mesmo tipo de fenômeno jurídico não ocorreu no caso das ocupações de terra. Em primeiro lugar porque a maior parte dos juízes continuou a considerar necessária a proteção à propriedade fundiária contra eventuais violações, mesmo que feitas em nome do direito à terra para os que nela trabalham (ou querem trabalhar). Em segundo lugar porque este direito à propriedade, tão antigo, não apenas manteve-se em plena vigência como ainda ganhou, no caso específico da terra, novos mecanismos legais de proteção contra sua violação - em particular aquela perpetrada pelos movimentos sociais dos sem-terra. Refiro-me à norma criada durante o governo Fernando Henrique (e não revogada durante o governo Lula) que impede a realização de assentamentos para fins de reforma agrária em áreas invadidas. Seria impossível a juízes deixar de aplicar normas tão

recentemente criadas sob a alegação de que elas perderam seu sentido social com o passar do tempo - afinal, neste caso, o tempo não passou.

Em virtude disto, as ocupações de terra pelo MST e outros movimentos similares permaneceu uma atividade ilegal - ainda que aos olhos de muitos possam ser consideradas legítimas, como aponta em O Estado de S. Paulo de ontem um de seus líderes, Jaime Amorim. Dado este enquadramento ao assunto, poderíamos nos questionar sobre o sentido que pode ter uma queixa frequentemente feita por líderes sem-terra, pela intelectualidade de esquerda e por outros segmentos simpáticos às ocupações. Refiro-me ao tão repetido clamor contra a "criminalização dos movimentos sociais". Esse clamor se levanta sempre que algum militante de movimento social (não apenas o sem-terra) se vê em maus lençóis com a justiça. Imediatamente se aponta a sua condenação como uma evidência de que os movimentos sociais estão sob criminalização, que seria inaceitável porque contrária à legitimidade política de que os atos dos movimentos sociais naturalmente se revestiriam. O que cabe perguntar é: de que legitimidade se trata?

Se tomarmos a situação jurídica limítrofe da violação de um direito legal para assegurar outro, de valor maior, então realmente a criminalização das ocupações de terra (assim como de outros atos políticos) seria descabida - assim como é absurdo o encarceramento de quem furta um pote de margarina para se alimentar. Neste caso, a legitimidade social se sobrepõe à fria letra da lei até mesmo na avaliação de magistrados razoáveis - e não somente nas considerações bem intencionadas de cidadãos juridicamente leigos. Entramos noutra terreno, contudo, se ocorre o uso da violência física para fazer valer objetivos políticos não diretamente vinculados à proteção de direitos básicos. É este o caso das ações de movimentos sociais que vandalizam o patrimônio público ou privado, mantêm sob cárcere privado servidores e funcionários de empresas, desviam verbas públicas por meio de entidades de fachada, ou coagem pela violência aqueles que discordam de seus objetivos.

Vale notar que este tema veio à baila do debate público na última semana por vias tortas. O "líder da oposição no STF", o presidente da Casa, Gilmar Mendes, deu mais uma vez vazão ao péssimo hábito que têm alguns juízes de manifestar-se fora dos autos e de acordo com suas preferências partidárias (não necessariamente vinculadas formalmente a alguma legenda). Ao fazer isto, deu novamente razão àqueles que à época de sua indicação pelo ex-presidente FHC colocaram em dúvida sua adequação ao cargo, tendo em vista sua postura bastante apaixonada durante os anos em que atuou como chefe da AGU.

Cláudio Gonçalves Couto é cientista político, professor da PUC-SP e da FGV-SP. O titular da coluna, Fábio Wanderley Reis, está em férias

Argumento do MST é "inaceitável", diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009

Dois sem-terras foram indiciados pela Polícia Civil por morte de quatro seguranças em fazenda de Pernambuco em 21 de fevereiro

Lula afirmou que críticas de Mendes sobre destinação de verbas ao MST é de "cidadão brasileiro"; STF confirmou caráter oficial da declaração

O presidente Lula classificou de "inaceitável" o argumento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de legítima defesa para o assassinato de quatro seguranças das fazendas Jabuticaba e Consulta, em Pernambuco, na semana passada. "É inaceitável a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas", disse, durante coletiva de imprensa na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Ele participou da recepção ao primeiro-ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende.

Ele disse que o movimento já ganhou a "maturidade" e sabe o que é legal e o que é ilegal. Lula não quis polemizar declarações do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes. Na semana passada, o presidente da corte criticou o financiamento público de entidades ligadas ao MST, alegando que esses fundos são utilizados para patrocinar invasões.

"A lei é muito clara. Não pode haver dinheiro público para subsidiar tais movimentos, que agem contra o Estado de Direito. Dinheiro público para subsidiar ilicitude é ilicitude", disse.

Sobre a declaração, Lula afirmou ser apenas a opinião de um "cidadão" e que, se estiver à frente de qualquer processo criminal, como o caso dos assassinatos de seguranças, "dará o seu voto". "A Justiça terá de ser feita para apurar as verdadeiras responsabilidades [dos assassinatos]. Quero crer que o presidente [do STF] Gilmar [Mendes], tenha dado opinião como cidadão brasileiro. Quando houver um processo certamente se manifestará como presidente e dará o seu voto".

No final da tarde de ontem, no entanto, a Secretaria de Comunicação Social do STF encaminhou nota dizendo que "o presidente [Gilmar Mendes] falou [sobre as invasões de terra] na qualidade de chefe do Poder Judiciário, que tem responsabilidades políticas e institucionais, inerentes ao cargo."

O ministro Tarso Genro (Justiça) afirmou ontem que não vê aumento da violência no campo. "O que ocorre é a mobilização dos movimentos sociais em determinadas circunstâncias de uma maneira mais arrojada. E, quando violam a lei e a Constituição, os Estados têm que operar ou, quando a União for chamada, opera também."

Indiciamento

A Polícia Civil indiciou ontem dois sem-terra pela morte dos seguranças. Paulo Alves Cursino, 62, e Aluciano Ferreira dos Santos, 31, foram indiciados acusados de homicídio.

O delegado Luciano Soares, que comanda as investigações, disse que Cursino distribuiu armas a acampados. Ele e Santos, em depoimento, negaram participação no tiroteio. Em nota, o MST disse que os sem-terra agiram em legítima defesa e que os seguranças faziam ameaças para reaver imagens em que os seguranças aparecem armados.

Segundo o inquérito, com base em depoimento de testemunhas, os seguranças foram vistos armados no dia do crime. Mas, no momento do confronto, só dois deles -João Arnaldo da Silva e Rafael Erasmo da Silva- estavam com armas. José Wedson da Silva, Wagner Luiz da Silva e Donizeti Oliveira Souza (único segurança sobrevivente) estavam sem.

Para Soares, apesar de o inquérito ter sido finalizado, as investigações continuarão. O delegado disse que pelo menos outras duas pessoas que ainda não foram encontradas participaram dos crimes. Cerca de 30 famílias ligadas ao MST continuam acampadas onde os seguranças trabalhavam. **(AGNALDO BRITO e RENATA BAPTISTA)**

Repases para aliado de Rainha são investigados – Cristiano Machado e Sílvia Freire –
Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009

Investigação do Ministério Público Federal sobre suposto desvio de dinheiro público por duas associações de assentados rurais da região do Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo) vai apurar também se os recursos foram usados para campanha eleitoral.

Uma das denúncias anônimas relatando supostas irregularidades no uso do dinheiro recebidas pela Procuradoria diz que parte do dinheiro desviado de três convênios custeou a campanha do atual presidente da Câmara Municipal de Teodoro Sampaio (653 km de São Paulo), José Eduardo Gomes de Moraes (PV), que preside as duas entidades.

Moraes, que foi o vereador mais votado na cidade nas eleições de outubro passado, é um dos principais aliados do líder sem terra José Rainha Júnior, que promoveu uma onda de invasões de terras no Pontal durante o Carnaval.

A denúncia anônima sugere que seja investigado como Moraes conseguiu montar uma grande estrutura de campanha, que incluía diversos carros circulando nos assentamentos com a foto dele, apenas com os recursos que ele declarou ter arrecadado.

Ele declarou à Justiça Eleitoral ter recebido R\$ 22.636,81 em doações de pessoas físicas e que não tinha bens. O candidato teve as contas aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Na última sexta-feira, a Procuradoria solicitou que a Polícia Federal instaurasse inquérito para apurar o suposto desvio nas duas entidades.

Para o procurador Luís Roberto Gomes, de Presidente Prudente, o procedimento preparatório de inquérito civil público aberto em setembro de 2008 sinalizou que há indícios de desvio na prestação de contas das duas entidades. O inquérito deverá ser aberto nos próximos dias.

Repasses

Segundo o site Portal da Transparência, a Associação Amigos de Teodoro Sampaio e a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista, de Mirante do Paranapanema, receberam do Ministério do Desenvolvimento Agrário um total de R\$ 3,256 milhões entre 2007 e 2008 para desenvolver projetos para a produção de biodiesel em assentamentos.

Eduardo Moraes negou ontem que tenha havido desvios no uso do dinheiro dos convênios e atribuiu motivação política para as denúncias feitas contra ele. "Todas as vezes em que nos movimentamos para fazer alguma coisa, aparecem denúncias", disse. "Eu represento um poder no município e os políticos ficam preocupados porque a gente desenvolve um trabalho e está crescendo politicamente. Eles nunca fizeram nada no passado", afirmou o vereador.

De acordo com Moraes, os convênios beneficiam 700 famílias assentadas e as prestações de contas já foram apresentadas ao ministério e ao Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo, que faz a intermediação dos repasses.

TCU vai apurar destinação de verbas ao MST – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009

O Tribunal de Contas da União prepara um conjunto de ações para investigar os repasses de verbas oficiais aos sem-terra.

Criado em 1984, o MST não tem CNPJ e não pode receber recursos públicos diretamente, o que o levou a criar entidades para isso, como Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária).

O TCU vai empregar os "moldes policiais" já usados pelo órgão para detectar os grupos econômicos que recorrem a "laranjas" para fraudar licitações. No caso dos sem-terra, o TCU tentará localizar dirigentes e endereços comuns ao movimento e às entidades que recebem as verbas.

Uma MP editada em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso proíbe o repasse de verbas a entidades que participem de invasões de terras. O MST diz que não usa recursos de convênios para financiar invasões.

Segundo o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), não há como vincular o MST à Anca e à Concrab.

Quando soube que o presidente do STF, Gilmar Mendes, disse que o governo comete ilegalidade ao repassar dinheiro ao MST, o TCU determinou a varredura dos convênios da União com tais entidades.

Terra de Dantas não é prioridade, diz governo do Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2009

Justiça mandou Estado retirar os sem-terra de duas fazendas do grupo Opportunity; empresa diz que gestão de petista é leniente com MST

Mesmo tendo sido obrigado pela Justiça a expulsar os sem-terra que invadiram fazendas da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara -do grupo Opportunity, de Daniel Dantas-, o governo do Pará afirmou que não deve cumprir nos próximos meses os dois mandados de reintegração de posse deferidos em favor da empresa. Os mandados que a Santa Bárbara conseguiu se referem a invasões feitas no ano passado. Mas, apenas neste ano, sem-terra entraram em mais 11 das suas propriedades no Estado.

Duas destas invasões foram realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no último fim de semana. Para o MST, as terras são griladas e devem ser direcionadas para a reforma agrária.

A Secretaria Estadual da Segurança Pública disse que não pode cumprir as determinações imediatamente porque as desocupações são caras e demandam o deslocamento de policiais de várias cidades, que precisam de treinamento específico para esse tipo de ação.

Além disso, afirma a pasta, existem ao menos outros 60 mandados que devem ser cumpridos antes que os da Santa Bárbara. A ideia do governo é que os sem-terra saiam das fazendas da empresa por meio de negociações.

A secretaria disse que nem sequer terminou de cumprir as ordens judiciais dos dois últimos governos-dos tucanos Simão Jatene e Almir Gabriel. Algumas delas foram expedidas há nove anos. Entre 2007 e 2008, os dois primeiros anos da gestão de Ana Júlia Carepa (PT), 50 dos cerca de 90 mandados acumulados foram cumpridos, segundo a pasta.

O não-cumprimento das ordens reforça o conflito entre a empresa e o governo, que tenta na Justiça anular as compras de duas fazendas do grupo de Dantas, sob o argumento de que elas são terras públicas.

Para a Santa Bárbara, há leniência no tratamento dado aos invasores. A governadora, eleita com o apoio dos movimentos sociais agrários, chegou a chamar Dantas de "bandido", durante o Fórum Social Mundial, em Belém, em janeiro passado. Segundo Charles Trocate, da coordenação do MST, entrar nas fazendas de Dantas será a "principal batalha" do movimento nos próximos três anos. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES)**

Lula ataca MST por mortes; Tarso diz que foi só 'arrojo' – O Globo – Capa – 03/03/2009

'Movimento tinha arsenal e estava pronto para confronto', diz delegado Nove dias após líderes do MST matarem a tiros quatro seguranças de fazendas em Pernambuco, o presidente Lula disse ontem considerar "inaceitável a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas" e cobrou a punição dos culpados. Dois líderes do MST estão presos e foram indiciados pelo crime — um por homicídio qualificado e outro por coautoria — e mais quatro envolvidos estão foragidos. Apesar dos assassinatos, o ministro da Justiça, Tarso Genro, minimizou a violência no campo. "A reforma agrária vem sendo feita de maneira ordenada, dentro da Constituição, e não vejo nenhum índice de aumento de violência. O que ocorre é a mobilização de movimentos sociais, em determinadas circunstâncias de uma maneira mais arrojada", disse. O delegado Luciano Soares, de São Joaquim do Monte (PE), disse que um dos semterra indiciados abastecia com armas os integrantes do MST. "Pelo que dizem as testemunhas, o MST tinha um arsenal e estava pronto para o confronto."

'Desculpa da legítima defesa é inaceitável' – Flávio Freire , Tatiana Farah e Bernardo Mello Franco - O Globo – O País – 03/03/2009

Lula cobra apuração de crime de integrantes do MST; Tarso Genro, porém, minimiza violência no campo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem considerar inaceitável que líderes do Movimento dos Sem Terra (MST) aleguem legítima defesa depois de matar quatro pessoas, no conflito com funcionários das fazendas Consulta e Jabuticaba, em São Joaquim do Monte, em Pernambuco.

Para Lula, o MST já atingiu a maioria e tem que ter juízo ao “fazer as coisas”.

— É inaceitável a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas. É inaceitável e, portanto, (eles) sabem que a Justiça terá de ser feita para apurar a verdadeira responsabilidade — disse Lula, em encontro com empresários brasileiros e holandeses na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Em Brasília, porém, o ministro da Justiça, Tarso Genro, disse não ver aumento da violência no campo, apesar da prisão de dois sem-terra acusados de matar os quatro seguranças.

Para ele, o que ocorreu foi “arrojo”: — A reforma agrária vem sendo feita de maneira ordenada, dentro da Constituição, e eu não vejo nenhum índice de aumento de violência. O que ocorre é a mobilização de movimentos sociais, em determinadas circunstâncias de uma maneira mais arrojada. Quando eles violam a lei e a Constituição, os estados têm que operar.

Tarso voltou a afirmar que a invasão de terras é problema de ordem pública, que deve ser administrado pelos estados, e não pelo governo federal.

Ele disse que só pode enviar a Força Nacional de Segurança se receber pedidos de governadores, o que até agora não aconteceu.

— A ocupação de propriedade privada, segundo a Constituição e a lei, é uma questão de ordem pública dos estados. A Força Nacional só pode entrar num estado quando é solicitada pelo governador — disse o ministro.

“Gilmar deu opinião como cidadão”; ministro contesta

Em tom incisivo, Lula disse em São Paulo que se deve pagar um preço por praticar ilegalidades. O presidente descartou a possibilidade de crise diante da troca de acusações entre líderes do MST e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que criticou o governo por repassar dinheiro público para movimentos que invadem terras.

— Não tem nenhuma possibilidade de crise institucional (...). Para aquilo que é ilegal, seja (cometido pelo) presidente, sem-terra ou o mais humilde dos brasileiros, todos pagaremos um preço — disse Lula.

Os sem-terra reagiram às declarações do ministro com duas invasões no fim de semana, em propriedades que têm o banqueiro Daniel Dantas como sócio. Dantas foi beneficiados por dois habeas corpus concedidos por Gilmar à época da Operação Satiagraha.

Sobre a polêmica envolvendo o STF e o MST, Lula evitou tomar partido. Mas afirmou: — Eu quero crer que o presidente Gilmar tenha dado opinião como cidadão brasileiro.

Quando houver o processo, certamente ele se manifestará como presidente e dará seu voto — disse Lula, que emendou com números sobre o processo de reforma agrária no país. Por meio de sua assessoria, Gilmar Mendes reagiu e disse que falou como chefe do Judiciário, “que tem responsabilidades políticas e institucionais inerentes ao cargo”.

— O que nós já fizemos por reforma agrária no Brasil... Vou dar os números. Já desapropriamos 43 milhões de hectares, o que significa 53% de tudo o que já foi desapropriado no Brasil. E já assentamos 520 mil famílias. Minha prioridade, agora, é tornar as pessoas que já adquiriram a terra em pessoas produtivas para que a gente possa melhorar a quantidade e a qualidade dos alimentos produzidos no Brasil.

Portanto, acho que cada um de nós tem que ter juízo antes de fazer as coisas.

Governo admite concentração de terras

Apesar de todos os números apresentados por Lula, o ministro da Justiça, Tarso Genro, admitiu que o governo ainda não conseguiu resolver o problema da concentração de terras, mesmo com os investimentos na reforma agrária.

— Essas questões no Brasil são cíclicas, desde a Revolução de 30. A questão da terra no Brasil é uma questão pendente — afirmou.

O ministro disse não estar preocupado com a nova onda de ocupações de terras. Afirmou que a tensão entre lavradores e grandes proprietários rurais é cíclica. E evitou comentar a invasão, pelo MST, das duas fazendas de Dantas no Pará, em ato que foi justificado pelos sem-terra como uma retaliação contra Gilmar.

— Absolutamente não vou manifestar minha opinião sobre isso, porque não é da minha esfera de competência — esquivou-se.

O ministro também se recusou a responder se haveria uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais, como alegam líderes do Movimento dos Sem Terra.

— Isso eu deixo mais para o terreno do debate político, que não é o caso da nossa entrevista — desconversou.

O líder dissidente do MST José Rainha Júnior concordou com as afirmações do presidente Lula de que os assassinatos dos quatro seguranças em Pernambuco são inaceitáveis.

Rainha afirmou que os conflitos na região são históricos, mas disse que não há justificativa para os crimes.

— Em qualquer circunstância, a vida tem que ser preservada. Não se pode conquistar um pedaço de terra, por mais que seja o nosso sonho, com sangue. A região é mesmo muito conflituosa, mas o MST não foi criado para isso.

Hoje, haverá uma audiência pública na Procuradoria Geral de Justiça de Pernambuco para discutir a situação na região. Os integrantes do MST disseram que vão apresentar alguns casos de conflito que ocorrem há anos e até agora não foram resolvidos.

Má interpretação – O Globo – Opinião – Editorial – 03/03/2009

Adestrado na arte de equilibrar-se sobre uma aliança política tão eclética quanto a diversidade do mapa de ideologias, o presidente Lula morde e sopra o MST, ou qualquer outro aliado em situação delicada — de Severino Cavalcanti a João Pedro Stédile. Ontem em São Paulo, perguntado sobre os mais recentes e graves fatos protagonizados por esta organização política radical, Lula procurou elogiá-la: disse que o movimento foi criado em 1980, “portanto já atingiu a maturidade”.

Logo, deve saber o que é legal e ilegal. Mas não deixou de criticá-la pelo assassinato dos quatro seguranças: “É inaceitável usar a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas.” Ou seja, também mordeu.

Pelo menos fez aquilo que ministros ligados diretamente à questão — Tarso Genro, da Justiça; Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário — deveriam ter feito, e de forma enfática, na semana passada. Mas como estas são áreas mais claramente loteadas entre facções políticas, elas reagem ao sabor de interesses ideológicos e partidários.

A reação discreta de ministros diante de assassinatos — por terem sido cometidos por “amigos” contra “inimigos”, supõe-se — e a postura do governo frente ao correto e grave alerta dado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, não apenas sobre a violência sem freios do MST, mas também acerca de ilegalidades no repasse de verbas para esta e outras organizações similares, indicam a dimensão do risco de o Planalto continuar avalizando atos arbitrários. Não surpreende, mas assusta, que Guilherme Cassel e Dilma Rousseff defendam, a priori, a legalidade dos repasses, sem que haja uma investigação séria e isenta do destino dos milhões liberados para entidades usadas como laranjas pelo MST e satélites.

No caso desta organização, uma das faces legais utilizadas para receber dinheiro público — o MST é nome fantasia, não existe legalmente, para não ser responsabilizado na Justiça — é a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca).

O ministro diz desconhecer a ligação MST-Anca. Mas repórter que deseja contato com o MST sabe que um caminho é telefonar para a Anca.

Na mesma entrevista em São Paulo, Lula disse entender que Gilmar Mendes se pronunciou como “cidadão comum”. Erro do presidente.

Pelo teor das declarações do ministro do STF, é impossível desvinculá-las do alto cargo que ocupa na Justiça.

A interpretação correta é outra: apenas um quadro de alta gravidade, por causa do atropelamento da Constituição e ataques ao estado de direito, poderia levar um magistrado do Supremo a fazer alertas públicos.

MP 458 é prêmio ao crime de apropriação ilegal da Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2009

Em meio aos dias em que o ministro Gilmar Mendes, proprietário de grandes posses de terra em Diamantino (MT), criticou algumas invasões dos Sem Terra que reclamavam da lentidão da Reforma Agrária, o país se depara com nova MP que acelera o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Em entrevista ao Correio da Cidadania, o geógrafo Ariovaldo Umbelino desvela os principais pontos da nova MP, de número 458, e mostra que se trata de mais um grande golpe desferido sobre a Constituição do país, tão reivindicada nas declarações anti-invasão do presidente do STF.

"A MP tenta buscar a equivalência entre o posseiro e o grileiro, criando uma confusão jurídica. A posse é garantida pela Constituição; o grilo não", explica o também professor da USP. Para Umbelino, não há ponto que se salve nas novas medidas a serem tomadas. O geógrafo ainda denuncia a corrupção que assola o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, através de sua "banda podre", negociou ilegalmente posses de terras com os grileiros e agora trabalha para regularizá-las.

Umbelino diz que o objetivo da MP é premiar o crime, pois é assim que se define em nossa legislação a apropriação ilegal do patrimônio público, caso de todas as terras griladas.

Como você vê essa nova tentativa de regularizar a propriedade de uma grande quantidade de posses de terra na Amazônia por parte do governo, agora que Lula assinou MP para acelerar a regularização de cerca de 67 milhões de hectares das pequenas posses? Trata-se da aceleração daquilo que o senhor tem chamado de 'legalização da grilagem', que começou na Medida Provisória 422, que dispensa de licitação a venda de terras públicas do Incra até 1.500 hectares?

Na realidade, é uma continuidade de um processo de transferência do patrimônio público para os grileiros, deixemos claro, porque, antes da atual legislação, as terras de propriedade do Incra na Amazônia, 67 milhões de hectares, deveriam ser destinadas à Reforma Agrária, uma vez que foram arrecadadas com essa finalidade.

Portanto, essas terras são públicas, foram ocupadas ilegalmente pelos grileiros e agora o governo busca a alternativa de premiar o crime, já que o ato de apropriação do patrimônio público é um crime. No entanto, agora é tratado como mera irregularidade, e esse me parece o ponto central.

Sendo assim, a MP 458 tem o sentido de regularizar o que juridicamente é crime, não irregularidade. Os grileiros se apropriaram do patrimônio público e a Constituição brasileira e sua legislação secundária são claras quando dizem que as terras públicas não são passíveis de usucapião, ou seja, não poderiam ser destinadas preferencialmente para quem as tiver ocupando.

A MP tenta buscar a equivalência entre o posseiro e o grileiro, criando uma confusão jurídica. A grilagem é um ato criminoso, enquanto a posse é a tentativa de

encontrar um pedaço de chão para a sobrevivência da família. A posse é garantida pela Constituição; o grilo não. Porém, a MP torna o grileiro um falso posseiro.

A idéia não poderá também acelerar o desmatamento, considerando as advertências que o senhor tem feito quanto à associação do Incra, e respectivo processo de reforma agrária, aos interesses do agronegócio?

Se formos levar em conta o objetivo... O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) conseguiu convencer o do Meio Ambiente (MMA) e o governo Lula de que o processo de regularização fundiária resolveria o problema do desmatamento, pois, uma vez superada a questão fundiária, os proprietários cuidariam de cumprir a lei.

O ministério vendeu essa idéia ao MMA e ao governo, como um todo. Na realidade, o que temos assistido até hoje é que, com ou sem a terra regularizada, tem havido aumento do desmatamento, não uma diminuição e o respeito à legislação ambiental.

E por que o MDA vendeu tal idéia? Porque uma parte dos funcionários do Incra, que chamo de banda podre, "vendeu" terras aos grileiros, dando-lhes garantias de que conseguiriam resolver a questão no aspecto legal.

E essa MP 458 é exatamente isso: prêmio aos grileiros! Vão ganhar os grileiros, que ocuparam as terras públicas, e vai ganhar a banda podre dos funcionários do Incra, que colherá os frutos da corrupção, por terem permitido que essas terras de propriedade do órgão passassem ao controle dos grileiros.

Foi assim que o MDA ficou no comando do processo, deixando Mangabeira de lado e dando pista a Guilherme Cassel?

Na verdade, havia todo um jogo de cena, já que a proposta do Mangabeira era de regularização fundiária e a do Incra também.

Se olharmos o II Plano Nacional de Reforma Agrária, lá veremos a proposta de regularização de 500 mil imóveis. Portanto, essa já era a proposta do MDA. Ou seja, a disputa era só para ver quem ficaria no controle do processo.

A realidade é a de que o galinheiro foi entregue aos cuidados da raposa.

E sobre a idéia de sujeitar terras superiores a 2,5 mil hectares ao confisco do governo, o que o senhor acha? Acredita que vá vigorar?

O governo não vai confiscar terra nenhuma. Ele não pode alienar terra acima de 2,5 mil hectares sem autorização do Congresso. Mas, na verdade, todas as terras públicas da Amazônia Legal estão divididas em lotes inferiores a 2,5 mil hectares, normalmente 2499 hectares.

Portanto, os pedidos já estão todos preparados, inclusive com conhecimento do Incra, como pode ser visto em seus protocolos de Santarém, Marabá, Belém, Cuiabá, Porto Velho, Manaus e Rio Branco. E o que fizeram os funcionários corruptos? Fizeram com que os grileiros se candidatassem a comprar essas terras públicas. Portanto, o órgão já tem os nomes desses grileiros nos protocolos. E como só podem comprar 2,5 mil, uma parte das terras será adquirida por laranjas.

E a MP é tão descarada que admite a chamada ocupação indireta, praticada por intermediários. E admite a exploração indireta, através de algum funcionário assalariado. Ela também admite que o grileiro tenha o mesmo direito do posseiro.

E outro ponto é que a MP se restringe a 15 módulos fiscais. Na Amazônia, isso pode chegar 1500 hectares, já que o maior módulo é de 100 hectares. Porém, o artigo 13 da MP, inciso 12, parágrafo 1, fala sobre o que acontece caso a terra ultrapasse 1500 hectares:

1) será feita a regularização da área até 1500 hectares;

2) na área excedente, será aberto processo licitatório, com a garantia de preferência para o ocupante da área.

Que processo licitatório é esse onde o grileiro tem preferência pela compra da terra?

E é com esse processo que se chega a 2,5 mil hectares. E através dos laranjas, pode-se chegar a 5, 10 mil hectares...

Perguntar, portanto, se o governo teria condições de realizar e fiscalizar permanentemente o processo de forma eficiente, especialmente quando pretende realizar as regularizações em curto tempo, seria neste contexto quase um contra-senso, não?

Veja bem, como ele vai controlar e regularizar se ele tem como objetivo exatamente a transferência desse patrimônio público aos grileiros? Inclusive, a MP abre mão de uma série de procedimentos técnicos necessários para o registro de terra pública, para o desmembramento do patrimônio público, como a certificação do registro da propriedade. O INCRA é quem tem de permitir tal certificação, no entanto, a MP libera as terras do procedimento.

Para ter alguma eficiência, ademais, essa medida não deveria vir acompanhada de outras, como o zoneamento ecológico econômico e a demarcação de reservas ambientais?

O zoneamento é importante. Porém, Rondônia e Mato Grosso possuem zoneamento há mais de 15 anos e são os estados campeões de desmatamento. Portanto, de nada serve o zoneamento se não há fiscalização. E não só isso. O problema é que também não existe um conjunto de ações governamentais no sentido de proteger o patrimônio público, o que deveria ser conduzido pelo Incra. São 67 milhões de hectares, não estamos falando de uma área pequena.

Presidente ataca MST e sai em defesa de Mendes - Raquel Landim – Valor Econômico – Política - 03/03/2009

"É inaceitável a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas". A frase foi a dura reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ser questionado ontem pela imprensa sobre o envolvimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) na morte de quatro seguranças de uma fazenda em Pernambuco. Lula garantiu que "a justiça será feita para apurar a verdadeira responsabilidade".

O confronto entre os seguranças e o MST ocorreu no dia 21 de fevereiro em São Joaquim do Monte, a 134 km de Recife, e resultou na morte de quatro empregados rurais. O líder do MST, Jaime Amorim, afirmou que os sem-terra agiram em "defesa do acampamento" e que "pistoleiros armados" fizeram três investidas para "matar todo mundo".

O presidente disse que o MST existe desde a década de 80, já atingiu a "maioridade", e sabe diferenciar o legal do ilegal. "Todos nós - presidente da República, sem-terra e o mais humilde dos brasileiros - pagaremos um preço se cometermos uma ilegalidade". Os comentários de Lula foram feitos ontem depois de encontro com o primeiro-ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Os assassinatos provocaram uma crítica do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, ao financiamento público para o MST e "outros movimentos sociais" ligados à questão agrária: "A lei é muito clara. Não pode haver dinheiro público para subsidiar tais movimentos, que agem contra o Estado de direito."

Lula minimizou as declarações de Mendes, que provocaram embaraço entre os Poderes, e disse acreditar que Mendes teria dado sua opinião como "cidadão brasileiro". "Quando houver um processo, certamente ele se manifestará como presidente (do STF) e dará o seu voto". O presidente, que possui laços históricos com o MST e movimentos sociais, fez questão de citar suas realizações na reforma agrária: 43 milhões de hectares desapropriados e 520 mil famílias assentadas: "Cada um tem que ter juízo antes de fazer as coisas."

O presidente do Supremo, entretanto, rebateu ontem à noite, por meio de sua assessoria de imprensa, declaração dada pelo presidente Lula: "A Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal esclarece que o presidente (Gilmar Mendes) falou na qualidade de chefe do Poder Judiciário, que tem responsabilidades políticas e institucionais inerentes ao cargo", esclareceu o STF.

Segundo o MST, a invasão à fazenda Castanhal do Espírito Santo, na madrugada de sexta-feira, foi uma reação às declarações de Gilmar Mendes. A propriedade é da empresa Agropecuária Santa Bárbara, que pertence ao grupo Opportunity do banqueiro Daniel Dantas. "Essa é uma ação em protesto às manifestações públicas de Gilmar Mendes 'Dantas'", disse Charles Trocate, coordenador da ocupação em Eldorado dos Carajás, incluindo o sobrenome do banqueiro ao do ministro. **(Com agências noticiosas)**

Procurador confronta Mendes sobre MST – Folha de São Paulo – Brasil – 04/003/2009

Antonio Fernando Souza diz que Ministério Público "não está dormindo" diante de conflitos agrários e que cumpre sua função

Em nota, MST do Pará faz defesa de invasões de terra, critica o presidente do STF e chama Daniel Dantas de "banqueiro corrupto"

Em resposta às críticas do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, disse ontem que o Ministério Público "não está dormindo" diante dos recentes conflitos no campo.

Apesar de afirmar que política agrária não faz parte de suas atribuições, Souza disse que o órgão cumpre sua função. "Vimos hoje nessa questão da violência no campo que o Ministério Público não estava dormindo, já trabalha nisso há muito tempo, sem estardalhaço, respeitando o direito de defesa, para ao final emitir seu juízo."

O procurador divulgou uma lista de ações do Ministério Público relacionadas a movimentos que atuam no campo, inclusive investigações relacionadas a repasse de verbas. Há procedimentos, inquéritos e ações civis e penais em São Paulo, Pernambuco, Goiás e Alagoas.

Na semana passada, Mendes cobrou do Ministério Público que investigasse o repasse de verbas a entidades que promovem invasões. O presidente do STF referia-se a invasões no Pontal (SP) e a conflitos em Pernambuco no Carnaval.

"É preciso que a Justiça dê a resposta adequada, que o Ministério Público tome as providências, inclusive para verificar se não está havendo financiamento ilícito a essas instituições", disse Mendes.

Segundo Antonio Fernando, "o conflito agrário é algo extremamente complexo", que não se pode "resolver numa afirmação solta numa entrevista".

Questionado se o presidente do STF teria extrapolado suas prerrogativas institucionais, o procurador-geral respondeu: "Não faço julgamento de autoridades. Cada um sabe do que diz. Também não é atribuição dele julgar esse caso concreto. Ele deve achar que é. As minhas atribuições eu sei plenamente e me mantenho dentro delas."

Antonio Fernando também negou, ao contrário do que tem dito Gilmar Mendes, que o país se transformou num "Estado policial". "Essa frase para mim é mais de efeito. Se todos podemos conversar, exercer nossos direitos, a Justiça é aberta para todos, acho que estamos longe do Estado policial."

Ao longo de toda a entrevista, o procurador-geral afirmou por várias vezes que o Ministério Público tem buscado hoje, "como deve ser", não anunciar antes o que vai fazer e manter-se dentro de suas atribuições.

"Criar expectativa é muito pior. O melhor é você apresentar o resultado que é possível."

Por fim, questionado se seria candidato ao um terceiro mandato na Procuradoria Geral, respondeu: "Sei o que não vou fazer: trabalhar tanto. Eu não vivo mais. É só trabalho."

Procurado, Mendes decidiu não se pronunciar sobre as afirmações do procurador.

MST

Em nota, a coordenação do MST no Pará aprofundou ontem as críticas ao banqueiro Daniel Dantas, chamando-o de corrupto, e a Mendes.

"Crime não é ocupar terras que não cumpram com sua função social, mas [vender] terras públicas [...] a banqueiros corruptos que são soltos pelo mesmo juiz que faz acusações difamatórias aos movimentos sociais", afirma o texto.

A assessoria de Dantas disse que ele não vai se manifestar.

No último final de semana, o MST invadiu duas fazendas no Pará da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, controlada pelo Opportunity, de Dantas. A nota de ontem também refutou as denúncias da Santa Bárbara, que afirmou que houve violência nas invasões.

Sobre a afirmação do presidente Lula, que disse ser "inaceitável a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas", o líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, afirmou ontem que Lula não tinha conhecimento real dos fatos que motivaram o conflito.

Quatro seguranças de uma fazenda em São Joaquim do Monte (PE) foram mortos no último dia 21 em confronto com integrantes do MST.

"Lula conhece a luta da reforma agrária e sabe a importância dela para o país. Certamente não explicaram para ele as condições de como tudo aconteceu. Não há outra explicação."

Anteontem, a Polícia Civil indiciou dois sem-terra ligados ao MST pela morte dos seguranças da fazenda Jabuticaba (PE). Amorim voltou a afirmar que eles agiram em legítima defesa. (ANDRÉA MICHAEL, JOÃO CARLOS MAGALHÃES E RENATA BAPTISTA)

Ouvidoria fará vistorias em fazendas e assentamentos – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2009

Objetivo é acabar com milícias que agem em Pernambuco, segundo Gercino da Silva Filho, ouvidor agrário nacional. "Serão solicitados ao Judiciário mandados de busca e apreensão para que a polícia faça vistorias e ache armas", disse ontem, após reunião com representantes de movimentos sociais, da polícia e deputados. Segundo ele, foi discutido o caso da morte de quatro seguranças por sem-terra em confronto. Jaime Amorim, líder do MST-PE, disse que os sem-terra agiram em legítima defesa. Um dos donos da fazenda, Solano Guedes, disse que não sabia que os seguranças estavam armados.

MST e a segurança – O Globo – Opinião – Editorial – 04/03/2009

O presidente Lula, ao falar sobre as recentes ações violentas do MST, aproveitou para desfiar números da ação do governo na distribuição de terras. As estatísticas impressionam. Lula, porém, fala para o vazio. Já deveria saber que a questão do MST não tem mais a ver com a reforma agrária. Pode ter sido diferente quando a organização dava os primeiros passos no Sul do país, embalada pelo movimento da Teologia da Libertação, da Igreja Católica, e tripulada por grupos de extrema esquerda. Há algum tempo a reforma agrária desapareceu do horizonte dos grupos sem terra. Por uma razão objetiva: não há mais terra à disposição da reforma agrária nas regiões em que a agricultura se modernizou, e também não mais existe o "sem-terra". Parte da população que saiu do campo e foi para a cidade — no processo normal de desenvolvimento do país — adestrou-se para trabalhar na indústria e nos serviços, ou foi povoar as favelas. E quem não se converteu em força produtiva, perdeu contato com a prática agrícola. Daí — à parte falhas na rede de assistência técnica dos governos — muitos assentamentos serem favelas rurais, mantidas à custa de cestas básicas. A agricultura evoluiu, o "latifúndio improdutivo" tornou-se figura de retórica de militante ou apenas termo encontrado em livros de história. O MST passou a mobilizar o lumpesinato de cidades do interior, e, aos poucos, mas irreversivelmente, seu verdadeiro projeto veio à tona: a mudança do regime político, de uma "democracia burguesa" para algo de corte autoritário; e um modelo econômico de administração centralizada, como o deixado para trás pelo mundo na década de 80, sustentado numa agricultura de minifúndios, numa indústria de minifábricas, qualquer coisa no estilo maoísta, cujo resultado foram milhões de mortos pela fome na China. A atuação do MST no Pará e no Maranhão desvenda a amplitude verdadeira das intenções da organização. No primeiro estado, governado pelo aliado PT, o movimento lidera hordas de garimpeiros sem futuro, e os lumpens de sempre, contra a ex-estatal Vale, empresa sem qualquer relação com a reforma agrária. Serve, porém, como alvo sob encomenda de ações contra a privatização e o "grande capital", e para chantagear Brasília: cada dia sem embarque de minério são milhões de dólares a menos na balança comercial.

No Maranhão, o MST está aliado ao governador Jackson Lago (PDT), que ontem teria o mandato julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O MST ameaça com uma sublevação caso o aliado seja condenado. Independentemente do desfecho do processo, é grave a afronta — mais uma — do MST à Justiça. Tanto no Pará como no Maranhão, o movimento tem fácil acesso a recursos públicos. Os repasses são engordados, ainda, por dinheiro de Hugo Chávez, o caudilho venezuelano, numa séria ingerência numa questão política brasileira. O enfoque dado ao MST, portanto, precisa ser reciclado. Há muito deixou de ser tema social e passou para a esfera política e de segurança.

Famílias deixam pacificamente Fazenda Jabuticaba (PE) – Sítio Eletrônico do MDA 04/03/2009

Cerca de 80 famílias de trabalhadores rurais sem terra que ocupavam a Fazenda Jabuticaba, localizada em São Joaquim do Monte, a 140 quilômetros de Recife, deixaram pacificamente o local na tarde desta quarta-feira (4). A desocupação da área fez parte de um acordo mediado na terça-feira (3) pela Ouvidoria Agrária Nacional, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O acordo também assegurou às famílias a entrega mensal de cestas básicas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Pernambuco (Incra/PE).

O processo de desocupação pacífica da fazenda foi acompanhado pelo ouvidor agrário nacional, Gercino da Silva Filho, e pelo promotor agrário de Pernambuco, Edson Guerra. Antes de chegar à Fazenda Jabuticaba, o ouvidor agrário nacional foi até a Delegacia de Polícia Civil de São Joaquim do Monte e ao Fórum de Justiça da cidade para acompanhar o andamento do processo. No dia 21 de fevereiro deste ano, a Fazenda Jabuticaba foi cenário de um conflito entre trabalhadores rurais e seguranças da propriedade, resultando em quatro mortes.

Solução Pacífica

Pelo acordo intermediado na terça-feira pela Ouvidoria Agrária Nacional, os proprietários da Fazenda Jabuticaba e a coordenação nacional do MST, representada por Jaime Amorim, acordaram em encerrar o impasse vivido na propriedade rural.

Conforme o acordo, a coordenação do MST se comprometeu em organizar a retirada das famílias da fazenda. Já os proprietários concordaram que o Incra/PE promova a medição do imóvel, atividade cujo início está previsto para a próxima segunda-feira (9). O tamanho da propriedade é informação essencial para ajudar na avaliação se a Fazenda Jabuticaba poderia ou não ser destinada à reforma agrária.

O superintendente do Incra/PE, Abelardo Sandes Siqueira, adiantou que, além da medição da Fazenda Jabuticaba, o Instituto irá procurar novas terras para o assentamento de famílias na região de São Joaquim do Monte.

Comissão de Mediação

Além do acordo de desocupação, a reunião ocorrida terça-feira na sede da Procuradoria Geral de Justiça de Pernambuco, em Recife, resultou na instalação formal da Comissão de Mediação, Prevenção e Resolução de Conflitos Agrários de Pernambuco.

“Essa Comissão abre um paradigma na história da resolução de conflitos agrários no estado, em função da sua finalidade essencial de promover o diálogo entre as instituições, os movimentos sociais e os proprietários de terra”, explicou o promotor agrário de Pernambuco.

Além do ouvidor agrário nacional e do promotor agrário de Pernambuco, a reunião contou com a presença do secretário-executivo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Rodrigo Pelegrini; de integrantes das polícias Federal e Militar; e de representantes da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e de movimentos sociais.

Governo quer aprovar confisco para punir trabalho escravo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 04/03/2009

O governo Lula espera a aprovação de proposta de emenda constitucional, engavetada há cinco anos no Congresso, que estabelece o confisco da propriedade de quem for autuado usando o trabalho escravo no país. Foi o que sinalizou ontem Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que participa, em Genebra, de sessão especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

"Esse pessoal é pilantra, mas não gosta de queimar dinheiro", afirmou o ministro, em referência a produtores e empresas que utilizam o trabalho forçado, colocando em risco o fluxo de comércio agrícola do país. Vannuchi considera essencial a proposta de emenda constitucional 428, que está no Congresso desde 1999. Ela estabelece a expropriação, sem direito a indenização, para casos de exploração de mão de obra análoga à escravidão. Também define que as propriedades confiscadas serão destinadas a assentamento de famílias como parte de programas de reforma agrária.

A articulação pela emenda, que precisa de 60% de quórum para ser aprovada, deverá ter mais peso com o início de um pacto federativo pela erradicação do trabalho escravo com seis governadores, durante seminário que deve ocorrer em junho ou agosto em Brasília.

Os governadores são do Piauí e Maranhão, Estados de maior recrutamento para trabalho forçado, de Mato Grosso, Tocantins e Paraná, onde ocorre o maior número de autuações, e da Bahia, que tem os dois tipos de situação. ONGs falam de 25 mil trabalhadores em situação de escravidão no país, mas ninguém sabe a cifra com precisão. Vannuchi admite que o número possa ser maior, porque só no governo Lula já foram libertados 23.500 trabalhadores.

Para o ministro, a ênfase na erradicação dessa prática é importante também para conter ameaças de denúncias contra a agricultura brasileira por parte de parceiros menos competitivos. "A vulnerabilidade cresce, na medida em que o Brasil ganha mais fatias de mercados em diferentes commodities e competidores procuram qualquer argumento", afirmou Vannuchi.

O governo Lula chegou a enviar o então ministro do Trabalho Luiz Marinho para conversar com Blairo Maggi, governador do Mato Grosso e maior produtor de soja do mundo, para falar da preocupação com eventual queixa de outros países na Organização Mundial do Comércio (OMC) vinculando o preço da soja a práticas de trabalho forçado. Maggi busca atualmente um acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que na prática daria uma etiquetagem social à produção agrícola do Estado, que permanece sob a vigilância de organizações de direitos humanos.

Vannuchi disse que trabalha com o Ministério do Trabalho para que os bancos privados sigam o exemplo dos bancos oficiais e cortem o crédito de quem for pego usando o trabalho forçado.

Mendes orienta tribunais a priorizar questão fundiária – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2009

Ministro reclama da demora nas investigações, e Procuradoria abre ação contra Anca

Recomendação para que os juízes enviem dados sobre as ações ao CNJ foi aprovada por 7 votos a 6, com o voto de minerva do corregedor

Presidido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou ontem um documento recomendando a todos os tribunais do país a adoção de "medidas concretas" para o controle de processos judiciais que envolvam conflitos fundiários.

Ontem Mendes voltou a cobrar agilidade da Procuradoria nas investigações. Do contrário, disse, "vamos ficar celebrando missa de sétimo dia, missa de 30º dia, missa de um ano" -referindo-se ao conflito em Pernambuco que resultou na morte de quatro seguranças de uma fazenda no Carnaval.

Anteontem, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, rebateu as críticas feitas por Mendes na quarta passada, quando cobrou do Ministério Público investigações sobre o repasse de verbas a entidades que promovem invasões. Antonio Fernando mostrou várias ações sobre tais movimentos e disse que a Procuradoria "não está dormindo".

Ontem, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação de improbidade contra a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) por repasse ilegal de recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao MST.

O presidente do STF abordou a resposta do procurador-geral às críticas: "Depois de uma semana, ele apresentou uma lista de casos, no momento talvez também ele não soubesse. Claro que nós não podemos esperar". Ele criticou a demora das investigações: "Nós estamos já a dois anos do final do governo Lula. Essas investigações vão ser feitas para o próximo governo? Tem que haver medidas efetivas, é isso".

O presidente do STF também fez novas críticas aos repasses de verbas públicas a entidades como o MST: "Os recursos públicos não são recursos do governo. A gente tem o equivoco de falar isso. Esse recurso é meu, é seu. Será que nós na sociedade queremos pagar isso?", questionou Mendes.

Recomendação

Segundo o texto aprovado ontem por 7 votos a 6, o CNJ passará a receber as informações dos tribunais sobre os processos envolvendo conflitos fundiários. O documento diz que a "contenção dos crescentes níveis de violência constatados diariamente... depende de uma atuação alerta, assertiva e eficaz do sistema de Justiça".

Ontem, durante a votação, houve empate em 6 a 6 -com os conselheiros contrários alegando que seria preciso refletir mais tempo sobre a medida, já que, em tese, ela já deveria ser prioritária. Alguns chegaram a argumentar que a minuta da recomendação teria chegado ao CNJ às 11h da manhã e foi levada ao plenário às 13h. O impasse foi resolvido pelo voto de minerva do corregedor do CNJ, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp. Questionado se, por se tratar de uma mera recomendação, os tribunais não poderiam ignorá-la, o ministro Gilmar Mendes respondeu que isso não vem ocorrendo.

MST deixa área onde houve 4 mortes em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2009

Cerca de 30 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que permaneciam na fazenda Jabuticaba, no município de São Joaquim do Monte (134 km de Recife), deixaram ontem o local, mas manifestaram a intenção de invadi-lo novamente.

Quatro seguranças da fazenda foram assassinados por integrantes do MST em conflito na reocupação da área, no último dia 21.

Dois sem-terra foram indiciados pelo crime. Segundo o delegado Luciano Soares, outros envolvidos na chacina continuam foragidos. O MST alega que os sem-terra agiram em legítima defesa.

A desocupação da Jabuticaba foi realizada após acordo com os proprietários da fazenda mediado anteontem pelo ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho. Os sem-terra deixaram a propriedade para que ela seja medida pelo Inca. No cartório do município, consta que a fazenda tem 247 hectares, o que a caracteriza como de tamanho médio e a inviabiliza para reforma agrária. O MST diz que a área tem mais de 800 hectares. Caso possua mais de 525 hectares -o que a caracterizaria como grande-, ela passará por vistoria, que pode levar à desapropriação.

PEC que condena trabalho escravo espera aprovação no Congresso – Sítio Eletrônico do MST – 05/03/2009

O governo Lula espera a aprovação de proposta de emenda constitucional, engavetada há cinco anos no Congresso, que estabelece o confisco da propriedade de quem for autuado usando o trabalho escravo no país. Foi o que sinalizou ontem Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que participa, em Genebra, de sessão especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

"Esse pessoal é pilantra, mas não gosta de queimar dinheiro", afirmou o ministro, em referência a produtores e empresas que utilizam o trabalho forçado, colocando em risco o fluxo de comércio agrícola do país. Vannuchi considera essencial a proposta de emenda constitucional 428, que está no Congresso desde 1999. Ela estabelece a expropriação, sem direito a indenização, para casos de exploração de mão de obra análoga à escravidão. Também define que as propriedades confiscadas serão destinadas a assentamento de famílias como parte de programas de reforma agrária.

A articulação pela emenda, que precisa de 60% de quórum para ser aprovada, deverá ter mais peso com o início de um pacto federativo pela erradicação do trabalho escravo com seis governadores, durante seminário que deve ocorrer em junho ou agosto em Brasília.

Os governadores são do Piauí e Maranhão, Estados de maior recrutamento para trabalho forçado, de Mato Grosso, Tocantins e Paraná, onde ocorre o maior número de autuações, e da Bahia, que tem os dois tipos de situação. ONGs falam de 25 mil trabalhadores em situação de escravidão no país, mas ninguém sabe a cifra com precisão. Vannuchi admite que o número possa ser maior, porque só no governo Lula já foram libertados 23.500 trabalhadores.

Pressão da sociedade

Para pressionar os parlamentares a aprovarem a proposta, a Frente Nacional Contra o Trabalho Escravo pretende reunir um milhão de assinaturas entre a população e entregar um abaixo-assinado pela aprovação da PEC ao Congresso. Até agora, já foram reunidos cerca de 100 mil apoios. (Para participar, [clique aqui](#).)

A proposta, vinda do Senado, foi aprovada pelo plenário da Câmara em primeiro turno em 2004 e, desde então, aguarda análise em segundo turno. Se for aprovada pela Câmara sem modificações, vai à promulgação. Caso contrário, retorna para nova análise do Senado.

Entidades preparam encontro em defesa da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 05/03/2009

Enquanto o Governo Brasileiro assume metas para a redução do desmatamento na Amazônia, os Ruralistas, no Congresso Nacional, junto a setores deste mesmo governo, investem na modificação do Código Florestal e na transferência indiscriminada de terras públicas, objetivando facilidades à expansão do agronegócio na região e nos outros biomas brasileiros, aprofundando, assim, as suas ações criminosas contra o meio ambiente e a Reforma Agrária.

A edição da MP 458 que trata da regularização fundiária é uma sinalização clara de que o governo brasileiro irá repassar para os grileiros da Amazônia as terras públicas que historicamente são reivindicadas para a Reforma Agrária e que servem de suporte a relações mais equilibradas entre o meio ambiente, compreendido por esse território, e as populações tradicionais que o ocupam.

Os ruralistas, tendo como centros de operações a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atuam de forma ostensiva para aprovar proposta de Lei formulada pelo Senador Flexa Ribeiro, do Pará, agravada pelos representantes do agronegócio. Tal proposta produziria efeitos na redução de áreas de preservação permanente e das reservas legais em todos os biomas do país, e acentuaria sobremaneira a devastação na Amazônia, que se torna trágica com a

anistia proposta aos crimes ambientais praticados por grileiros e latifundiários. Na realidade, os ataques ao Código Florestal e à legislação ambiental integram uma estratégia mais geral dos "senhores da terra" pela supressão dos empecilhos legais, ambientais e fundiários para o avanço, a qualquer custo, da grande exploração agropecuária na Amazônia. Acresce-se a isto as intensas ações conduzidas pelos ruralistas contra a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas.

Esta é uma pauta que os ruralistas irão defender com veemência no Congresso Nacional, a partir deste mês de março, a ensejar a necessária reação dos setores da sociedade identificados com a defesa do meio ambiente e com a realização de uma ampla reforma agrária, em bases absolutamente sustentáveis.

Diante desse cenário e dessa conjuntura setores da sociedade brasileira, imbuídos do dever constitucional, humano e ético constituem uma aliança Camponesa e Ambientalista para uma nova ordem Agrária e Ambiental no País.

Esta Aliança tem como objetivos a defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente, considerando que estas são condições fundamentais para assegurar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras desse país, seja no campo ou na cidade.

É nesse espírito de unidade que na estaremos realizando na terça-feira (10/3) o Seminário Nacional em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente e para o qual convidamos a toda sociedade brasileira:

PROGRAMAÇÃO PROVISÓRIA

Terça-feira, dia 10 de março de 2009
Auditório Petrônio Portela, Senado Federal, Brasília (DF)
8hs – Inscrições e entrega de materiais
9hs – Abertura (convidados: Senadora Marina Silva, CUT, CNBB, Via Campesina, FBOMS, Deputado Federal da área)
10:30hs – Coletiva de imprensa (componentes da mesa de abertura)
10:30-13hs – Mesa 1: Código Florestal - GT Florestas/FBOMS, Frei Sergio Gorgen/MPA/Via Campesina
13:15 – Almoço
14:15-17hs – Mesa 2: Reforma Agrária e Regularização fundiária - Ariovaldo Umbelino – USP, CNBB, GTA
17hs – Encaminhamentos e leitura da carta do Seminário
18hs – Encerramento

Incrá diz que STF flexibilizou lei anti-invasão – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2009

Tribunal nega que tenha autorizado a criação de assentamentos de reforma agrária em áreas que já foram invadidas por sem-terra

Presidente do Incra contesta a legislação e diz que "mais importante do que uma lei para inibir ocupações, é fazer a reforma agrária"

O Incra não cumpre a lei que proíbe desapropriar terra invadida alegando que a regra foi "flexibilizada" pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar das mais de 1.300 invasões de imóveis rurais já registradas no governo Lula, o presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária, Rolf Hackbart, disse que a medida provisória anti-invasão editada em 2000 "nunca" barrou assentamentos.

O STF nega o relaxamento da lei, cujo descumprimento foi objeto de críticas do presidente do tribunal, Gilmar Mendes, na Quarta-Feira de Cinzas. Para conter as invasões, o governo Fernando Henrique editou uma MP, que ainda vale, proibindo repasse de dinheiro a entidade que participou de invasões e impede a desapropriação por dois anos de imóvel rural.

"A medida provisória não tem nos atrapalhado, o Supremo nos autorizou: onde o esbulho não inviabilizou a atividade produtiva, damos andamento ao processo", disse Hackbart.

A Ouvidoria Agrária Nacional registrou 1.357 invasões em quase seis anos de governo Lula, de janeiro de 2003 a novembro de 2008. Na média, mais do que as 497 invasões dos três últimos anos da gestão FHC (2000-2002). Os dados começaram a ser contados em 2000, com a criação da ouvidoria.

O Incra não dispõe de levantamento sobre quantas propriedades invadidas teriam sido desapropriadas no governo petista. Segundo Hackbart, 99% dos imóveis usados no programa de reforma agrária, objeto ou não de invasão, foram desapropriados mediante acordo. "Mais importante do que uma lei para inibir ocupações, é fazer a reforma agrária", diz.

A MP foi contestada no STF em 2002 pelo PT, na época, oposição a FHC. Mas o texto foi mantido. Desde 2003, o governo Lula passou a driblar a lei.

A partir da polêmica levantada por Mendes, a Procuradoria Federal Especializada do Incra informou que a MP teria sido "flexibilizada" pelo STF em julgamento de mandado de segurança. "É entendimento do STF que o Incra só não pode desapropriar quando a ocupação interfere nos índices de produtividade do imóvel", respondeu o Incra à **Folha**. O julgamento a que se refere o instituto foi em 2005, quando o STF analisou recurso contra a desapropriação de área já invadida em Tracunharém (PE).

Na sessão, Mendes condenou a desapropriação mesmo quando a invasão tenha se limitado a parcela da propriedade.

O STF entendeu que o engenho Prado tinha cinco unidades autônomas. A unidade que teve parte invadida não foi desapropriada. As demais viraram assentamentos e, por isso, o Incra entende que a lei foi flexibilizada. Para o Supremo, ao contrário, a produtividade do imóvel é comprometida com a invasão de parte dele.

TCU comprova repasses de entidades ao MST – Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2009

De R\$ 8,2 milhões em verbas da Educação, repassados em 2003 e 2004 à Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), R\$ 7,3 milhões (90%) foram distribuídos às secretarias regionais do MST em 23 Estados, diz o Tribunal de Contas da União, baseado na contabilidade das entidades.

O movimento não existe como empresa e, portanto, não pode receber dinheiro público.

Os dados do TCU contradizem afirmações do ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), que havia dito que não há provas da ligação entre a Anca e o MST. A afirmação ocorreu após o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, chamar de ilegal a destinação de verbas ao movimento.

Não ficou comprovada, segundo o TCU, a aplicação dos R\$ 7,3 milhões na alfabetização dos camponeses. Apesar de o tribunal ter descoberto o repasse irregular e comunicar o caso ao governo no fim de 2005, a Anca recebeu verbas até 2007. Mesmo assim, o governo manteve a liberação de recursos para outra entidade, a Concrab, sócia da Anca, diz o TCU.

Em 2008, a Concrab recebeu, segundo a ONG Contas Abertas, R\$ 1,3 milhão do Incra, órgão subordinado a Cassel -valor maior do que os R\$ 458 mil que obtivera em 2007. A Anca, por sua vez, recebeu R\$ 23,8 milhões de 2002 a 2007. O TCU apura se houve irregularidades e determinou a devolução de ao menos R\$ 5 milhões.

Sobre verbas da Educação de 2003 e 2004, as apurações ainda não foram concluídas.

"Não é verdade que tenha ocorrido repasse de verbas da Educação para secretarias do MST", diz Patrick Mariano, advogado da Anca. Ele diz que não houve desvio de

recursos, mas dificuldades em comprovar os gastos, já que na área rural não há como obter notas fiscais.

Ex-ministro da Educação em 2003, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que não sabe de desvios em sua gestão, mas defendeu que "uma das poucas maneiras de chegar ao analfabeto do campo era através do MST". O ministro Tarso Genro (Justiça), que comandou a pasta em 2004, não se manifestou.

Ministro diz que não existem irregularidades – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2009

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirmou ontem que membros do MST fazem parte da Anca e que não é ilegal o vínculo entre o movimento e a entidade.

"Eu conheço a Anca e o MST. Posso dizer que nem todo mundo que é da Anca tem vinculação com o MST. Ali você tem assentados que fazem parte do MST, da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] e de todos os movimentos", afirmou Cassel.

"Nunca fui informado de uma decisão legal ou do TCU que nos mandasse excluir a Anca ou Concrab", acrescentou ele. O TCU disse que tem cerca de 40 processos sobre repasses de verbas a entidades ligadas ao MST. Segundo o órgão, decisões sobre repasses irregulares foram comunicadas ao governo.

Mendes representa a elite brasileira, diz CPT – Sítio Eletrônico do MST – 06/03/2009

O presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Dom Xavier Gilles de Maupeou d'Ableiges, afirmou em nota que "o ministro Gilmar Mendes não esconde sua parcialidade e de que lado está. Como grande proprietário de terra no Mato Grosso ele é um representante das elites brasileiras".

Em nota, o presidente da CPT denuncia que as atitudes de Gilmar Mendes escancaram "a realidade do poder judiciário que, com raras exceções, vem colocando o direito à propriedade da terra como um direito absoluto e relativiza a sua função social."

Abaixo, a nota pública sobre as declarações do presidente do STF, Gilmar Mendes.

“Ai dos que coam mosquitos e engolem camelos” (MT 23,24)

A Coordenação Nacional da CPT diante das manifestações do presidente do STF, Gilmar Mendes, vem a público se manifestar.

No dia 25 de fevereiro, à raiz da morte de quatro seguranças armados de fazendas no Pernambuco e de ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, o ministro acusou os movimentos de praticarem ações ilegais e criticou o poder executivo de cometer ato ilícito por repassar recursos públicos para quem, segundo ele, pratica ações ilegais.

Cobrou do Ministério Público investigação sobre tais repasses. No dia 4 de março, voltou à carga discordando do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, para quem o repasse de dinheiro público a entidades que “invadem” propriedades públicas ou privadas, como o MST, não deve ser classificado automaticamente como crime. O ministro, então, anunciou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do qual ele mesmo é presidente, de recomendar aos tribunais de todo o país que seja dada prioridade a ações sobre conflitos fundiários.

Esta medida de dar prioridade aos conflitos agrários era mais do que necessária. Quem sabe com ela aconteça o julgamento das apelações dos responsáveis pelo massacre de Eldorado de Carajás, (PA), sucedido em 1996; tenha um desfecho o processo do massacre de Corumbiara, (RO), (1995); seja por fim julgada a chacina dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, MG (2004); seja também julgado o massacre de sem terras, em Felisburgo (MG) 2004; o mesmo acontecendo com o arrastado julgamento do assassinato de Irmã Dorothy Stang, em Anapu (PA) no ano de 2005, e cuja federalização foi negada pelo STJ, em 2005.

Quem sabe com esta medida possam ser analisados os mais de mil e quinhentos casos de assassinato de trabalhadores do campo. A CPT, com efeito, registrou de 1985 a 2007, 1.117 ocorrências de conflitos com a morte de 1.493 trabalhadores. (Em 2008, ainda dados parciais, são 23 os assassinatos). Destas 1.117 ocorrências, só 85 foram julgadas até hoje, tendo sido condenados 71 executores dos crimes e absolvidos 49 e condenados somente 19 mandantes, dos quais nenhum se encontra preso. Ou aguardam julgamento das apelações em liberdade, ou fugiram da prisão, muitas vezes pela porta da frente, ou morreram.

Causa estranheza, porém, o fato desta medida estar sendo tomada neste momento. A prioridade pedida pelo CNJ será para o conjunto dos conflitos fundiários ou para levantar as ações dos sem terra a fim de incriminá-los? Pelo que se pode deduzir da fala do presidente do STF, “faltam só dois anos para o fim do governo Lula”... e não se pode esperar, “pois estamos falando de mortes” nos parece ser a segunda alternativa, pois conflitos fundiários, seguidos de mortes, são constantes. Alguém já viu, por acaso, este presidente do Supremo se levantar contra a violência que se abate sobre os trabalhadores do campo, ou denunciar a grilagem de terras públicas, ou cobrar medidas contra os fazendeiros que exploram mão-de-obra escrava?

Ao contrário, o ministro vem se mostrando insistentemente zeloso em cobrar do governo as migalhas repassadas aos movimentos que hoje abastecem dezenas de cidades brasileiras com os produtos dos seus assentamentos, que conseguiram, com sua produção, elevar a renda de diversos municípios, além de suprirem o poder público em ações de educação, de assistência técnica, e em ações comunitárias. O ministro não faz a mesma

cobrança em relação ao repasse de vultosos recursos ao agronegócio e às suas entidades de classe.

Pelas intervenções do ministro se deduz que ele vê na organização dos trabalhadores sem terra, sobretudo no MST, uma ameaça constante aos direitos constitucionais.

O ministro Gilmar Mendes não esconde sua parcialidade e de lado está. Como grande proprietário de terra no Mato Grosso ele é um representante das elites brasileiras, ciosas dos seus privilégios. Para ele e para elas os que valem, são os que impulsionam o “progresso”, embora ao preço do desvio de recursos, da grilagem de terras, da destruição do meio-ambiente, e da exploração da mão de obra em condições análogas às de trabalho escravo.

Gilmar Mendes escancara aos olhos da Nação a realidade do poder judiciário que, com raras exceções, vem colocando o direito à propriedade da terra como um direito absoluto e relativiza a sua função social. O poder judiciário, na maioria das vezes leniente com a classe dominante é ágilimo para atender suas demandas contra os pequenos e extremamente lento ou omissos em face das justas reivindicações destes. Exemplo disso foi a veloz libertação do banqueiro Daniel Dantas, também grande latifundiário no Pará, mesmo pesando sobre ele acusações muito sérias, inclusive de tentativa de corrupção.

O Evangelho é incisivo ao denunciar a hipocrisia reinante nas altas esferas do poder: “Ai de vocês, guias cegos, vocês coam um mosquito, mas engolem um camelo” (MT 23,23-24).

Que o Deus de Justiça ilumine nosso País e o livre de juízes como Gilmar Mendes!
Goiânia, 6 de março de 2009.
Dom Xavier Gilles de Maupeou d’Ableiges
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

Entidade denuncia campanha da mídia contra Sem Terra – Sítio Eletrônico do MST 06/03/2009

O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social lançou nota denunciando que "a mídia corporativa iniciou mais uma campanha contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)". Segundo a entidade, os meios de comunicação têm se mostrado incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático sobre a estrutura agrária e o modelo de desenvolvimento do país.

Leia a seguir a íntegra da nota.

Criminalização das lutas sociais: um padrão de cobertura da mídia brasileira

Entre o final de fevereiro e início de março, a mídia corporativa iniciou mais uma campanha contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Telejornais, jornais impressos, revistas, rádios e sites da internet pertencentes aos grandes

conglomerados de mídia dedicaram-se a difundir sua indignação com os agricultores sem terra. As colunas de muitos articulistas e, especialmente, os editoriais destes veículos, transformaram-se em verdadeiros canais destiladores do preconceito e da ira.

Dois matérias veiculadas em seqüência no domingo (01/03) por um dos principais programas da TV Globo, o Fantástico, demonstram o grau de sofisticação desta campanha ideológica. Uma matéria mostrava um beneficiado pela reforma agrária tentando vender um lote que conquistou; a outra abordava o desmatamento promovido em um assentamento na Amazônia. Em meio a um turbilhão de denúncias contra o MST, seria mera coincidência a exibição de duas matérias expondo as contradições da reforma agrária – feita de forma incompleta e improvisada pelo Estado brasileiro – em um dos programas de maior audiência da TV brasileira, ainda que sem citar nominalmente o movimento? Certamente não.

A campanha da mídia é uma das muitas facetas do processo de ataque em curso contra o MST. No Rio Grande do Sul, este processo de perseguição é encabeçado pelo promotor do Ministério Público gaúcho Gilberto Thums e pela governadora Yeda Crusius (PSDB), que juntos ordenaram o fechamento de escolas do MST no início do ano letivo de 2009. Tal campanha se alimenta também das declarações da conservadora União Democrática Ruralista (UDR), do secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Marrey, e, sobretudo, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes.

Causa espanto observar o maior chefe da Justiça brasileira aderir sem pudores à militância e ao discurso ideológico da direita brasileira. Ele cobra agilidade nas investigações dos recursos públicos destinados aos sem terra. Tal atitude, contudo, não foi verificada quando grandes empresas e fazendeiros, também beneficiados pelo dinheiro público, estiveram envolvidos direta ou indiretamente com a morte de centenas de trabalhadores rurais, sindicalistas e missionários, com a contaminação e destruição do meio ambiente, o trabalho escravo e o infantil, a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras, a grilagem, a corrupção de políticos e de funcionários públicos. Não podemos esquecer também da benevolência e tratamento dispensado ao banqueiro Daniel Dantas, por duas vezes preso e por duas vezes solto pelo mesmo STF. Mais espanto ainda causam os meios de comunicação ao cobrir de forma acrítica as declarações de Gilmar Mendes.

Estas articulações políticas conservadoras, às quais os grandes grupos de comunicação brasileiros estão historicamente ligados, tornam estes veículos incapazes de refletir os problemas do povo brasileiro. Todos os espaços dedicados às denúncias contra o MST tratam o tema como um caso de polícia, mas não há uma reflexão mais profunda sobre a questão agrária no Brasil, que aborde os sem terra como um problema social, herdeiros de uma dívida histórica do Estado brasileiro. Não se fala que nosso país é o segundo, em todo o mundo, em concentração de terras. Não se fala que em um país com uma infinidade de terras férteis, milhares de brasileiros continuam a ser expulsos do campo, enquanto outros milhões ainda padecem de fome.

Não se fala que os sem terra têm nas ocupações um método de luta social para fazer avançar a reforma agrária. Não se fala que uma medida provisória que impede o repasse do

Estado a cooperativas agrícolas ligadas a movimentos que ocupem terras tende a punir, na verdade, cooperados e assentados que já estão nas terras, além de atravancar o processo de reforma agrária e prestar um desserviço aos interesses do país, por impedir o desenvolvimento dos assentamentos.

Não se fala, também, que é ao redor da monocultura das grandes propriedades que se concentram as áreas de maior índice de violência no campo, fazendo do agronegócio o grande gerador de conflitos e mortes no meio rural. Por outro lado, o mesmo agronegócio, financiador assíduo da grande mídia, é exaltado como modelo de desenvolvimento.

Tão importante quanto apurar os responsáveis e circunstâncias da morte de quatro pistoleiros a serviço de fazendeiros é não deixar de noticiar e de se apurar devidamente as dezenas de mortes de sem terra, de indígenas, de quilombolas, de lutadores da reforma agrária e dos direitos humanos no campo brasileiro. É importante saber também por que as contradições da reforma agrária são tão exploradas e atacadas, e pouco se fala dos problemas gerados pelo modelo de monocultura, pela grilagem de terras, pelas milícias dos produtores rurais, pela destruição do nosso ambiente ou pela violência que reina no interior do país a mando de grandes fazendeiros.

Nós do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social acreditamos que isso acontece porque a mídia não é democrática no Brasil. Porque a comunicação no país hoje está em mãos de pouquíssimos grupos privados, cada vez mais poderosos. Porque esses grupos não possuem ligação com o povo brasileiro, com seus interesses, objetivos, sonhos e esperanças. Para nós, a luta do povo brasileiro por seus direitos não pode mais ser criminalizada, nem pelos meios de comunicação, nem pelo Estado. Deve, ao contrário, ser entendida como uma necessidade histórica de transformações sociais há muito esperadas e adiadas em nosso país.

Infelizmente, os meios de comunicação têm se mostrado incapazes de promover uma reflexão aprofundada e um debate democrático, a partir de múltiplas visões, sobre a estrutura agrária e o modelo de desenvolvimento do país. A todos aqueles que desejam ver no Brasil uma verdadeira democracia, deixamos o convite para engrossar as fileiras do movimento pela democratização das comunicações no país – que em 2009 vivenciará a primeira Conferência Nacional sobre o tema.

Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
Março de 2009

FHC diz que governo não tem posição clara sobre sem-terra – Lilian Christofolletti –
Foha de São Paulo – Brasil – 07/03/2009

Segundo o tucano, Lula e Tarso se contradisseram sobre invasão com mortes em PE

Ex-presidente criticou ainda atuação do governo diante da crise econômica e afirmou que o PAC está sendo "afogado por incompetência"

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) afirmou ontem que o governo federal não tem uma atitude clara em relação à ocupação ilegal de terras. Ele criticou o que chamou de "indulgência" diante de abusos e do não-cumprimento de medida provisória anti-invasão editada em 2000, durante a gestão dele.

"O principal problema é que houve uma divisão no governo. O ministro da Justiça [Tarso Genro] disse que era uma coisa natural que houvesse invasões, era amadurecimento do movimento. O presidente Lula disse que era inaceitável. Não se sabe qual é a posição do governo. O país todo sabe que está havendo um abuso enorme. Nesse caso, especificamente, teve até morte. Não foi só uma ocupação de terra, mas uma ocupação violenta", disse, sobre episódio recente em Pernambuco.

No dia 21, quatro seguranças de uma fazenda em São Joaquim do Monte (PE) foram mortos durante invasão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em nota, o movimento afirmou que agiu em legítima defesa.

Na última segunda, o presidente Lula classificou o argumento como "inaceitável". "É inaceitável a desculpa de legítima defesa para matar quatro pessoas." No mesmo dia, Tarso Genro disse que não via aumento da violência no campo: "O que ocorre é a mobilização dos movimentos sociais em determinadas circunstâncias de uma maneira mais arrojada".

A Polícia Civil indiciou dois sem-terra pelos assassinatos. "Quando eu era presidente, o Congresso aprovou uma lei que dizia que terra ocupada não poderia ser desapropriada. Mas isso não está sendo posto em prática, o que é uma nova indulgência do governo com a transgressão da lei. É um problema grave", disse FHC, que participou ontem, em São Paulo, de encontro de ex-presidentes da América Latina. As críticas do tucano se somam às do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que afirmou na semana passada que o governo era cúmplice de atos ilegais do MST a partir do momento em que repassa verbas para entidades envolvidas em invasões. "Dinheiro público para quem comete ilícito é também uma ilicitude, e aí a responsabilidade é de quem subsidia."

Segundo o ex-presidente, o subsídio é necessário, mas não para beneficiar quem pratica invasões. Afirmou ainda ser incompreensível o governo não se posicionar a favor da lei.

"Não é que o MST não deva existir, mas deve existir dentro da lei. Ou então que o governo mude a lei e diga que não existe mais propriedade da terra, que pode ocupar à vontade. Mas isso não é o Brasil, aqui tem lei."

PAC afogado

Ao comentar o impacto da crise econômica no Brasil, FHC disse que as ações do governo limitam-se a propagandas otimistas e que as medidas "não se concretizam" porque os recursos, mesmo aprovados, não são usados em obras de infraestrutura. Considerou faltar competência para executar as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

"Investir no PAC é investir em infraestrutura, mas isso não vem sendo feito. Reitero: não há falta de recursos, há a não-execução de recursos autorizados. O PAC não está sendo afogado por falta de recursos, está sendo afogado por incompetência, por falta de projetos."

Segundo FHC, o investimento em infraestrutura no país não passa de 1% do PIB. O que demonstra, segundo ele, que o governo tem feito "muita onda" para pouco resultado. "No dia-a-dia, temos medidas de impacto, mas que não se concretizam. O governo não pode deixar de passar uma mensagem de esperança à sociedade, mas não pode ser só retórica", afirmou.

Governadores

O ex-presidente falou ainda sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o mandato dos governadores da Paraíba e do Maranhão, Cássio Cunha Lima (PSDB) e Jackson Lago (PDT), respectivamente.

Sem fazer referência a nenhum pré-candidato, o tucano afirmou que os abusos deveriam ser coibidos previamente, antes da posse do cargo. "Temos de coibir os abusos que já estão em marcha."

Para FHC, o TSE deve repensar a lei. Não tem sentido, afirmou, "um ano, dois anos depois de alguém ter exercido o poder, vir o tribunal, cassar o mandato e ainda nomear como substituto quem não ganhou. A legitimidade fica muito tênue".

CNA quer mostrar ligação de MST com ONGs – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2009

Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) encomendou um trabalho de campo para buscar provas da ligação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com as entidades que recebem recursos do governo.

Para a CNA, os sem-terra usam esse dinheiro público para financiar invasões de terra.

Segundo o plano de Kátia Abreu, a CNA irá contratar uma pessoa por Estado. Num prazo de oito meses, cada uma delas buscará qualquer tipo de evidência que ligue o MST a essas entidades, como movimentação financeira, fontes de recursos, formas de captação, registros contábeis, listas de dirigentes, endereços, encargos trabalhistas, entre outros.

"Vamos vasculhar tudo, cada papelzinho, cada bilhetezinho", disse a presidente da CNA à Folha. Ao final do trabalho de coleta das provas, o material será reunido e fará parte de uma ação judicial para buscar a personalização jurídica do MST.

Sem CNPJ, o movimento não pode receber recursos em convênios com o governo, como de educação, infraestrutura, cultura e assistência técnica. Por conta disso, criou diversas associações e cooperativas pelo país, como a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária) - essas de abrangência nacional.

Ontem, a Folha revelou que, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), os R\$ 8,2 milhões em verbas da Educação repassadas à Anca em 2003 e 2004, R\$ 7,3 milhões foram depois distribuídos a secretarias regionais do movimento.

Anteontem, o líder do DEM na Câmara, o ruralista Ronaldo Caiado (GO), encaminhou ao ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) requerimento pedindo explicações sobre repasses realizados pelo governo para entidades, que, segundo ele, podem ser ligadas ao MST. A assessoria técnica do DEM divulgou levantamento que mostra que 26 entidades receberam, só em 2008, R\$ 42 milhões da União.

A suspeita é que o repasse tenha aumentado a partir de 2006, como forma de compensar a queda na destinação de recursos a outras entidades.
(EDUARDO SCOLESE)

Camponesas se reúnem com Diretor Geral da FAO – Sítio Eletrônico do MST – 09/03/2009

Nesta terça-feira (10/03), mulheres da Via Campesina darão continuidade em Brasília à agenda da Jornada Nacional de Mulheres Camponesas na Luta Contra o Agronegócio, por Reforma Agrária e Soberania Alimentar, iniciada nesta segunda-feira (09/03).

Às 8h, uma comissão de trabalhadoras rurais se reúne com o Diretor-Geral da Organização para a Alimentação e a Agricultura da ONU (FAO), Jacques Diouf, no hotel Meliá Brasil 21 (SHS Quadra 6 - Conj. A - Bl.D - Asa Sul). Diouf convidou o grupo para discutir as propostas da Via Campesina para o campo brasileiro. “O convite do diretor da FAO mostra a importância de nossas denúncias sobre a prioridade que o Estado brasileiro dá ao agronegócio em detrimento da produção de alimentos”, afirma Marina dos Santos, integrante da Via Campesina.

A partir das 9h, no Senado Federal, as trabalhadoras rurais participam do lançamento da Aliança Camponesa Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente, ao lado de pastorais sociais/CNBB e organizações ambientalistas. Na atividade, os movimentos sociais do campo e diversas entidades ambientalistas apresentarão os acúmulos relacionados à discussão sobre o Código Florestal vigente e seu posicionamento com relação às mudanças propostas.

Para as entidades, a questão fundiária e a reforma agrária na Amazônia estão intrinsecamente ligadas à questão ambiental, e, diante disto, colocaram em sua pauta de estudo e discussão a proposta de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, publicada pela MP nº 458. “Os ruralistas, no Congresso Nacional e junto a setores do mesmo governo, investem na modificação do Código Florestal buscando criar facilidades à expansão do agronegócio na região e em outros biomas brasileiros, justificando e buscando apagar as suas ações criminosas contra o meio ambiente. Pedimos que o governo abra o diálogo em bases corretas com as entidades da sociedade civil e com as representações dos trabalhadores, antes de prosseguir com a elaboração e implementação de propostas sobre as questões fundiária e florestal”, afirmam as entidades.

Participam do lançamento, que acontece no Auditório Petrônio Portela do Senado, Maria José da Costa, da Via Campesina, a Senadora Marina Silva (PT-AC), Plínio de Arruda Sampaio, Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA) e Dom Tomás Balduino, das Pastorais Sociais/CNBB.

Sem-terra invadem ministério e usinas – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2009

Grupos da Via Campesina formados sobretudo por mulheres agiram em 7 Estados e no DF, destruindo plantações e fazendo protestos

Ações marcam o Dia da Mulher e criticam o suposto descumprimento da lei trabalhista por grandes proprietários de terras

Sem-terra ligados à Via Campesina, a maioria mulheres, promoveram ontem invasões e protestos em sete Estados e no Distrito Federal para marcar o Dia Internacional da Mulher, comemorado anteontem.

Em Brasília, cerca de 300 mulheres, segundo a Polícia Militar, invadiram o Ministério da Agricultura num protesto que durou quatro horas. A invasão ocorreu às 7h25. Usando lenços nos rostos, bandeiras e faixas, algumas com bonés e camisetas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as mulheres romperam um bloqueio de cinco seguranças e invadiram o piso térreo do prédio. Na ação, foram quebrados vidros da porta principal.

A Via Campesina, grupo internacional do qual MST, MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) fazem parte, diz que o governo tem sustentado um modelo de exportação do agronegócio, em detrimento de trabalhadores rurais, da reforma agrária e de pequenos agricultores. O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que o protesto foi "pacífico", mas considerou o ato "fora de foco", pois agricultura familiar e reforma agrária são tratados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não foi pedida audiência com o ministro.

Pai

Em Pernambuco, onde quatro seguranças foram mortos por sem-terra no Carnaval, houve confronto quando policiais tentaram impedir que cerca de cem trabalhadores rurais entrassem no pátio da Usina Cruangi, em Aliança. Um sem-terra foi conduzido à delegacia de Timbaúba após ferir um PM no rosto, mas foi liberado. Neste ano, protestos tiveram como foco o suposto descumprimento da legislação trabalhista por empresas proprietárias de terras. No mês passado, o Ministério do Trabalho resgatou 252 trabalhadores rurais -27 deles menores de idade- da Usina Cruangi em condições análogas à escravidão.

Em São Paulo, cerca de 600 mulheres, sendo 40 crianças, invadiram terras do grupo Cosan em Barra Bonita e acamparam a 800 metros da usina da Barra, a maior do mundo em capacidade de moagem de cana, segundo a empresa. Em Candiota (RS), cerca de 600 mulheres invadiram a fazenda Aroeira, área de 18 mil hectares que pertence à Votorantim Papel e Celulose, e destruíram parte de plantação de eucalipto. Manifestantes puseram abaixo cerca de 1.600 pés de eucaliptos em 90 minutos.

Para minimizar o risco de processos, mulheres que destruíram os eucaliptos se recusaram a dar entrevistas. A porta-voz do movimento, que falou com a Folha por telefone e não atuou diretamente na ação, diz que manifestantes de invasões anteriores se tornaram réus após serem identificadas. Em Alagoas, sem-terra destruíram parte da área de cana de um fazenda do ex-deputado João Lyra, em Branquinha. Mulheres da Via Campesina de quatro Estados (ES, MG, RJ e SP) invadiram o Portocel, porto de exportações da Aracruz Celulose, em Barra do Riacho (ES).

Segundo o movimento, cerca de 1.300 mulheres participaram -45, segundo a Aracruz. As operações pararam por cinco horas. Segundo a empresa, cerca de 2.000 toneladas de celulose foram danificadas. Agricultoras também protestaram em frente ao Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) de Presidente Prudente (SP). A mobilização foi liderada por Diolinda Alves de Souza, mulher do líder sem terra José Rainha Júnior. Na Paraíba, houve protesto em frente à Asplan (Associação dos Plantadores de Cana). No Paraná, em Porecatu, 1.200 participaram de caminhada.

Empresas dizem que ações são contrárias à lei – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2009

A Usina da Barra, do grupo sucroalcooleiro Cosan, disse por meio de nota que suas terras são "produtivas e em atividade" e que todos seus funcionários são "contratados regularmente e considerados referência positiva pelo Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho".

A empresa afirmou que sua produção, de 30 mil toneladas de cana-de-açúcar por dia, não foi interrompida e que eventuais prejuízos causados serão avaliados depois. Na nota, o grupo também argumenta que "já comunicou as autoridades competentes sobre a ocupação do MST".

A Votorantim Celulose e Papel divulgou comunicado no qual "lamenta e repudia" a invasão na fazenda Aroeira, em Candiota (RS), a 400 km de Porto Alegre. A empresa afirma que as manifestantes desrespeitaram decisão judicial que proibia a entrada na propriedade.

A Aracruz Celulose informou que a invasão ao Portocel, porto de exportações da empresa, em Barra do Riacho (ES), suspendeu a exportação de 3.500 toneladas de celulose. A empresa estima que tenha deixado de arrecadar US\$ 1,7 milhão (cerca de R\$ 4,3 milhões) com exportações ontem.

Para o diretor-superintendente do Portocel, Gilberto Marques, o "porto foi alvo de uma manifestação contra o agronegócio". Segundo a Aracruz, o porto é responsável por 70% da celulose produzida no Brasil, inclusive a de outras empresas.

Em nota, a Aracruz disse acreditar que "as acusações [da Via Campesina] estejam mais uma vez sendo utilizadas para encobrir e justificar atos ilegais e agressões, que buscam atingir não só a Aracruz, mas principalmente o agronegócio brasileiro como um todo e a economia do país".

O gerente jurídico da Usina Laginha, Átila Machado, afirmou que a fazenda invadida pelos movimentos é produtiva, que pertence ao grupo desde 1972, e que nunca havia sido alvo de invasões. Segundo ele, a questão trabalhista foi solucionada com a assinatura de um termo de ajustamento de conduta, que está sendo cumprido pela empresa. O pedido de reintegração de posse seria entregue ontem à tarde à Justiça, disse o gerente.

Justiça bloqueia bens de entidade ligada ao MST – Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/2009

A Justiça Federal de São Paulo determinou o bloqueio dos bens da Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), entidade suspeita de fazer repasses de recursos públicos ilegais ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), na sexta-feira.

A decisão é resultado de uma ação de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público Federal.

O processo teve início no último dia 4, uma semana após o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ter cobrado rapidez do Ministério Público na investigação de entidades ligadas ao MST.

No mesmo dia, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) -órgão que faz o controle externo do Judiciário e é presidido por Mendes- emitiu uma recomendação (não obrigatória) às varas e tribunais do país para que as ações sobre questões fundiárias tenham prioridade.

Segundo a acusação da Procuradoria, a Anca recebeu R\$3,8 milhões do governo federal para aplicação no Programa Brasil Alfabetizado, mas não comprovou o investimento no projeto de alfabetização de jovens e adultos. Esses recursos deveriam ser usados no ensino de 30 mil pessoas.

Na ação, o Ministério Público também alega que a Anca realizou transferências indevidas de dinheiro público ao MST.

O juiz da 14ª Vara Cível Federal, José Carlos Francisco, responsável pelo caso, disse, na decisão, que "perante o TCU [Tribunal de Contas da União] a Anca afirmou que não fez repasses ao MST (mesmo porque esse movimento não seria pessoa jurídica), mas admite ter feito parcerias com integrantes desse movimento para que, mediante unidades estaduais, fossem viabilizadas alfabetizações e capacitações junto às comunidades rurais".

As acusações têm como base apurações do TCU relativas ao período de agosto de 2004 a maio de 2005.

Segundo o juiz, a atual discussão sobre repasses ilegais ao MST teve influência sobre a decisão de bloquear os bens da Anca. "Os fatos narrados na inicial ganharam alguma divulgação recente, pondo em risco eventual ressarcimento do dinheiro público", afirmou Francisco na decisão.

O bloqueio de bens tem caráter provisório e é possível recorrer contra a medida. Em nota, a Anca informou que "no âmbito do processo, comprovará a correta aplicação dos recursos e a efetiva alfabetização dos alunos beneficiados". Segundo o texto, a entidade ainda não foi comunicada oficialmente sobre a decisão e só se manifestará após a intimação da Justiça.

Ministro participa da abertura do 10º Congresso da Contag – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2009

Políticas agrárias, agrícolas e sociais, ações para assalariados rurais, jovens, mulheres e idosos do campo, meio ambiente e sustentabilidade. Esses são os temas que cerca de três mil trabalhadores rurais de todo o País debatem em Brasília, entre os dias 10 e 14 de março, durante o 10º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A abertura do evento, na noite desta terça-feira (10), teve a participação dos ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da Previdência Social, José Barroso Pimentel; e do Meio Ambiente, Carlos Minc. Também participaram da mesa de abertura o representante regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) na América Latina e Caribe, José Graziano, além de integrantes de movimentos sociais brasileiros e internacionais.

Em discurso, Cassel lembrou os últimos seis anos em que o Governo Federal vem trabalhando junto aos movimentos sociais. "Nesse período, pudemos dar um novo significado ao termo agricultura familiar. Também assentamos mais de 520 mil famílias, ampliamos o crédito rural, a assistência técnica, o seguro-agrícola, criamos o Mais Alimentos e o Programa Territórios da Cidadania. A alma dos movimentos sociais está em cada uma dessas políticas", frisou.

Ainda estiveram presentes ao evento o presidente do Incra, Rolf Hackbart, secretários do MDA, superintendentes regionais do Incra, deputados federais e senadores. Para Hackbart, a atuação dos movimentos sociais é fundamental para a melhoria do meio rural brasileiro. "A reforma agrária precisa desses segmentos, como é o caso da Contag,

para promover o desenvolvimento rural sustentável, para acabar com a violência no campo e para promover a justiça social”, ressaltou.

O 10º Congresso da Contag é uma oportunidade para os trabalhadores rurais manifestarem suas demandas em relação às políticas públicas. Durante o encontro, os delegados representantes dos trabalhadores rurais vão se dividir em grupos temáticos, que discutirão o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário (PADRSS). No sábado (14), último dia do evento, serão eleitos o Conselho Fiscal da Contag, seus suplentes e a diretoria da Confederação para a gestão 2009-2013.

MST e dinheiro público – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2009

Em vez de se ater às questões relativas ao governo da Magistratura e às jurisdicionais, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, avança o sinal a todo instante e encarna o papel de um Luís XIV de toga.

Num Estado de Direito, com sistema de freios e contrapesos, o prestígio do Judiciário é reduzido quando o chefe desse poder, no caso Gilmar Mendes, passa a opinar sobre tudo. Pior, Mendes usa argumentos de autoridade. Critica outros poderes, instituições e seus representantes.

Nesta semana, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, resolveu responder às críticas de Gilmar Mendes sobre repasses de verbas governamentais que chegam ao MST e em face das invasões de fazendas em Pernambuco, com quatro mortes, e no Pará, estas do Grupo Opportunity, de Daniel Dantas.

Mendes, prejulgando, havia dito, que “a lei é muito clara. Não pode haver dinheiro público a subsidiar tais movimentos, que agem contra o Estado de Direito. Dinheiro público para subsidiar ilicitude é ilicitude”. O procurador Souza respondeu ser preciso investigar e examinar provas antes de se concluir sobre legalidade e estar o Ministério Público debruçado em várias apurações.

O procurador-geral mostrou como se deve atuar em um Estado de Direito. Depois dessa lição, o presidente do Supremo partiu para a insolência: “Claro que não podemos esperar. Do contrário, daqui a pouco, vamos ficar celebrando missa de sétimo dia, de um ano. Estamos falando de mortes”.

Nessa réplica, Mendes esqueceu do ritmo de “lesma reumática” do Judiciário. Deve ter se lembrado, apenas, da celeridade com que emprestou aos habeas corpus do paciente Daniel Dantas, quando até usou da comunicação telefônica para cobrar informações do juiz

O Jornal do Commercio e a defesa do latifúndio – Rodolfo Cabral - Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2009

O Jornal do Commercio publicou, neste domingo, mais um editorial contendo ataques ao MST: “Governo tem de enquadrar MST na lei”.

O posicionamento dá-se num momento bastante propício encontrado pela mídia para a criminalização do movimento, com a morte de quatro seguranças particulares num conflito fundiário em São Joaquim do Monte, agreste pernambucano, no dia 21/02. A partir do ocorrido, os veículos conservadores aproveitaram para levantar todos os ataques possíveis ao MST, passando pela defesa irrestrita da propriedade privada, pela crítica aos repasses de verbas públicas para entidades de apoio aos assentamentos, concluindo de forma simplista pela ilegalidade do movimento.

Dois pesos, duas medidas. O jornal segue a linha política da grande mídia, de proteger o agronegócio e combater os movimentos sociais de luta pela terra. A propaganda ideológica coloca o agronegócio como o modelo moderno de desenvolvimento do campo e de geração de divisas para o país. O MST, por seu turno, ao combater este sistema, seria o portador do atraso, o conservador. Neste sentido, coloca o editorial que o movimento “Definiu por conta própria que o grande agronegócio, a pesquisa de grãos geneticamente modificados, a agricultura e a pecuária voltadas para a exportação e, por conseguinte, para a criação de divisas constituem um mal para o País.”

O jornal silencia sobre a concentração fundiária e a exclusão social aprofundadas por tal modelo, que pressupõe grandes propriedades e mecanização do processo produtivo. Silencia sobre os danos ambientais causados com a expansão agropecuária em reservas naturais e pela monocultura. Não trata da problemática dos transgênicos, proibidos nos EUA e União Européia, mas utilizados em larga escala pelo “moderno” agrobusiness no Brasil. Não foi o MST que decidiu, pois, por contra própria pela problemática deste sistema, mas diversos estudos técnicos de entidades ambientalistas, além da própria realidade excludente do campo a denunciar diariamente as contradições desse sistema.

Outro reflexo dessa diferença de tratamento é notada pela cobertura da morte dos capangas em São Joaquim do Monte. Os conflitos fundiários fazem parte do contexto agrário brasileiro. Nunca se realizou uma reforma agrária no país. Os poucos avanços até hoje foram conquistados com as ocupações de terras, de forma que não resta outra opção aos movimentos sociais que não a da ação direta, da reivindicação constante por reforma agrária. Cotidianamente morrem trabalhadores rurais nesses conflitos, e a cobertura midiática é sempre tímida. Afinal, os latifundiários estão “protegendo” a sua propriedade, sendo, pois, legítimos quaisquer meios utilizados. Até mesmo em casos de massacres, como Eldorado dos Carajás, em 1997, no qual morreram 19 sem-terras, a mídia não se mobiliza para cobrar o fim da impunidade e a prisão dos envolvidos, e até hoje o massacre segue impune.

Dados da Comissão Pastoral da Terra colocam que, de 1985 a 2006, registraram-se 1.104 ocorrências de conflitos com assassinato. Nestes conflitos morreram 1.464 trabalhadores. Destas ocorrências somente 85 foram levadas a julgamento. Foram

condenados 71 executores e somente 19 mandantes. Não se vê a indignação da mídia e de outros setores a esse quadro. No entanto, quando a morte é dos representantes dos proprietários, os veículos de todo o país se manifestam, o presidente do STF, Gilmar Mendes, se pronuncia, os suspeitos são logo detidos.

Qual propriedade?

Em outra passagem do editorial, o JC publicou que “O importante é proteger o direito à vida e à propriedade, coibir as ilegalidades e colocar o MST e movimentos similares no seu devido lugar.” A Constituição Federal protege, é verdade, a propriedade privada. Mas o que o jornal omite é que tal proteção pressupõe o cumprimento da função social da propriedade.

A Carta Magna consagrou o instituto, incluindo-o no rol dos direitos e garantias fundamentais, e estipulando critérios claros para o seu atendimento. A art. 186 estipulou os critérios econômico, social e ambiental para o seu cumprimento. (I – aproveitamento racional e adequado; II – aproveitamento adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.) Não basta à propriedade ser produtiva. Para ser protegida pelo ordenamento jurídico ela deve ser explorada de acordo com os parâmetros da função social. Ao se omitir sobre a função social, o JC defende a propriedade absoluta liberal, que não demanda nenhuma conduta positiva do seu titular, modelo ultrapassado no mundo inteiro, ainda mais num país de propriedade concentrada e exclusão social como o nosso. Tal modelo é, inclusive, ilegal.

O proprietário que não dá à sua terra uma destinação que atenda à função descumpra à lei, perde a legitimidade de seu domínio. O MST e a legitimidade da luta pela reforma agrária. Por fim, o jornal ataca a legitimidade do MST para lutar pela reforma agrária, afirmando que as estratégias de luta estão “conduzindo um movimento de início popular e apoiado pela sociedade para o caminho da presunção, da autosuficiência e da ilegalidade.”

Tal afirmação faz parte de uma retórica que vem sendo muito utilizada, de colocar o veículo como sensível à reforma agrária, aos movimentos sociais, mas contrário às formas de atuação desses movimentos, que “deturpariam” a luta pela terra. Nada mais falacioso. O MST nunca teve a simpatia e o apoio dos grandes veículos de mídia, representantes da classe dominante, da propriedade. O jornal se utiliza ainda da afirmação de que “até marginais e presos foragidos” fazem parte do movimento, sem apresentar, no entanto, nenhuma prova de tal ocorrência.

Diante da inércia dos poderes públicos na realização de uma verdadeira reforma agrária, com a desapropriação das propriedades que não cumprem a sua função social, limitação do tamanho das propriedades, garantia de estrutura para os assentamentos, valorização da cooperação agrícola; enfim, com a construção de um modelo agrícola que garanta desenvolvimento social para todos, e não para uns poucos privilegiados, uma modernidade incluyente, não será possível a “indispensável tranquilidade e segurança necessárias aos trabalhos no campo” pregada pelo jornal.

O Governo tem, na realidade, é que enquadrar os proprietários na lei, e desapropriar as propriedades que não cumprem a sua função social, destinando-as à reforma agrária. O MST se coloca como uma importante força de transformação dessa realidade, e, em decorrência disso, enfrenta a oposição dos diversos setores conservadores, dentre eles o Jornal do Commercio.

* Rodolfo Cabral é Mestre em Direito e professor da Faculdade de Direito da UFPE

Via Campesina ocupa Ministério da Agricultura – Mauro Zanatta – Valor econômico – Política – 10/03/2009

De lenço roxo no rosto e um escudo improvisado em punho, a sem-terra mato-grossense Rosana Fernandes, 37 anos, ajudou outras 400 mulheres a ocupar ontem a entrada principal da sede do Ministério da Agricultura. Por quatro horas, as militantes da Via Campesina, um consórcio internacional de movimentos sociais, gritaram palavras de ordem em alegada "luta contra o agronegócio e pela reforma agrária", almoçaram e ameaçaram subir até o gabinete do ministro Reinhold Stephanes para entregar uma carta-protesto contra o financiamento público das "transnacionais" do setor. Em nota, ele reagiu: "As reivindicações colocadas hoje estão fora de foco. O pequeno produtor participa do agronegócio, assim como o médio e o grande."

Na ação-relâmpago, iniciada às 7h30, as vidraças de duas portas foram quebradas e um segurança do prédio ficou levemente ferido ao tentar conter a invasão. Muitas ativistas levaram os filhos para a ocupação do ministério, que contou com apoio logístico de dois carros e oito ônibus, além da distribuição de marmitas e água mineral. Stephanes não estava em seu gabinete na manhã de ontem e não viu os protestos organizados pela Via Campesina embaixo de sua janela. Três viaturas da Polícia Militar e quatro motociclistas da corporação acompanharam a manifestação sem intervir. Dois agentes e uma delegada da Polícia Federal estiveram no local.

Há 13 anos no Movimento dos Sem-Terra (MST), Rosana Fernandes ajudou a coordenar a Jornada das Mulheres Camponesas, planejada desde março do ano passado para "dar o recado" contra o uso de recursos públicos para financiar as atividades de empresas do agronegócio. "Na lógica do governo, teria que reclamara no MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Mas queremos denunciar o uso desses recursos para essas empresas através do Ministério da Agricultura", afirmou.

A coordenadora da ocupação lembrou que o protesto também refletia um repúdio ao fechamento de escolas nos acampamentos do MST no Rio Grande do Sul. Segundo ela, foram fechadas três das oito escolas comunitárias no Estado, onde seriam atendidas três mil crianças. "É coisa da burguesia latifundiária com o governo do Estado", disse.

A mulheres da Via Campesina devem participar hoje de uma audiência no Senado sobre a reforma do Código Florestal, criado em 1965. O Congresso avalia a reformulação da lei para permitir o plantio de espécies exóticas na Amazônia, com o eucalipto. "Eles causam um forte desequilíbrio ambiental. São insustentáveis", repetiu Rosana Fernandes, que entregava panfletos do protesto aos servidores do ministério.

O presidente Lula foi o grande ausente na solenidade de abertura do 10º Congresso da Contag. – Sítio Eletrônico da Contag – 11/03/2009

O presidente Lula foi o grande ausente na solenidade de abertura do 10º Congresso da Contag. A presença dele e da ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, estava confirmada até o início da noite, mas foi cancelada em função de uma reunião de emergência com a equipe econômica.

O presidente convocou uma reunião para discutir a retração de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre de 2008, divulgada ontem pelo governo federal, e a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne nesta quarta-feira. A expectativa do Palácio do Planalto é de que haja uma queda de, pelo menos, 1,5% na taxa básica de juros (Selic).

O deputado federal Beto Albuquerque (RS), vice-presidente do PSB, afirmou durante a abertura do 10º Congresso que a ausência do presidente Lula seria plenamente justificável se o Copom tomar a decisão de reduzir a Selic em 2% ou 3% na reunião de hoje. Os presidentes da CUT e da CTB também defenderam a diminuição da taxa de juros e anunciaram que as centrais sindicais vão promover o Dia Nacional contra a Crise, no dia 30 de março.

Agenda remarcada - O presidente da Contag, Manoel dos Santos, lamentou a ausência, mas afirmou que o presidente Lula confirmou presença no Centro de Convenções nesta quarta-feira, às 11h. "A assessoria dele nos informou que o presidente Lula faz questão de conversar com os delegados e delegadas que estão em Brasília para participar do 10º Congresso".

Fonte: Ronaldo de Moura, Agência Contag de Notícias

Aparelho agrário – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 11/03/2009

A JUSTIÇA Federal de São Paulo ordenou o bloqueio dos bens da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), suspeita de repassar recursos públicos

ilegalmente ao MST. Trata-se de ação elogiável do Judiciário, em especial pelo caráter simbólico, pois se destina a combater a atividade de organizações que, a pretexto de reivindicações sociais justas, se especializaram na delinquência.

O processo contra a Anca começou depois que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, cobrou empenho do Ministério Público nesse tema. O Conselho Nacional de Justiça também recomendou às varas e aos tribunais do país que deem prioridade a processos sobre questões fundiárias.

A reação se seguiu ao assassinato, em fevereiro, de quatro seguranças de uma fazenda em Pernambuco. Dois ativistas do MST foram presos em flagrante como autores dos homicídios. O pano de fundo, contudo, é a injustificável tolerância das autoridades diante dos crimes e abusos em nome da reforma agrária.

Atitudes semelhantes às do Judiciário não se verificam no governo federal, tampouco em gestões estaduais "amigas" desses movimentos. Está aí o problema: são fundos públicos que alimentam a cruzada obscurantista desses grupos. São seus militantes, colocados em posições estratégicas na máquina governamental da reforma agrária, que decidem para onde vai o dinheiro.

O acesso à terra tornou-se mero subterfúgio tático para quem não dispensa a violência em seu modo de agir. Criou-se uma dependência vital entre esses profissionais da ilegalidade e o dinheiro público, a qual é preciso coragem e determinação para romper.

Mulheres sem terra fazem ato no STF; polícia prende 7 no Sul – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2009

Em Brasília, manifestantes criticaram o presidente do Supremo, Gilmar Mendes

No Rio Grande do Sul, polícia desmontou acampamento e indiciou 7 supostos líderes da destruição de eucaliptos, que foram liberados à tarde

Cerca de 250 mulheres da Via Campesina protestaram ontem em frente ao Supremo Tribunal Federal. As manifestantes -as mesmas que um dia antes quebraram os vidros da entrada do Ministério da Agricultura- focaram suas críticas no presidente do STF, Gilmar Mendes, que tem atacado as ações dos sem-terra e os repasses de verbas às suas entidades. Enquanto isso, a polícia gaúcha desmontou o acampamento de mulheres da Via Campesina que invadiram uma fazenda da Votorantim Celulose e Papel em Candiota (RS) e indiciou seis mulheres e um homem sob acusação de invasão de propriedade e danos ao patrimônio.

Os sete suspeitos de liderar a ação que destruiu um hectare de eucaliptos na segunda-feira foram presos pela Brigada Militar ontem de manhã, levados à delegacia e liberados à tarde depois de prestar depoimento.

A polícia desmontou o acampamento erguido na noite anterior ao lado da fazenda Aroeira, da Votorantim, por volta das 8h, e identificou 537 pessoas, sendo 120 crianças e adolescentes. Foices, facões e machados foram apreendidos. "A polícia cercou o acampamento, destruiu barracos, separou as crianças e revistou as mulheres. Foram truculentos", disse Ana Soares, da Via Campesina.

A maioria dos manifestantes foi levada em ônibus para um ginásio esportivo de Candiota. A marcha que promoveriam e que deveria chegar hoje ao município de Bagé foi cancelada.

Em Porto Alegre, cerca de mil mulheres da Via Campesina promoveram uma marcha pelo centro da cidade. Com panelas vazias, elas foram até a superintendência do Banco do Brasil para protestar contra as medidas adotadas pelo governo federal para combater a crise.

Em Pernambuco, agricultoras do MST invadiram ontem os escritórios da Codevasf em Petrolina e Petrolândia para exigir investimentos no abastecimento de água a assentados. Uma agência da Celpe em Petrolândia também foi invadida ontem, segundo a PM.

As cerca de 600 mulheres e 40 crianças da Via Campesina que invadiram terras da Cosan em Barra Bonita (SP) na segunda seguiram ontem no local, apesar de a Justiça ter ordenado reintegração de posse. Os invasores da fazenda Campo Verde, em Branquinha (AL), também continuavam no local.

Via Campesina reúne agricultores em todo o mundo – Foha de São Paulo – Brasil – 11/03/2009

A Via Campesina é uma coordenação internacional que reúne organizações de camponeses e pequenos agricultores em todo o mundo. Atualmente, ela só não atua na Oceania. Em cada país, a organização tem uma coordenação nacional, formada por representantes dos movimentos que a integram. Há também coordenações continentais. Criada no início da década de 90, a Via Campesina, assim como o MST, não tem personalidade jurídica. No Brasil, segundo a assessoria do MST, a organização tem representantes de nove movimentos: o MST, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o MAB (Movimento dos

Atingidos por Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), PJR (Pastoral da Juventude Rural), Feab (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e Abeef (Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal).

Ruralistas pedem intervenção da Justiça no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2009

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e a Faepa (Federação da Agricultura e Pecuária do Pará) entraram ontem com um pedido de intervenção federal no Pará para que sejam cumpridos os mandados de reintegração de posse pendentes. Segundo a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que preside a CNA, existem 111 ordens judiciais para expulsar invasores em fazendas no Estado. Na semana passada, o governo estadual estimou esse número em cerca de 60.

O pedido foi encaminhado ao Tribunal de Justiça paraense. Se for deferido, os desembargadores encaminharão a ação ao STF (Supremo Tribunal Federal), que poderá requisitar à Presidência a intervenção. Se isso acontecer, os meios pelos quais os mandados serão cumpridos serão definidos pelo Executivo, segundo a assessoria jurídica da CNA. A governadora Ana Júlia Carepa (PT) é criticada pelas entidades por supostamente ser leniente com os movimentos agrários.

Em entrevista à **Folha** na última sexta-feira, a governadora disse que está cumprindo o que manda a Justiça. "Alguns gostariam que o governo saísse matando todo mundo, mas não vamos fazer isso." (**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**)

TCU determina bloqueio de bens de líder sem terra – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2009

O Tribunal de Contas da União determinou ontem providências para o bloqueio dos bens do líder do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) Bruno Maranhão e a aplicação de multas a dirigentes do Incra pelo repasse irregular de R\$ 5,8 milhões. O tribunal vincula os pagamentos ao financiamento da invasão da Câmara em 2006, organizada pelo movimento.

A Anara (Associação de Apoio à Reforma Agrária), vinculada ao MLST e responsável pelos convênios com a União, também deverá ter os bens tornados indisponíveis pelo TCU.

O tribunal já havia identificado desvio de cerca de R\$ 22 milhões em convênios da União com entidades ligadas a sem-terra. Na sexta, juiz federal de São Paulo bloqueou os bens da Anca, ligada ao MST, por suposto desvio de verbas.

A ligação entre repasses à Anara e a invasão foi indicada em parecer do procurador do Ministério Público no TCU Marinus Eduardo Marsico.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse que só comenta a decisão depois que o acórdão for analisado por sua procuradoria. A Folha não conseguiu localizar Maranhão.

Grupos sem terra invadem banco no RS e engenho em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2009

Dois dias após promoverem ações em sete Estados e de invadirem um ministério em Brasília, integrantes de movimentos sem terra voltaram a fazer manifestações pelo país ontem. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) fez ações em Goiás e Pernambuco, enquanto a Via Campesina invadiu um banco no Rio Grande do Sul. A ação ocorreu em uma agência do Banco do Brasil em Erechim (362 km de Porto Alegre). Sete integrantes da Via Campesina e do Movimento de Atingidos por Barragem foram presos. Eles impediram por duas horas o atendimento no local. A invasão terminou por volta das 15h30. A Via Campesina diz que 120 pessoas participaram e que o banco foi invadido para cobrar ajuda para pequenos agricultores prejudicados pela estiagem no RS. Em Pernambuco, cerca de cem famílias do MST invadiram um engenho em São José da Coroa Grande (140 km de Recife). O MST reivindica a área, que fazia parte de uma usina. O Incra diz que a terra não pode virar assentamento por questões ambientais. Em Goiânia (GO), membros do MST invadiram o prédio do Incra. Eles cobram o assentamento de famílias. Houve protestos também em Alagoas e no Pará.

Justiça Federal do Pará condena 27 escravagistas – Sítio eletrônico do MST – 12/03/2009

De uma só vez, julgamentos em bloco de 32 casos de trabalho escravo resultaram na condenação de 27 réus na Vara Federal de Marabá (PA). Trata-se de uma iniciativa inédita do Poder Judiciário no sentido de agilizar processos dessa natureza em primeira instância. Em 2008, o Pará foi o segundo Estado com maior número de pessoas libertadas no país, com 811 de um total de 5.244, de acordo com a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

As sentenças foram assinadas pelo juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad e divulgadas nesta quarta-feira (4/3). No total, 24 réus foram sentenciados pelo crime de

redução à condição análoga à de escravo, previsto no Artigo 149 do Código Penal. Em seis processos, três réus foram absolvidos da acusação de trabalho escravo, mas acabaram condenados por outras infrações.

"A opção por julgá-los `englobadamente` foi para agilizar os processos e ter uma percepção melhor dos casos, que eram bastantes similares. Assim, não há penas incongruentes", explicou o magistrado à Repórter Brasil.

Outro fator fundamental para destravar os processos foi a definição de um imbróglio jurídico. O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu a competência da Justiça Federal para julgar casos de trabalho escravo. Antes disso, os processos ficavam paralisados ou transitando entre a Justiça Federal e a Estadual. Para Carlos Henrique, o posicionamento do STF permitiu que os processos de escravidão possam progredir com mais celeridade.

Em entrevista à Repórter Brasil em maio do ano passado, o juiz Carlos Henrique apontou outro motivo substantivo para a aceleração dos processos sobre exploração de mão-de-obra escrava. "Tudo decorre da ênfase dada às fiscalizações pelo Ministério do Trabalho e Emprego nos últimos anos. O trabalho do grupo móvel, traduzido nas ações dos procuradores do Ministério Público do Trabalho, gerou mais processos na Justiça. A fiscalização mais intensa possibilita que haja mais decisões e punições em casos de trabalho escravo". Naquela ocasião, o juiz adiantou que dezenas de decisões referentes ao crime de trabalho escravo iriam ser concluídas nos próximos meses.

"Atualmente há outros processos de trabalho escravo aqui na Vara de Marabá, mas ainda não estão prontos para serem julgados. Provavelmente julgaremos o maior número possível de casos para continuar agilizando os processos", informa o magistrado da Vara Federal de Marabá.

Entre os condenados, há donos de propriedades onde os crimes foram flagrados, mas também há funcionários e os agenciadores de mão-de-obra, os "gatos". As penas variam: alguns acusados foram sentenciados a dez anos de prisão, e outros a pouco mais de três anos. A todas as sentenças cabem recursos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília (DF).

Ao julgar o processo de João Andrade Barroso, que foi absolvido, o juiz conclui que uma equipe de fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) "atuou, senão de maneira leviana e arbitrária, de forma equivocada". A sentença diz ainda que Barroso e Nestor de Jesus Corrêa, uma das testemunhas, afirmaram que os servidores do MTE não lhes permitiram falar nada, quando foram chamados a prestar esclarecimentos sobre supostos ilícitos que teriam sido cometidos na Fazenda Urtigão.

O juiz mandou remeter uma cópia da sentença, do relatório de fiscalização, da denúncia e da prova oral ao corregedor da Secretaria-Executiva do MTE, Ivando Pinto da Silva, "a fim de apurar a conduta dos servidores que integraram a equipe de fiscalização". Determinou ainda que os mesmos documentos sejam encaminhados à coordenadora nacional do grupo móvel de fiscalização e secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, "para que tome ciência dos fatos ocorridos nestes autos."

O fazendeiro Wilson Ferreira da Rocha foi sentenciado a nove anos, em dois processos diferentes. Um deles foi gerado por uma autuação de 2003, quando foram

resgatados 23 trabalhadores que, sob condições degradantes, operavam fornos de carvão, em sua fazenda, no município de Goianésia (PA). Wilson Ferreira Rocha fornecia o produto para a Cosipar (Companhia Siderúrgica do Pará), que, em um acordo com o MPT, pagou R\$ 1 milhão de indenização em 2005. Ele figurou na "lista suja" do trabalho escravo de 2004.

Confira a lista dos condenados e a pena:

- **Jerônimo Aparecido de Freitas**, condenado a 3 anos e 9 meses de prisão.
- **Francisco Sérgio da Silva Siqueira**, condenado a 4 anos.
- **Marco Antonio Chaves Fernandes de Queiroz e José Fernandes de Queiroz**, condenados e 6 anos
- **Oseon Oseas de Macedo**, condenado a 6 anos
- **Valdemir Machado Cordeiro**, condenado a 4 anos e 8 meses
- **Paulo César de Oliveira**, condenado a 6 anos
- **Humberto Eustáquio de Queiroz**, condenado a 4 anos.
- **Erismar de Faria Salgado**, condenado a 4 anos
- **Cezar Augusto de Oliveira**, condenado a 5 anos e 4 meses
- **Manoel Clementino Teixeira**, condenado a 3 anos e 4 meses
- **Francisco Vitalino de Oliveira Franco**, condenado a 5 anos
- **Valdemar Rodrigues do Vale**, condenado a 3 anos e 9 meses
- **Fábio Oliveira Ribeiro**, condenado a 4 anos e 8 meses
- **Milton Martins da Costa**, condenado a 5 anos e 3 meses
- **Walderez Fernando Resende Barbosa**, Antônio Vieira de Sá e José Aparecido Mendes Paulo, condenados a 8 anos e 3 meses
- **Rubens Francisco Miranda da Silva**, condenado a 4 anos
- **Magnon Coelho de Carvalho**, condenado a 6 anos
- **Joyce Anne Ramalho**, condenado a 3 anos e 4 meses.
- **Raimundo Rocha Martins Filho**, condenado a 5 anos e 5 meses e 10 dias
- **Vicente Medeiros**, condenado a 6 anos, 6 meses e 22 dias
- **José Régis da Silva**, condenado a 10 anos e 6 meses.
- **Rogério Queiroz de Araújo**, condenado a 3 anos e 9 meses.
- **Reinaldo José Zucatelli e Helmo Oliveira Lima**, condenados a 6 anos e 9 meses
- **Wilson Ferreira da Rocha**, condenado a 3 anos e em outro processo a 6 anos

Enfim! 27 escravagistas condenados por prática de trabalho escravo pela Justiça Federal do Pará

Em ato exemplar, esperado da Justiça brasileira por muitos anos, o Juiz Federal de Marabá, Carlos Henrique Borlido Haddad, despachou no último dia 5 de março, 32 sentenças em ações penais movidas por prática de trabalho escravo, um crime definido pelos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal. Em 26 sentenças condenatórias, 27 pessoas receberam penas que variam entre três anos e quatro meses e 10 anos e seis meses de

prisão, com média de cinco anos e quatro meses: são quase todos proprietários do sul e sudeste do Pará, além de alguns gerentes e agenciadores de mão-de-obra. Outras oito pessoas, em seis ações, foram absolvidas.

À origem dessas ações estão 32 fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho entre os anos 1999 e 2008, libertando cerca de 500 escravos (sendo 431 somente nas terras dos réus hoje condenados), em atividades de desmatamento, roço de pasto e carvoaria, em propriedades localizadas principalmente nos municípios de Itupiranga, Marabá, São Felix do Xingu, Rondon do Pará e Rio Maria. Metade das denúncias foi colhida pela CPT junto a trabalhadores fugitivos procurando socorro.

Paradoxo? Consta no rol dos atuais condenados o gerente da fazenda Lagoa das Vacas, em São Félix do Xingu, cujo dono, Aldimir Lima Nunes, vulgo ‘Branquinho’, ganhou Habeas Corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 28/06/2007 após condenação à prisão pela mesma Justiça Federal de Marabá, pelo mesmo crime e por crimes agravantes (incluindo ameaças de morte contra autoridades e contra agentes da CPT).

Embora passíveis de recursos cuja tramitação poderá gastar anos, tais sentenças criminais constituem uma verdadeira revolução no panorama de impunidade irrestrita de que se beneficiaram até hoje os escravagistas modernos no Brasil, uma situação amplamente denunciada nacional e internacionalmente e que só começou a ser revertida após a decisão do STF, em 30/11/2006, atribuindo à Justiça federal a competência para julgar este crime.

A indefinição que prevalecia até então garantia aos réus a possibilidade de recursos sem fim, até conseguir a prescrição do crime. Em virtude dessa brecha legal mantida por décadas com o consentimento do Judiciário, centenas de criminosos deixaram de ser julgados, muitos deles reincidindo mais de uma vez no mesmo crime. Menos de dez deles receberam pena privativa de liberdade.

Na ausência de possibilidade legal de confiscar a propriedade de tais criminosos (enquanto o Congresso protelar a aprovação da PEC 438/2001), as únicas punições aplicadas até hoje têm resultado de condenações pecuniárias pronunciadas pela Justiça do Trabalho ou dos efeitos dissuasivos oriundos da inclusão dos proprietários na “Lista Suja”, frustrando dramaticamente as metas da política nacional de erradicação do trabalho escravo.

Das 445 fiscalizações realizadas no Pará entre 1995 e 2008, com efetiva libertação (11.035 libertados), somente 204 geraram Ação Penal, sendo 144 efetivadas entre 2007 e 2008. No Tocantins, equiparado com o Mato Grosso e o Maranhão nesse deplorável ranking, 107 fiscalizações do mesmo período libertaram 1.909 escravos, mas resultaram em somente 21 Ações Penais.

Tamanho déficit na ação da justiça resulta cumulativamente da não-conclusão de centenas de Inquéritos criminais de competência da Polícia Federal, da inércia do Ministério Público, da lerdeza calculada do Judiciário. Por outro lado, para explicar essa incipiente retomada, reconhece o Juiz Haddad: "Tudo decorre da ênfase dada às

fiscalizações pelo Ministério do Trabalho e Emprego nos últimos anos. O trabalho do grupo móvel, traduzido nas ações dos procuradores, gerou mais processos na Justiça. A fiscalização mais intensa possibilita que haja mais decisões e punições em casos de trabalho escravo".

As atuais condenações ganham especial relevância no contexto da polêmica latente, alimentada pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária) e sua bancada ruralista, sobre a natureza da escravidão contemporânea no âmbito do "moderno" agronegócio brasileiro, e sobre seu conceito legal. O entendimento expressado pelo Juiz Federal de Marabá está em perfeita sintonia com a letra e o espírito da lei quando afirma que "a lesão à liberdade pessoal provocada pelo crime de redução à condição análoga à de escravo não se restringe a impedir a liberdade de locomoção das pessoas. A proteção prevista em lei dirige-se à liberdade pessoal, na qual se inclui a liberdade de autodeterminação, em que a pessoa tem a faculdade de decidir o que fazer, como, quando e onde fazer", o que não é possível para alguém submetido a condições degradantes ou mesmo a trabalho forçado, as duas hipóteses constitutivas do tipo penal.

Além de irreversíveis danos ao meio ambiente e aos territórios de comunidades tradicionais, o desenfreado avanço do agronegócio sobre as terras do cerrado e da floresta têm resultado até hoje na afronta brutal aos direitos do trabalhador, culminando no recrudescimento do trabalho escravo. Tratados como mero insumo e mercadoria descartável no processo produtivo, 5.244 brasileiros e brasileiras foram libertados da escravidão em 2008, o segundo recorde histórico desde 1995.

Esse escândalo tem que acabar.

Oxalá a Justiça brasileira acorde de vez e cumpra enfim seu papel constitucional, punindo os verdadeiros criminosos de forma dissuasiva, amparando as vítimas e estimulando a sociedade civil a continuar se mobilizando pelo direito de todos à terra e à dignidade.

Goiânia, 09 de março de 2009

Coordenação Nacional da CPT

Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo

Nova ofensiva contra o MST - Plínio de Arruda Sampaio – Folha de São Paulo – Opinião
– 16/03/2009

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é sujeito a dois tipos de ataque: os permanentes e os intermitentes.

O primeiro tipo é desferido cotidianamente pela UDR (União Democrática Ruralista) e pela "bancada ruralista". Já a segunda forma de ataque acontece de vez em quando. Neste momento, o movimento se debate contra esse segundo tipo: uma grande ofensiva patrocinada por inimigos visíveis e invisíveis. Um dos inimigos visíveis é o atual

presidente do Supremo Tribunal Federal. Extrapolando claramente suas funções, esse magistrado está exigindo providências judiciais para averiguar supostas irregularidades no repasse de verbas federais a entidades ligadas ao MST. No afã de agredir os sem-terra, sobrou para o Ministério Público, acusado de tolerância com o crime -o que provocou irada reação do procurador-geral, o honrado dr. Antonio Fernando de Souza.

Toda ofensiva -como explicam os tratados militares- deve ter um objetivo central bem claro. A ofensiva atualmente em curso contra o MST visa "limpar" a área fundiária de uma organização autêntica, que pode ser o sério obstáculo à implantação do novo modelo agrícola adotado pelo governo -o modelo do grande agronegócio. A ordem, portanto, é enterrar de uma vez a reforma agrária.

As desapropriações de imóveis estão paralisadas e os assentamentos não recebem o apoio necessário para que possam sair adiante.

Explico: diante da resistência dos proprietários rurais, do poderio da bancada ruralista e da esperada demanda externa por produtos agrícolas, o governo resolveu desistir da reforma agrária e abraçar a fantasia mirabolante de montar, na Amazônia, uma enorme agricultura de exportação de carne, soja e álcool de cana-de-açúcar. A crise mundial demonstrará a inconsequência dessa política.

O MST é um estorvo para o projeto de transformar a Amazônia em polo exportador de grandes dimensões, pois a instalação de imensas fazendas nas terras públicas da região depende de investidores que não costumam colocar seus milhões em terras litigiosas.

Exigem, primeiro, que sejam legalizadas. Aí então eles as compram dos grileiros. Trata-se de um processo semelhante ao da lavagem de dinheiro. No caso, trocam-se títulos contestáveis por títulos garantidos pelo governo. Pois, apesar da norma constitucional que determina a destinação de terras públicas à reforma agrária ou a projetos de colonização, o governo está decidido a entregar essas terras a grandes produtores.

Se o MST desaparecer ou ficar desmoralizado, sua influência sobre a opinião pública se reduzirá substancialmente e a pressão pela reforma agrária cairá a zero, deixando o governo com as mãos livres para regalar 67 milhões de hectares de terras públicas a grileiros que as venderão ao "honrado" agronegócio. Para ter uma ideia do tamanho desse "Panamá", basta lembrar que essa superfície é maior do que toda a terra arável da Alemanha somada à da Itália.

Não por acaso, além de investir contra as ocupações, a atual ofensiva lança suspeitas sobre a legalidade dos repasses de dinheiro a entidades que prestam serviços aos assentados.

Acusações de corrupção constituem, como se sabe, elementos devastadores da reputação de pessoas e de entidades. No entanto, o que corre solto, em Brasília, são os mais venenosos boatos a respeito das maracutaias que estão por trás não do repasse de verbas ao MST, mas da regularização do grilo amazônico.

Não é para menos: ao arrepio da Constituição, as medidas provisórias permitirão aos grileiros regularizar posses ilegais de até 1.500 hectares e ter preferência para adquirir outros 1.500 hectares que serão licitados.

O açodamento do governo para aprovar essas normas por meio de medidas provisórias, sem um debate maior com a sociedade, e a disputa entre o Ministério do Planejamento Estratégico, o do Meio Ambiente e o do Desenvolvimento Agrário não ajudam a desfazer a situação nem a deixar de ver, na mudança do modelo agrícola, a causa real da nova tentativa de arrebanhar o movimento dos sem-terra.

A cidadania precisa repudiar esse ataque, pois uma coisa é certa: a esperança que o MST sustenta entre a população rural é a única coisa que está impedindo a reprodução no Brasil da tragédia que ensanguenta a Colômbia há mais de 50 anos.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO, 78, advogado, é presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e diretor do "Correio da Cidadania". Foi deputado federal pelo PT-SP (1985-1991) e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

Ocupar terra de Dantas é "dever do povo brasileiro", afirma Protógenes em ato –
Laura Caprigione – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009

O delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz defendeu ontem em São Paulo que "ocupar fazenda de banqueiro bandido é dever do povo brasileiro". Manifestou assim seu apoio à invasão da fazenda Espírito Santo, de propriedade do banqueiro Daniel Dantas, por 280 militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), no último dia 28.

Protógenes foi o coordenador da Operação Satiagraha, que apurou possíveis ilegalidades cometidas por Daniel Dantas à frente do Grupo Opportunity. No dia 1º de abril, o delegado deve comparecer à CPI dos Grampos da Câmara para explicar supostos abusos que teriam ocorrido durante as investigações. Protógenes foi afastado do caso.

Segundo o delegado, que ontem discursou diante de 70 militantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, ligado ao PSOL, "no dia 1º, o povo brasileiro vai ver em que

condições essas terras [as da fazenda Espírito Santo] foram adquiridas", além de saber "quais os interesses escusos por trás disso aí".

O encontro contou com a participação da presidente nacional do PSOL e hoje vereadora de Maceió, Heloísa Helena, que tratou o delegado todo o tempo por "herói". Alguns ativistas vestiam camiseta amarela com inscrição em verde "Protógenes contra a corrupção".

Foi nesse cenário que o delegado convocou os presentes a organizarem caravanas para, no dia 1º, em Brasília, "exigir a punição daqueles que saquearam os cofres do nosso país. E para impedir a punição daquele servidor público federal que cumpriu o seu dever." Falava de si mesmo.

Interrompido por aplausos, prometeu explicar como se deu a participação no que chamou de "quadrilha" de cada personagem "que tem relação espúria, corrupta, criminosa com o banqueiro bandido Daniel Dantas".

Em pelo menos sete vezes, o delegado referiu-se a Daniel Dantas como o "banqueiro bandido". E disse que, no Brasil, "falta punição". Mencionou Bernard Madoff, preso na semana passada depois de se declarar culpado em um dos maiores escândalos financeiros dos EUA.

"E o nosso banqueiro aqui? É homenageado e cortejado", disse Protógenes. A defesa de Daniel Dantas alega que houve irregularidades e atos persecutórios na investigação conduzida pelo delegado da PF. Fazendas do banqueiro no Pará são o alvo declarado do MST na região.

PF investiga aliança entre madeireiros e sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009

Para extrair madeira, fazendas com reservas florestais viram alvo de invasores

Segundo a polícia, união informal ocorre em área de grande desmatamento em Rondônia; madeireiros e sem-terra não comentam

Uma investigação da Polícia Federal detectou uma "aliança informal" entre sem-terra e madeireiros no interior de Rondônia. O esquema envolveria, de acordo com a polícia, a escolha da propriedade, a invasão da terra, a expulsão do fazendeiro, o desmatamento e, por fim, a venda da madeira.

Segundo relatório da PF obtido pela **Folha**, a parceria é formada pela LCP (Liga dos Camponeses Pobres) e madeireiros da região de Buritis, Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia. O lucro da venda é dividido entre líderes sem-terra e os donos das madeireiras.

Criada em 2003, a LCP é uma dissidência radical do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em Rondônia, tem diálogo com a superintendência regional do Inra, toma conta de assentamentos e reivindica a desapropriação de outras áreas.

"Os madeireiros de Buritis, após explorar até a exaustão a madeira em áreas de manejo autorizadas pelo Ibama e nas reservas indígenas próximas, fizeram uma aliança com os líderes da LCP a fim de avançar sobre as reservas florestais das grandes fazendas", diz a PF.

A **Folha** procurou a direção da LCP, mas ninguém quis comentar o relatório da PF, assim como proprietários de algumas madeireiras locais.

O esquema

Na prática, segundo a polícia, essa "aliança" começa na escolha da terra a ser invadida. Os sem-terra "não invadem médias e pequenas propriedades, porque seus proprietários, em geral, exploram suas reservas florestais para se capitalizar, não restando, portanto, quantidade economicamente interessante aos líderes da LCP".

Esses sem-terra visam sempre a invasão de áreas com reservas florestais, em especial aquelas voltadas para a pecuária. Dessa forma, o gado pode ser abatido para sustentar o acampamento. Segundo a PF, os integrantes do movimento social nunca invadem área sob controle dos madeireiros.

De acordo com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a região é o principal foco do desmatamento no Estado -um dos líderes do desmate na região da Amazônia.

Quem lidera as invasões é um braço armado da LCP, com cerca de dez homens, segundo o relatório. Esses homens entram na propriedade, expulsam fazendeiro e peões e autorizam a entrada dos demais sem-terra para montar o acampamento e extrair a madeira.

No local de atuação dessa "aliança informal", entre meados de 2007 e meados de 2008, o Ibama aplicou 538 multas, que totalizam cerca de R\$ 35 milhões.

Vítimas dessa aliança, os fazendeiros desconhecem a participação dos madeireiros, retaliando, então, apenas os sem-terra. Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência, 12 crimes motivados por conflitos fundiários ocorridos desde meados de 2006 nessa mesma região permanecem sem esclarecimento.

"Os inquéritos policiais são extremamente precários. Isso explica essa sequência de mortes", disse Ailson Machado, assessor de mediação de conflitos agrários da secretaria.

"Todas essas barragens do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] vão causar uma migração para o Estado, o que tende a agravar os problemas, essa violência", diz Fermino Fecchio, ouvidor-geral da Cidadania da secretaria e que assina ofício enviado ao procurador-geral de Justiça de Rondônia pedindo explicações sobre os crimes. Procurada pela **Folha** e informada sobre o teor da reportagem, a Secretaria da Segurança Pública de Rondônia não se manifestou.

Essa aliança é de conhecimento do Ministério Público de Rondônia, que mantém o tema sob sigilo para, segundo o procurador-geral de Justiça, aguardar o momento certo para flagrar os madeireiros.

Para os madeireiros, oriundos do Sul do país, a aliança permite usar mão-de-obra de um movimento sem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), ou seja, que não pode ser responsabilizado, e não se indispõem com os fazendeiros, a maioria de São Paulo.

Demissões deixam Raposa em clima de "fim de festa" – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil - 16/03/2009

Esperando decisão do STF, arroteiros dispensam funcionários e descartam novo plantio

Julgamento na corte, que será retomado na quarta, já teve 8 de 11 votos a favor da retirada da população não-índia da reserva em RR

Arroteiros da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) dizem que estão demitindo funcionários com a proximidade do julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), que poderá colocar um ponto final no imbróglie em que se transformou a homologação da área.

Para eles, a medida é necessária em razão da indefinição sobre o caso e devido a uma possível determinação favorável à retirada da população não-índia do interior da reserva.

A reportagem conversou com 4 dos 5 arroteiros que têm fazendas na área de 1,7 milhão de hectares. Três deles afirmam que estão demitindo. Todos dizem que, com a provável ordem para a retirada, os funcionários em sua totalidade -tanto índios quanto não-índios- serão dispensados.

Na quarta-feira, o STF deve retomar o julgamento do caso. Em dezembro, 8 dos 11 ministros do tribunal votaram a favor da demarcação contínua da área e a consequente retirada da população não-índia. Naquela ocasião, o ministro Marco Aurélio Mello pediu vista.

Para Paulo César Quartiero, ex-prefeito de Pacaraima (município que tem parte do território dentro da área indígena) e produtor de arroz, o clima no interior da reserva, para os rizicultores, é de "fim de festa". Ele diz que a previsão é de não preparar um novo plantio.

"Logicamente estamos demitindo. Quando acabar a colheita [que deve se prorrogar até maio], teremos que demitir todos. Não estamos mais comprando insumos." Quartiero conta que, desde o início do ano, demitiu cerca de 50 funcionários. Ele diz que já teve 200 empregados em suas fazendas na reserva.

O produtor rural Genor Faccio afirma que, com a indecisão sobre o caso, os arroteiros estão impedidos de produzir.

"Semana passada demiti 12 funcionários [de 50] da fazenda. Na semana que vem, provavelmente eu demita mais uns dez. Com essa indefinição e com uma provável decisão contra a gente, ficamos sem fazer nada com os funcionários."

Ivalcir Centenaro, que tem cerca de 30 funcionários, diz que já demitiu ao menos quatro. "A gente já mandou embora um pessoal e vai ser, daqui para frente, 100%. Não terei onde plantar", afirma ele.

Caso o STF determine a retirada dos arroteiros, o rizicultor Ivo Barili diz que "aí vai ter de parar, vai ter de demitir".

Para o governo de Roraima, se os arroteiros deixarem a reserva, o desenvolvimento econômico do Estado ficará comprometido. A reportagem tentou durante a semana falar com o governador José de Anchieta Júnior (PSDB) sem sucesso.

Ansiedade

Enquanto os arroteiros vivem um clima de "fim de festa", os índios da Raposa/Serra do Sol que defendem a retirada do grupo estão ansiosos com o desfecho do caso e querem que o STF "bata o martelo".

A retirada da população não-índia do interior da terra indígena deveria ter sido concluída até abril de 2006, segundo previa uma portaria assinada em 2005 pelo então ministro da Justiça do governo Lula, Márcio Thomaz Bastos.

O coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), Dionito Souza, disse que os índios favoráveis à demarcação contínua querem a "retirada imediata" dos arroteiros. "Não vamos mais aceitar esperar um, dois, três anos", afirmou.

Na quarta-feira, índios favoráveis à demarcação contínua esperam reunir cerca de mil pessoas na comunidade do Barro, no interior da reserva, para acompanhar o julgamento.

Índios preparam protestos para o julgamento – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009

Uma série de manifestações deve marcar o julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) da ação que analisa a constitucionalidade da demarcação em terra contínua da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) pretende reforçar as ações da campanha Anna Pata, Ana Yan (Nossa Terra, Nossa Mãe), pedindo a conclusão do julgamento. Mais de 3.000 índios participarão de manifestações em Brasília, Boa Vista (RR) e na própria Raposa/Serra do Sol.

Suspensão em dezembro, após pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello, o julgamento deve ser retomado pelo STF na próxima quarta-feira. Oito dos 11 ministros do STF já votaram a favor da demarcação contínua das terras nos termos da homologação feita pelo governo federal, em abril de 2005. Há pelo menos 17 mil indígenas de várias etnias vivendo na região.

Caso a maioria dos ministros mantenha o entendimento, um grupo de grandes produtores de arroz e de aproximadamente 50 famílias de agricultores brancos terão de deixar parte da área de 1,7 milhão de hectares. Esses agricultores permanecem nas terras por não concordar com o valor das indenizações oferecidas pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

Três ministros -Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Gilmar Mendes, presidente do STF- ainda não apresentaram seus votos. Os oito ministros que já se manifestaram sobre a questão ainda podem mudar de posição.

Demarcação de terras – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 16/03/2009

O Congresso Nacional está diante de uma tarefa das mais importantes, se decidir se colocar à altura dos verdadeiros problemas nacionais.

Talvez seja uma ocasião para que reverta a pauta que tem sido a sua nos últimos meses, com uma imagem negativa junto à opinião pública. Os deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro acabam de apresentar, neste mês de março, um projeto de lei, no 4.791, relativo à demarcação de terras indígenas, que se reveste da maior importância.

O projeto propõe uma nova sistemática de demarcação de terras indígenas, fazendo com que o Poder Legislativo intervenha nesse processo, não ficando esse a mercê exclusiva do Poder Executivo. A proposta faz todo o sentido, visto os inúmeros conflitos que a Funai, apoiada pelos movimentos sociais, tem suscitado do ponto de vista do Pacto Federativo, da Soberania Nacional e do Direito de Propriedade.

Seus agentes agem com completa autonomia, numa situação que, embora legal, não podemos deixar de considerar como anômala.

Com efeito, o presidente da Funai é uma pessoa escolhida por um período de tempo determinado para exercer funções administrativas, muitas vezes nem pertencendo aos quadros da própria instituição.

Recrutado normalmente por critérios políticos e ideológicos, vem a exercer uma responsabilidade que não hesitaria a chamar de propriamente constituinte, sem ter, porém, nenhum mandato para tal. Um freio deve ser posto ao arbítrio de militantes e antropólogos engajados! No dizer do projeto: “Estudos antropológicos superficiais, conduzidos por profissionais sem a necessária isenção, fundamentam a demarcação de imensas áreas do território nacional, muitas vezes superiores à área de países inteiros, em ofensa aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.” Seu cargo lhe dá um poder enorme, não usufruído por nenhum deputado ou senador. Age por atos administrativos (portarias, resoluções, instruções normativas) feitos a seu bel-prazer, respaldado por certos antropólogos e movimentos sociais como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Tais pessoas e grupos passam, então, a legislar, a demarcar novos territórios indígenas, como se estivessem imbuídos de função messiânica, reconfigurando o território nacional e a própria história brasileira.

Feito isso, os responsáveis deixam os seus cargos numa troca de governo.

Seus atos, no entanto, permanecem, deixando as suas consequências para as próximas gerações. Coloca-se a pergunta: tinham mandato para tal? O novo projeto de lei visa a reparar essa anomalia. O Congresso Nacional é a instância republicana encarregada

da elaboração de leis, sendo a expressão da vontade popular, que se manifesta através de eleições. Nesse sentido, a demarcação de terras indígenas seria muito mais democrática se passasse pela aprovação daqueles que têm mandato para tal. O argumento de que o Congresso está, hoje, desacreditado não se sustenta, pois uma lei desse tipo vale para outros legislativos futuros.

Todas as sociedades que sucumbiram aos cantos maléficos de supressão da instância legislativa caíram nas diferentes formas de autoritarismo, senão de totalitarismo. O próprio projeto é uma demonstração tangível de seriedade parlamentar! O país já possui mais de 108 milhões de hectares de terras indígenas, o que corresponde a 13,5% do território nacional, para uma população que não ultrapassa 400.000 pessoas em terras propriamente rurais. No caso dos indígenas que vivem nas cidades, o problema é completamente outro, pois já são aculturados. Seus problemas são sociais, educacionais, de saúde, de moradia e de trabalho e, como tais, devem ser enfrentados. A questão, aqui, não é de ordem fundiária.

Ora, tal extensão corresponde a uma boa fatia do continente europeu, correspondendo a muitos países. Logo, qualquer nova demarcação deveria ser extremamente criteriosa. Por exemplo, há em curso, em Mato Grosso do Sul, como bem observam os dois parlamentares, uma disputa por demarcação de uma área de mais de 10 milhões de hectares de terra fértil.

“A região concentra parte substancial da produção rural de Mato Grosso do Sul, onde trabalham 30 mil agricultores, e responde por 60% da produção de grãos daquele Estado.” Pode uma unidade federativa ser amputada de uma parte tão substancial de seu território? O Brasil é uma unidade federativa, não uma comunidade de nações. O processo histórico que conduziu a esse arcabouço constitucional, construído com muita dor e luta, não pode ser levemente questionado por movimentos sociais, ONGs nacionais e estrangeiras e organizações políticas, que procuram redesenhar o país.

Surge aí a ideia e, pior, a pretensão de formação de nações indígenas, com direito a autodeterminação e autogoverno.

Os mais engajados, como o Cimi, vinculado à CNBB, e ONGs internacionais, já falam de reconhecimento internacional dessas nações junto a organismos internacionais. Advogam para que o país reconheça a Declaração dos Povos Indígenas, que sinaliza para esse caminho. A soberania nacional ficaria inviabilizada, com o país não podendo mais explorar livremente os seus recursos minerais e hídricos.

Inclusive, a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal estaria comprometida. O clima de insegurança está instalado, podendo ter como desfecho situações de violência. “Proprietários cujos títulos foram regularmente emitidos pelo governo brasileiro se vêem subitamente na condição de ‘invasores’ de suas próprias terras, em clara violação aos princípios da segurança jurídica e da boa-fé que regem a relação entre o Estado e seus administrados.” Não se resolve um problema fundiário criando outro, onde os protagonistas, proprietários rurais e indígenas, aparecem ambos como vítimas. Eis por que a cautela democrática proposta pelos deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro deve ser levada em máxima consideração.

DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada desfiliação da Contag à CUT – Sítio eletrônico da Contag – 17/09/2009

17/03/2009 A maioria dos participantes do 10º Congresso decidiu que a Contag não continuará filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O sim à filiação recebeu 1.109 votos e o não, 1.441. Houve seis votos nulos e quatro em branco, e 44 delegados e delegadas credenciadas não participaram do processo de votação.

A proposta de desfiliação foi vitoriosa em 10 das 15 urnas. A diferença de 332 votos foi anunciada às 23h. Os defensores da posição de autonomia da Contag frente às centrais sindicais comemoram o resultado no Centro de Convenções Ulisses Guimarães.

Os trabalhos do 10º Congresso continuam neste sábado, às 8h, com a votação da chapa que deverá dirigir a Contag nos próximos quatro anos. **Fonte:** Ronaldo de Moura, da Agência Contag de Notícias

Ao dificultar o avanço do agronegócio, MST sofre nova criminalização – sítio Eletrônico do MST – 17/03/2009

Com os rigores da crise se apresentando à realidade nacional, e diante de qualquer ameaça à implantação do modelo agrícola voltado ao agronegócio, viu-se nos últimos dias um recrudescimento da perseguição de setores do poder e da mídia contra o MST e suas reivindicações – amparadas pela própria constituição, como não lembrou o ministro Gilmar Mendes ao falar das ocupações de terra.

Para expor as posições e demandas do movimento, o *Correio da Cidadania* conversou com Marina dos Santos, coordenadora nacional do MST. Sua análise aponta para uma antecipação do calendário eleitoral de 2010 promovida pela direita, e que pretende deturpar o atual governo ao mesmo tempo em que combate qualquer tipo de mobilização social em defesa dos trabalhadores.

Marina refuta a hipótese de uso indevido de verbas públicas para ocupações, avisando que o movimento continuará combatendo as políticas de financiamento a "empresas causadoras da crise, como a Stora Enzo, Veracel e outras, que continuam demitindo e que promovem trabalho escravo, degradam o meio ambiente e dependem de exportação".

A íntegra da entrevista pode ser conferida a seguir.

O que o MST pretende mostrar à opinião pública com as recentes ocupações de terra em

Pernambuco e São Paulo, uma vez que já se manifestou que o grande problema a ser combatido é o modelo econômico, com privilégio ao agronegócio?

Estamos nesse momento de crise que a sociedade vive em consequência de todo o modelo neoliberal aqui promovido, que suprimiu o papel do Estado privatizando empresas públicas, destruindo instrumentos de defesa nacional, desregulamentando outros, retirando direitos dos trabalhadores, gerando desemprego... São várias as consequências provocadas pela crise e achamos que, se não houver um processo de mobilização geral, a conta acabará sendo paga pelo conjunto dos trabalhadores.

Portanto, pensamos que todo tipo de mobilização social – greve, paralisação, ocupação de terra – é importante, principalmente no campo. Isso porque a reforma agrária é uma política que pode contribuir como proposta de superação desta crise. Ela é importante porque é uma política barata, democratiza renda, riqueza, propriedade privada, meios de produção, gera empregos, produz alimentos, preserva o meio ambiente.

Todas essas são questões relevantes e por isso as ocupações de terra são importantes, pois precisam ser colocadas na ordem do dia, nos debates nacionais.

É assim que o movimento espera, na atual fase, convencer a sociedade do equívoco que representa tal modelo?

Acho que o equívoco se revelou sozinho, porque há pouco tempo, antes da crise, ninguém aceitava sequer dialogar sobre o atual modelo de agronegócio e a ameaça que representava à vida no campo, à soberania alimentar, e sua lógica de exploração e concentração de terras e bens naturais – água, terra, energia, minérios...

Dessa forma, é a crise que demonstra que tal modelo de desenvolvimento não resolve o problema dos trabalhadores. Sendo assim, a mobilização é uma forma de a classe se conscientizar da gravidade da crise em que nos encontramos, que não é cíclica, como dizem alguns analistas, mas sim estrutural, muito mais forte, de longo prazo, tendendo a piorar cada vez mais.

É uma forma de as pessoas, de fato, se mobilizarem e debaterem, para, sobretudo, fazerem a luta no sentido de que o preço da crise não seja pago pelo bolso dos trabalhadores. Seu custo deve ser cobrado das empresas que se apropriaram de todas as estruturas e bens de capital, e que agora querem se apropriar também de nossas vidas.

Como o MST encara as acusações de uso ilegal de verba pública, através de cooperativas, como a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), inclusive para a prática de atos ilícitos?

O MST nunca viu nem precisou de um tostão de recursos públicos para fazer ocupações de terra e de latifúndios improdutivos. Já são 25 anos de MST, a sociedade brasileira já pôde tomar ciência da seriedade do movimento ao utilizar a ocupação das terras improdutivas para mobilizar e pressionar o governo a atender aos acampamentos e avançar nas propostas de reforma agrária.

O que achamos engraçado é que colocam o MST no patamar de quem desvia recursos públicos, mas não denunciam o que os governos promoveram de destruição do Estado brasileiro, através de privatizações, de retirada das políticas públicas necessárias à sociedade etc.

Portanto, continuaremos defendendo a idéia de que o governo tem a obrigação de liberar recursos públicos para investir nas áreas da educação, saúde, agroindústria, fortalecendo os assentamentos e comunidades rurais de todo o interior do país.

Mas há realmente repasse de verbas dessas associações para o MST, o que configuraria, segundo algumas lideranças e estudiosos do próprio movimento, um processo absolutamente legal?

Existem entidades cadastradas e em situação totalmente legal nas instâncias do governo federal para receber dinheiro com o objetivo de investir nessas áreas, não só de assentamentos, como também em todo o meio rural.

Tais entidades exercem o papel que deveria ser do Estado brasileiro, o de investir em educação, saúde, capacitação, agroindústria e diversos setores dos quais se retirou, pelo simples intuito de apoiar as empresas transnacionais e salvar o capital.

Como dito, em nenhum momento o MST se utilizou de verbas públicas para realizar as ocupações. São os assentamentos da reforma agrária que utilizam esses recursos para investir em agricultura, pois precisam deles.

O que pensa, assim, da cruzada de alguns membros de altas esferas de poder no sentido de denegrir o movimento, como se viu através do Ministério Público gaúcho e de declarações de Gilmar Mendes?

Vemos que a elite, a direita brasileira, está fazendo uma leitura da crise pela qual passamos. Estão preocupados, com medo, e não admitem a possibilidade de haver movimentos organizados nesse país, pois sabem que são um 'mau exemplo' para a classe trabalhadora e que esta pode vir a se mobilizar para cobrar seus direitos.

Fazendo tal leitura, as elites anteciparam o calendário eleitoral de 2010, colocando um bem preparado representante seu como interlocutor e porta-voz oficial, no caso o Gilmar Mendes.

E quanto às referências pejorativas da própria mídia, como, por exemplo, a Folha de S. Paulo, que acusa o movimento de delinquir, em editorial do dia 11 de março, em sua página A2?

Seguindo a lógica da leitura da crise por parte da elite, coloca-se todo o aparato de repressão ideológica do estado brasileiro - via meios de comunicação, imprensa, parte do judiciário, parte do MP - para criminalizar os movimentos sociais. O fechamento das escolas no Rio Grande do Sul é mostra disso.

Não devemos nos amedrontar, mas sim continuar com o processo de mobilização, luta e ocupação de terra, para assim garantir a realização da reforma agrária no país.

A participação da imprensa serve para estigmatizar o MST diante da sociedade, mas o movimento também recebe a solidariedade dos trabalhadores brasileiros e da comunidade internacional, que acreditamos que continuarão nos defendendo e também se defendendo desse modelo de desenvolvimento para o país.

Como você vê a situação paradoxal onde tanto estas autoridades quanto a própria mídia acusam o governo de compactuar e acobertar o movimento, quando ao mesmo tempo sabemos das insatisfações do MST com a política agrária sob o mandato de Lula?

Por conta da crise, voltamos a ver nesse caso que a direita antecipou o calendário político de 2010. Dessa forma, o que procuram é mesmo estigmatizar e desmoralizar o movimento, jogando contra ele toda a sociedade. Mas continuaremos trabalhando dentro da ótica que defendemos.

O movimento enxerga na crise perspectivas, ou possui estratégias, para fortalecer suas reivindicações e aumentar o respaldo junto à opinião pública?

Continuaremos nos mobilizando com os trabalhadores, também dando sequência à luta pela reforma agrária.

Seguiremos em frente com as jornadas de lutas, contestando as verbas públicas que o Estado brasileiro concede às empresas causadoras da crise, como as liberações do BNDES à Stora Enzo, Veracel e outras que, por sua vez, continuam demitindo.

Devemos nos posicionar contra o financiamento a empresas que promovem trabalho escravo, degradam o meio ambiente e que dependem de exportação, sem se preocupar com a produção de alimentos para o mercado interno. São todos pontos que continuarão em nossa pauta de forma destacada.

Medida Provisória 458 poderá regularizar terras griladas – Sítio Eletrônico do MST – 17/03/2009

O Congresso Nacional pretende apreciar até o dia 11 de abril uma nova Medida Provisória (MP) editada pelo governo federal que, se aprovada, será a carta branca para a legitimação da grilagem. Trata-se da MP 458, que autoriza a regularização de terras da União na Amazônia Legal, com até 1,5 mil hectares, sem licitação. Ao todo, o governo prevê a regularização de 296 mil imóveis rurais em 436 municípios, permitirá que mais de 67 milhões de hectares de terras griladas sejam legalizadas.

Para o geógrafo e professor titular da USP (Universidade de São Paulo), Ariovaldo Umbelino, “a MP tem em seu interior a possibilidade de regularização das verdadeiras pequenas posses, mas também das terras griladas, com até 2.500 hectares”. O professor explica que hoje, na Amazônia Legal, estão cadastrados no Incra, como posse, 302 mil imóveis, que corresponde à ocupação de uma área de 42 mil hectares. Desses imóveis, 93% são minifúndios pequenas propriedades, mas ocupam somente 39 % da área. Outros 4% dos imóveis são médias propriedades e ocupam 17%. E somente 3% das posses são latifúndios, porém ocupam assustadores 42% desses milhares de hectares de terra. Segundo Umbelino, aí está a principal manobra jurídica da MP: tornar equivalentes o grileiro e o posseiro.

Além da justificativa de ser uma medida para solucionar a questão da regularização fundiária na Amazônia, a MP se esconde por detrás de outro argumento também muito utilizado pelo governo federal, que aponta ser ela também uma arma importante para o combate ao desmatamento. Porém, Umbelino explica que é mais um argumento frágil. “Na verdade, seria preciso ver se as fazendas que já estão regularizadas respeitam o código florestal [que exige a preservação de uma parte de floresta dentro da propriedade]. Quem

conhece o estado do Mato Grosso, por exemplo, sabe que nenhuma fazenda respeita o código. Não desmatam só os 20% que não poderiam desmatar, desmatam também as áreas de proteção permanente [áreas que não compreendem a propriedade]”.

Alguém viu a Reforma Agrária?

Para José Vaz Parente, diretor nacional da Cnasi (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra), a discussão acerca da MP demonstra a necessidade imperativa de deflagrar o reordenamento da estrutura fundiária do país. “‘Regularização’ sempre foi concebida como um ato complementar a implementação da Reforma Agrária. Essa MP, porém, rompe completamente com essa lógica”, alerta Parente.

O membro da direção nacional do MST, João Paulo Rodrigues, segue no alerta de Parente e afirma que a medida reafirma o modelo de desenvolvimento agrícola proposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e que em nada foi alterado durante o mandato de Lula. “A MP complementa a lógica de que o agronegócio tem que avançar na Amazônia, com criação de boi, eucalipto e soja”.

João Paulo aponta que o governo federal já demonstrou que a Reforma Agrária está completamente fora da pauta. “Nunca tivemos muitas ilusões de que esse governo iria resolver o problema da concentração da terra”, declara. Desde 1994, apenas 50 mil famílias Sem Terra do MST foram assentadas. Os últimos dados sobre famílias assentadas são de 2007. Naquele ano foram assentadas somente sete mil de uma projeção de 100 mil, estabelecida pelo próprio governo.

E a situação ainda pode piorar. A secretária geral da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Sônia Moraes, receia que esse “péssimo exemplo do governo federal” possa ser reproduzido nos demais estados da federação em relação às terras devolutas e públicas. Segundo ela, a medida provisória não cumpre o que está na Constituição Federal, no que diz respeito a uma política agrária com respeito à função social da terra, garantindo preservação ambiental, direitos trabalhistas e produtividade. “Ela é inconstitucional, pois está desrespeitando os próprios princípios da nossa política agrícola e agrária”. Moraes ainda alerta que a provação da MP pode ser uma ameaça aos poucos assentamentos do Incra que existem na região, pois certamente sofrerão mais pressão dos grandes latifundiários que plantam a serviço do agronegócio e sempre buscam mais terra.

A realidade desumana das mulheres canavieiras em Pernambuco – Sítio eletrônico do MST – 18/03/2009

Neste mês de março, em homenagem a luta das mulheres trabalhadoras, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a Via Campesina Pernambuco mostram, nesta reportagem especial, a realidade das trabalhadoras rurais da zona da mata do estado, vítimas da exploração cotidiana protagonizada pelo monocultivo da cana de açúcar. Os relatos e depoimentos das canavieiras mostram o lado ainda mais perverso do modelo de produção baseado no

agronegócio e são a prova da necessária luta contra o agronegócio e pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar para o povo brasileiro:

No município de Água Preta, zona da mata de Pernambuco, às 4h da madrugada de um dia em fevereiro, homens e mulheres saíam de suas casas, carregando marmitas e facões, e caminhavam até o ponto onde os ônibus das Usinas os levariam para trabalhar no corte da cana da região. Nos períodos da safra de cana-de-açúcar em Pernambuco, essa cena se repete todos os dias com milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Todos os 43 municípios da zona da mata - região de maior produção de cana do estado - têm o monocultivo da cana como atividade econômica hegemônica. As plantações chegam a atingir uma área de aproximadamente 450 mil hectares. Em 2008, a produção de etanol (extraído da cana-de-açúcar) no estado, superou em 49% a de 2007. São recordes e mais recordes de produtividade extraídos da terra e do esforço desumano dos canavieiros e canavieiras.

Raízes da pobreza no campo: agronegócio e cana de açúcar - Enquanto o Brasil se destaca no cenário internacional como um dos maiores produtores de etanol do mundo, as grandes regiões de produção de cana no país apresentam índices lamentáveis. A zona da mata Pernambucana possui índices GINI de concentração de terras que chegam a atingir 0,9 - pelo índice de GINI, quanto mais próximo do número 1, maior é a concentração de terras - e o estado, como um todo, aparece com o quinto pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país.

Em Pernambuco, a pobreza no campo sempre esteve intrinsecamente ligada à economia desenvolvida pelo modelo de produção da cana. Mesmo quando o estado era o maior produtor nacional do monocultivo - até a década de 70 -, os níveis de pobreza eram um dos maiores do mundo e foram incansavelmente denunciados por cientistas pernambucanos como Josué de Castro e Nelson Chaves. Atualmente, a face moderna da produção da cana se reveste do discurso governamental "pela busca da energia limpa", porém, a custos sociais, ambientais e econômicos muito altos.

A situação de miséria e escravidão se agrava ainda mais com o aumento dos investimentos estatais e privados destinados ao agronegócio e para impulsionar a produção dos agrocombustíveis. Os números comprovam: a oferta de crédito rural do Governo Federal para a agricultura empresarial nesta safra (2008/09) é de R\$ 65 bilhões, contra apenas R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar. No último dia 06 de março, o Governo Federal anunciou mais um "socorro" ao setor sucroalcooleiro paulista e do centro-oeste, com dinheiro público. Na ocasião, foi divulgando a liberação imediata de R\$ 2,5 bilhões para financiar o estoque de etanol e prometeu renegociar uma dívida de R\$ 3,45 bilhões das grandes usinas junto ao BNDES - que só no ano passado liberou mais de R\$ 6,5 bi para várias empresas do milionário agronegócio sucroalcooleiro, utilizando verbas da sociedade e dos trabalhadores, a exemplo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)

Trabalho escravo - O modelo de produção do agrocombustível, através do etanol, não esconde que uma de suas bases de sustentação é o trabalho escravo. A introdução de novas técnicas produtivas e o excesso de mão de obra disponível aumenta a cobrança por melhores rendimentos dos trabalhadores. Para garantir um salário, o trabalhador precisa atingir determinados níveis de produtividade que exigem esforços desumanos. "O salário daqui, se o cara puxar muito, faz. Se não puxar, não faz não. Pra fazer um salário aqui é um sufoco, tem que trabalhar muito. O trabalho da cana é muito ruim. É um salário e pronto, nós não passa de um salário aqui não", comenta Dona Sebastiana, do município de Água Preta, que trabalha na cana desde os 11 anos. "É três tonelada o salário. Eu trabalho junto com meu marido, aí tem que fazer o que? Seis toneladas", complementa. Relatos de problemas de saúde, por conta do esforço físico exigido, também são frequentes: "É muita dor que eu sinto no meu corpo. Eu tenho problema de gastrite e coluna. Incomoda muito eu abaixando, levantando, abaixando, levantando. Tem dia que eu vou me deitar doente e acordo pior, tomo remédio e é o mesmo que nada. Eu tomo remédio, vou pro médico e não passa a dor. Eu vou trabalhar assim mesmo, um dia boa, outro dia doente", desabafa Dona Sebastiana.

Em 2008, foram encontrados 529 trabalhadores em situações de escravidão e super exploração nas usinas de cana em Pernambuco. Um dos casos mais emblemáticos foi o da Usina Vitória, localizada no município de Palmares, quando, no mês de novembro de 2008, foram resgatados de uma só vez 241 trabalhadores rurais em situações degradantes. Outro caso foi o da Usina Ipojuca, que mantinha em um regime de exploração mais de 150 canavieiros. Já em 2009, no mês de fevereiro, em uma operação do Grupo Móvel de Erradicação do Trabalho Escravo, foram resgatados 252 trabalhadores rurais, dentre eles, 27 menores de idade. Todos encontrados sem as condições mínimas de trabalho exigidas por lei, na Usina Cruangi, município de Aliança, também zona da mata do estado. A realidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem sob essa condição é muito maior do que se tem registro. O Grupo Móvel não consegue acompanhar todas as denúncias de trabalho escravo feitas pelos movimentos sociais do campo.

Mulheres canavieiras - resistência na zona da mata

O caso de Dona Sebastiana se repete em milhares de mulheres que trabalham na cana-de-açúcar. Segundo dados da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) e dos registros dos Sindicatos em cada município, a participação das mulheres nos canaviais do estado varia de acordo com a região. Chega a ser 20% a participação feminina nas usinas de cana em alguns municípios da zona da mata sul do estado. Já na zona da mata norte é quase inexistente a participação das mulheres no processo produtivo da cana. Líderes sindicais avaliam que a força de trabalho feminino no campo tem diminuído gradativamente nos últimos anos. Para a diretora de mulheres da Fetape (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco), Maria Aparecida, a Molica, os pagamento de benefícios, como a licença maternidade, são alguns dos elementos que têm contribuído para esta diminuição na contratação de mulheres. A causa central é a busca por índices elevados

e permanentes de produtividade, com o menor custo possível e sem garantir direitos trabalhistas.

As histórias das mulheres que sobrevivem nos canaviais mostram o lado ainda mais perverso da produção do monocultivo. Além do trabalho na usina, há o trabalho em casa e com os filhos. "Acordo às 2h da madrugada, pegamos o ônibus às 4h e largamos lá pelas 15h, 16h, dependendo da cana. Quando eu chego em casa é muita luta ainda, viu... eu vou arrumar a minha casa né, e a casa do meu pai", comenta a trabalhadora rural Ivanusa Maria da Silva Ribeiro, de 46 anos, cortadora de cana e moradora do município de Água Preta.

Famílias inteiras são submetidas ao trabalho degradante - A trabalhadora rural Dona Maria José, de 46 anos, comenta que começou a trabalhar na cana com 11 anos. "Comecei no lugar da minha mãe, quando ela engravidava e ficava de resguardo." O depoimento de Dona Maria José alerta para um dos grandes problemas, consequência do modelo de produção do monocultivo no estado: "Um grande número de famílias da região são prisioneiras do modelo de produção da cana-de-açúcar. Todos trabalham: pai, mãe e filhos e filhas. O monocultivo criou uma grande dependência na economia da região. A maioria é submetida ao trabalho desumano e não encontra outra oportunidade de trabalho", comenta Bethânia Mello, da CPT.

As mulheres quando engravidam, trabalham até a última hora, para conseguir completar a produção e garantir um salário. "Fiquei meio assim, passando mal, fui pro hospital já era tempo de ganhar o bebê. Trabalhei de manhã, à tarde já fui ganhar o bebê", comenta uma das trabalhadoras rurais do município de Água Preta.

Ao saírem para enfrentar o trabalho da cana, muitas mães não tem com quem deixar os seus filhos. Muitos desses jovens não conseguem se manter nos estudos e são obrigados a trabalhar. Em muitos dos casos, a cana de açúcar é vista como a única oportunidade. "Eu tive cinco filhos, quando um ia crescendo, ai ficando com os outros. Deixava comida pronta em casa, mamadeira. Quando eu chegava, dava banho, dava mais comida e era assim. Assim criou-se tudinho. Já tá tudo de maior.

Tudo trabalhando na cana" comenta Helena Maria da Silva, de 43 anos, que há 27 trabalha na cana de açúcar. Neste período, criou os cinco filhos sozinha, sem o pai das crianças. De acordo com Molica, da Fetape, as principais reivindicações específicas das mulheres na luta sindical do campo é a criação de espaços de creche, a liberação para a realização de exames preventivos duas vezes ao ano, além de medidas de prevenção contra o assédio sexual, sofrido por muitas trabalhadoras.

Segundo Molica, apesar dessas reivindicações já terem sido aprovadas, nenhuma delas são garantidas pelos usineiros.

Mas as trabalhadoras seguem resistindo a esta situação imposta pelo estéril latifúndio, que lhes negam a Reforma Agrária e a dignidade humana. Mulheres, companheiras capazes de gerar vidas e mestras na arte de "descansar", têm a paciência para cultivar a esperança e sonhar com um outro Brasil em que a terra seja partilhada e que haja distribuição de renda. As mulheres se negam a dar continuidade a este modelo de escravidão, causado pelo monocultivo da cana, como diz Dona

Maria José: “Não quero gerar nenhum filho para trabalhar na cana, não. Por que isso não tem futuro. Aqui a gente não tem nada, não somos nada.”

13 trabalhadores são resgatados de fazenda no Maranhão – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2009

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego libertou nesta terça-feira (17/03) 13 trabalhadores de situação análoga a de escravidão em uma fazenda localizada no município de Bom Jesus da Selva, no sudeste do estado do Maranhão.

Os trabalhadores foram resgatados da Fazenda Lagoinha de propriedade de Antonio Fernandes Camilo Filho. Eles realizavam “roço de uquirá”, não dispunham de materiais de segurança, o alojamento ficava exposto à floresta, possibilitando ataques de animais ou insetos. Outros trabalhadores eram alojados junto com as rações de animais.

Dentre os resgatados estavam uma mulher e duas crianças de colo, ela e todos os demais foram encaminhados à Delegacia Regional do Trabalho de Açailândia, onde o proprietário, prestará contas à Justiça, podendo pagar uma multa de até 15 mil reais aos trabalhadores.

A Fazenda Lagoinha é reincidente. Pela segunda vez é flagrada com trabalhadores nestas condições. Da primeira vez, em 2003, 27 trabalhadores foram resgatados. No mesmo ano, o proprietário teve seu nome incluso na Lista Suja do Ministério do Trabalho e Emprego. Atualmente, cerca de 34 propriedades no Maranhão estão na lista.

Somente neste ano, em pouco mais de dois meses, cerca de 200 trabalhadores de todo o país foram libertados de condições de escravidão pela Unidade Móvel. No Maranhão este é o segundo resgate.

Demarcação é "muito séria" para a Funai, diz Mendes – Felipe Seligman e Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 19/03/2009

STF retoma julgamento e Marco Aurélio Mello vota contra a saída dos não índios de reserva

Com placar de 9 votos a 1 favoráveis à demarcação contínua da Raposa, sessão continua hoje, com voto do presidente da corte

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, fez ontem, na retomada do julgamento da Raposa/ Serra do Sol (Roraima) um ataque ao trabalho da Fundação Nacional do Índio ao dizer que "o processo de demarcação é muito sério para ser tratado pela Funai".

O julgamento foi retomado ontem, mas não terminou e continuará hoje. Votaram Marco Aurélio Mello e Celso de Mello que deixaram o resultado parcial em 9 a 1 pela demarcação contínua e retirada dos não índios da região, posição defendida pelo relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto.

Falta ainda o voto de Mendes. Marco Aurélio foi o único a votar pela presença de arroteiros na área dos não índios.

O presidente da Funai, Márcio Meira, que acompanhava a sessão do plenário, disse que discordava da posição de Mendes. "A Funai tem responsabilidades sérias. Prova disso é o resultado do processo de demarcação de terras no Brasil nos últimos 40 anos, inclusive a Raposa, consagrada pelo Supremo até o momento."

O STF ainda precisará discutir como tornar prática a decisão sobre a demarcação. O caso da Raposa está sendo analisado pela Justiça desde março de 2008, quando o STF suspendeu a ação da Polícia Federal para retirar fazendeiros da área.

A tensão causada pela presença de não índios na Raposa, que tem superfície de 1,7 milhão de hectares, data pelo menos dos anos de 1970, época em que a ditadura militar empreendeu política de ocupação do norte do país. Alguns dos arroteiros presentes na área (restaram atualmente cinco) dizem ter chegado lá naquele período.

Demarcada em 1998, durante o governo FHC (1994-2002), a reserva foi homologada por decreto do presidente Lula em 2005. O caso divide governo federal, governo de Roraima, igreja, índios e ONGs (organizações não governamentais). Marco Aurélio, responsável pelo pedido de vista que suspendeu a última sessão, em dezembro, propôs a nulidade do processo demarcatório, alegando que ele contém vícios, e sugeriu uma nova elaboração, levando em conta os interesses do Estado, dos três municípios existentes no interior da reserva, dos rizicultores e dos demais não índios. Após o voto de Marco Aurélio, Ayres Britto pediu a palavra e rebateu argumentos sobre vícios no processo, protagonizando um desentendimento com o colega. Ao ouvir o relator, Marco Aurélio afirmou: "Respeito o voto alheio e não penso que seja adequado fazer críticas ao voto do colega".

Depois de Marco Aurélio, o ministro Celso de Mello acompanhou a posição do relator.

A maioria dos ministros também concorda com a proposta do ministro Carlos Alberto Direito, que sugeriu a criação de 18 condições para manter a reserva como ela foi definida -esses pontos também serão discutidos na retomada do julgamento hoje.

Ruralistas aprovam medidas contra MST em reunião vazia – Sítio Eletrônico do MST
– 19/03/2009

A bancada ruralista na Câmara aproveitou-se do esvaziamento na Comissão de Agricultura, nesta quarta-feira (18/3), para aprovar uma série de requerimentos contrárias à atuação do MST. As reuniões das comissões foram adiadas por conta da morte do deputado Clodovil Hernandez (PR-SP). A Comissão de Agricultura manteve a reunião e votou as medidas do DEM e PSDB.

Entre as propostas aprovadas está o requerimento para que "seja extinta a subcomissão especial para tratar da garantia do direito de propriedade face às ações governamentais relativas à reforma agrária, às questões indígenas, ambientais e às minorias étnicas".

No mesmo requerimento, os deputados da oposição conseguiram aprovar, em substituição, subcomissão especial com o objetivo de tratar de invasões de propriedades rurais e atentados ao Estado de Direito no Pará.

O deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), presente à reunião, que votou contrário todos os requerimentos, conseguiu alterar a mudança do tema proposto pelos deputados Abelardo Lupion (DEM-PR) e Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) para "fazer a intermediação dos conflitos agrários no Brasil."

Também de autoria do DEM, foi aprovado requerimento que pede audiência com o procurador geral da República, Antônio Fernando de Souza, a fim de discutir as providências que estão sendo tomadas com relação ao repasse de dinheiro ao MST.

O parlamentar petista disse que se posicionou contrários aos requerimentos argumentando que eles continham uma visão preconceituosa em relação ao MST. Ele disse ainda que o presidente da comissão, deputado Fábio Souto (DEM-BA), alegou que havia sido fechado acordo antes da chegada do petista à reunião e os requerimentos foram aprovados em bloco.

“Percebemos que há uma intenção de punir os pequenos agricultores e de se contrapor à questão do movimento sem terra”, disse Fonteles.

Governador Roberto Requião elogia MST – Sítio Eletrônico do MST – 19/03/2009

Numa solenidade de formatura de delegados de policia do Paraná, o governador Roberto Requião, ontem, disse, para espanto de todos, que o MST é uma dádiva de Deus.

. E explicou: o MST encaminha uma juventude excluída para um trabalho de militância social e arar um pedaço de terra.

Com o MST eu converso, disse Requião.

Eu encaminho reivindicações ao Governo Federal; eu faço uma escola.

- . Com o crime organizado – que seria a alternativa para a juventude excluída – eu faço o que ?, perguntou Requião ?
 - . No MST, alguns querem o socialismo e eles têm direito a isso.
 - . Outros querem um pedaço de terra.
 - . E outros querem vender a terra – e são esses que empurram o MST adiante.
 - . Eu conversei com o Governador Requião sobre a Sanepar.
 - . Uma empresa de saneamento que Daniel Dantas privatizou e Requião tomou de volta.
 - . Requião, ao contrário do Presidente Lula, enfrentou Dantas.
 - . Requião disse que gostaria muito de ver Dantas na cadeia.
 - . E disse mais, sobre a batalha do Presidente do Supremo e o delegado Protogenes: Requião acha que autoridade não deveria ter direito a sigilo.
 - . A nenhum sigilo, muito menos o telefônico.
 - . Só não pode divulgar conversas íntimas, privadas.
 - . O resto, todo mundo tem o direito de saber.
- O homem público é público, diz Requião.
- Paulo Henrique Amorim

Os sem terra e a "gota d`água" – Sítio eletrônico do MST – 19/03/2009

Todos que temos vida pública, por qualquer posição política que tomamos, somos obrigados a dar explicações. Estejamos votando um projeto de lei, por exemplo, ou no caso de posições assumidas sobre qualquer outro tema, sempre somos cobrados.

Não me queixo disso. O problema é que, muitas vezes, o cobrador recebeu a informação pela metade, ou não a compreendeu. Já a discordância, com educação e inteligência, é salutar. Mas o que me deixa acabrunhado é a grosseria com que as cobranças, em algumas ocasiões, são feitas.

Dias atrás participei de um debate no programa "Espaço Aberto", da Globo News, apresentado por Alexandre Garcia. O outro debatedor era o deputado Ronaldo Caiado, da UDR (União Democrática Ruralista). O tema era a violência no campo, a morte de quatro capangas em Pernambuco e as declarações dadas pelo ministro Gilmar Mendes sobre o MST.

Uma breve observação: não me lembro de ter visto Gilmar Mendes, em diversas ocasiões anteriores, quando trabalhadores sem-terra foram assassinados por fazendeiros ou a mando deles, ter feito alguma declaração condenatória, ou mesmo de a TV Globo ter promovido algum debate específico em seu canal de notícias.

Como resultado desse debate, recebi alguns e-mails. Comento aqui dois deles. Ambos discordam da posição que assumi durante o programa — um, com educação, e o outro, que transparece ódio. Para preservar seus autores, identifico-os somente pelas suas iniciais.

O senhor A.M. educadamente dirige-se a mim, discorda da minha posição política, critica parte das ações do MST e elogia Caiado e Mendes. Por mais de uma vez, afirma ver em mim "um homem de bem". Agradeço.

Já L.C.P., que diz ser engenheiro, paranaense de Curitiba e eleitor do PT, afirma ter "vergonha" das minhas posições políticas. Diz que fui a "gota d'água" para ele mudar de lado e ir para o lado dos políticos "das elites". Conclui o e-mail desejando que o autor deste texto "caia no ostracismo para sempre".

Creio que ambos me dão a oportunidade de colocar em panos limpos, pelo menos aqui, a minha posição política sobre este tema. Sou a favor da reforma agrária, defensor dos direitos humanos e nunca defendi a violência, seja onde for, para a solução dos conflitos. Nas ocasiões em que a violência foi perpetrada, sempre cobrei publicamente a punição dos executores e dos mandantes.

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à CNBB (Confederação dos Bispos do Brasil), entre 1985 e 2008 foram assassinados no campo cerca de 1,5 mil pessoas. No Paraná, apenas durante o governo Jaime Lerner, foram cerca de 20.

Ainda segundo a CPT, em 2007 existiram 770 conflitos pela terra no país, com 28 assassinatos. No mesmo ano, foram libertados no Brasil 5.974 trabalhadores em situação análoga à escravidão. Sim, caro leitor ou leitora, quase seis mil pessoas viviam sob um regime de trabalho escravo imposto por fazendeiros.

A imprensa de uma maneira geral critica o MST, porém não escreve uma linha sobre os fazendeiros que invadiram as terras no Pontal do Paranapanema. São 400 mil hectares de terra pública invadida por fazendeiros, com sentenças judiciais já publicadas que determinam o despejo. O governo do Estado de São Paulo se nega a cumprir a sentença. Por que, nesse caso, o presidente do STF, Gilmar Mendes, não fica indignado e manda cumprir a lei?

No Brasil, temos hoje cerca de 105 ações de desapropriação paradas na justiça, a aguardar julgamento. Se fossem julgadas com rapidez, com certeza os conflitos no campo e o número de assassinatos seriam reduzidos. Por que Gilmar Mendes, defensor do Estado de Direito, e os fazendeiros da UDR não ficam indignados com a lentidão da Justiça nesses casos?

A violência histórica e a injustiça no campo, desde que o branco pisou neste continente, é que tem sido a gota d'água para muitos dos pobres sem-terra do país reagirem como reagem agora.

SEM-TERRA INVADEM SEDE DO INCRA EM BRASÍLIA – Folha de São Paulo – Brasil – 20/03/2009

Integrantes da Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil), entidade filiada à CUT, invadiram ontem a sede nacional do Incra, em Brasília. Segundo a Fetraf, 800 sem-terra do movimento participaram da ação. O Incra falou em 500. Os manifestantes cobram a desapropriação de terras e a liberação de

créditos para assentamentos, mas o Incra diz que não negociará enquanto não desocuparem o prédio.

STF: fazendeiros terão de deixar a Raposa – Carolina Brígido – O Globo – O País – 20/03/2009

Ministros também aprovam novas normas para orientar outras delimitações de reservas indígenas

BRASÍLIA. Por dez votos a um, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou ontem a demarcação contínua dos 1,7 milhão de hectares da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Ficou decidido que as terras serão de uso exclusivo dos índios e, por isso, os produtores de arroz serão obrigados a deixar o local. Os ministros aprovaram 19 regras para orientar novas demarcações de reservas indígenas e disciplinar o uso das terras pelos índios. Uma delas é a garantia a estados e municípios de participação dos grupos de estudo para fixar os limites físicos das reservas.

Até agora, governos e prefeituras atingidos pelas demarcações tinham o direito de se manifestar, mas não o poder para participar ativamente do processo.

Outra regra impede o aumento da extensão de reserva indígena já demarcada. O STF garantiu às Forças Armadas o direito de entrar em reservas para proteger o território nacional.

E proibiu os índios de explorar recursos hídricos e potenciais energéticos das reservas, a não ser com autorização do Congresso.

O relator do caso, ministro Carlos Ayres Britto, disse que telefonaria ainda ontem para o ministro da Justiça, Tarso Genro, e para o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, para viabilizar a retirada dos arroteiros. A PF e a Força Nacional de Segurança podem ser acionadas. Britto havia sugerido prazo de 15 dias para a saída dos produtores. Mas resolveu adiar a decisão para hoje.

— Se eles quiserem sair por conta própria, seria ótimo.

O advogado dos arroteiros sugeriu que o STF esperasse a colheita, em julho, mas Britto descartou a possibilidade: — Quem plantou nas terras sob litígio, debaixo de condições tão evidentes de retirada, o fez por sua conta e risco.

Após a sessão, os índios fizeram festa em frente ao STF.

STF confirma homologação da reserva Raposa Serra do Sol – Sítio Eletrônico do MST – 20/03/2009

Com um placar de 10 votos a favor e apenas um contrário, foi concluído hoje o longo julgamento do processo que questionava a demarcação da terra indígena Raposa

Serra do Sol. O julgamento iniciado em agosto de 2008 foi interrompido por duas vezes em consequência de pedidos de vista.

O Conselho Indigenista Missionário congratula-se com todos os povos indígenas do Brasil, em especial da terra indígena Raposa Serra do Sol, por mais uma vitória histórica no processo de consolidação dos direitos territoriais indígenas. O Cimi reconhece que tal êxito se deu pela luta incansável dos povos daquela terra, que por mais três décadas vêm lutando por seus direitos com o apoio de uma grande rede de aliados e simpatizantes da causa indígena. Para que finalmente a paz possa se reinstalar no meio das comunidades de Raposa Serra do Sol, o Cimi espera que a retirada dos invasores ocorra de forma imediata, conforme decidido unanimemente pelo STF.

Ao julgar improcedente a Petição nº. 3388, o STF, além de confirmar a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, nos limites e na forma determinada por atos do ministro da Justiça e do presidente da República, também consagrou o entendimento de que a demarcação de terras indígenas deve ser feita de forma contínua, que a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira não atenta contra a soberania do país e de que a demarcação de terras indígenas não compromete o desenvolvimento de qualquer unidade da federação.

Com o voto do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, foram adotadas várias condições, referentes ao uso da terra pelos indígenas, sobre o ingresso de não índios naquelas terras, sobre atividades de defesa das Forças Armadas em territórios indígenas, sobre participação de entes federativos nos procedimentos demarcatórios, dentre outros.

No entendimento do Cimi, o STF extrapolou o que foi pedido pelos autores da ação popular julgada, na medida em que estabeleceu uma normatização para todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas no país. Tal condição deve ser entendida num contexto de cerceamento de direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais, do campesinato e outras, em favor da expansão do interesse do capital privado no campo.

Diante disso, o Cimi alerta sobre os riscos que a restrição de direitos pode acarretar, como o acirramento de conflitos em razão da legítima defesa da posse da terra pelos povos e comunidades indígenas.

Manifesta sua compreensão quanto ao respeito à autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios; sobre seu legítimo direito de gestão, decisão e protagonismo nas matérias que lhes dizem respeito.

Por fim, reafirma seu compromisso e apoio ao fortalecimento da organização e da luta dos povos indígenas, na defesa de seus direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam, independente de quaisquer limitações temporais.

Brasília, 19 de março de 2009.

Cimi – Conselho Indigenista Missionário

Assentamentos do Incra lideram desmatamento – O Globo – Capa – 23/03/2009

Exigida por Lula — depois que o Incra rejeitou o título de maior desmatador da Amazônia num primeiro estudo, em 2008 — auditoria feita pelo Ibama comprovou que é mesmo nos assentamentos do órgão que cuida da reforma agrária que ocorrem as maiores derrubadas de florestas. O estudo revela que em Mato Grosso a destruição de florestas nativas em assentamentos é, na realidade, 18% maior do que o calculado antes. Em resposta, o Incra voltou a desqualificar o trabalho do Ibama, acusando-o de superficial.

Incra tem culpa maior em desmatamentos – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 23/03/2009

Auditoria pedida por Lula comprova que derrubada de florestas é maior em áreas de assentamentos no MT

BRASÍLIA. Em setembro último, quando o Ministério do Meio Ambiente divulgou a lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia, caiu como uma bomba a inclusão de seis assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Para acalmar ânimos acirrados, o presidente Lula pediu auditoria para checar se os dados estavam corretos, já que o Incra alegava existirem “erros crassos” no documento. O GLOBO teve acesso ao resultado da auditoria, que revela ser a situação ambiental dos assentamentos do Incra no Mato Grosso ainda mais grave: o desmatamento total nos assentamentos listados é 18% maior que o que apareceu nas autuações originais.

O Incra foi multado pelo desmatamento de 292.070 hectares em oito assentamentos. Mas o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), com imagens do satélite Prodes, descobriu que o desmatamento foi de 330.290 hectares da Floresta Amazônica, 57.890 hectares a mais que o calculado antes.

Acordo para recuperar áreas As multas impostas ao Incra chegaram a R\$ 265,5 milhões.

Segundo o Ibama, os assentamentos desmataram sem autorização de órgão ambiental, impediram a regeneração de floresta primária e não tinham licença ambiental. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, diz que foi feito acordo para que, no lugar de pagar em dinheiro, o Incra recupere áreas degradadas nos assentamentos e doe áreas destinadas à reforma agrária para unidades de conservação.

— A ideia é fazer, começando por esses assentamentos do Mato Grosso, planos de recuperação e doação de terras a unidades de conservação. É a primeira vez que implementamos a conversão de multa nessas duas áreas — disse Minc.

A auditoria diz que os 330.290 hectares desmatados representam 59% do total dos sete assentamentos autuados. Oito assentamentos do Incra constavam da lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia.

No entanto, o Lenita Noman, no município de Nova Bandeirantes (MT), ficou fora do levantamento do Ibama porque havia divergências sobre a exata localização e delimitação de sua área.

O Itanhangá-Tapurah, que aparecia na 43ª posição, saltou para o primeiro lugar após a auditoria porque a lista original tinha um erro: os 2.820 hectares desmatados eram, na verdade, o passivo ambiental herdado pelo Incra e que este deixou de recuperar, incorrendo aí em crime ambiental. Na realidade, o assentamento foi autuado em 2006 pelo desmatamento de 68.744 hectares. Técnicos do Ibama descobriram, via satélite, que o desmatamento foi ainda maior: 76.616 hectares, 72% da área do assentamento.

Desflorestamento cresceu a partir de 2002. O laudo também derruba um dos principais argumentos do presidente do Incra, Rolf Hackbart, à época, de que os desmatamentos eram antigos.

Apesar de os assentamentos terem sido criados na década de 90, o Ibama concluiu que 59% dos desmatamentos aconteceram depois de 2002.

O Boa Esperança I, II e III, por exemplo, teve 80% de seus 15.620 hectares desmatados entre 2002 e 2007.

“Através da análise da dinâmica do desmatamento ocorrido no interior dos assentamentos, foi observado que a supressão da vegetação nativa ocorreu após o ano de 2002 (59%). A dinâmica também indicou, para a soma total das áreas de assentamento, tendência no crescimento do desmatamento nos anos de 2002 e 2005, ocorrendo diminuição consecutiva nos anos 2006 e 2007”, diz o texto. A redução no ritmo do desmatamento nesses últimos anos deve-se ao esgotamento dos recursos florestais, sugere o Ibama.

O documento é claro em dizer que o Incra é responsável pelos crimes ambientais cometidos nos assentamentos, já que os assentados estão sob tutela do órgão até receberem os títulos das terras. Segundo o órgão ambiental, o Incra falhou em não comunicar os danos ao meio ambiente. O levantamento também identificou outros crimes, como desmatamento e ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Instituto volta a desqualificar estudo – O Globo – O País – 23/03/2009

Diretor do Incra diz que denúncia é superficial e cita 'ações criminosas' BRASÍLIA. O Incra, que criticara o primeiro levantamento, voltou a desqualificar os novos dados do Ibama. Para o diretor de Obtenção de Terras, Celso Lisboa de Lacerda, o trabalho é superficial.

A principal crítica é que o Ibama não teria verificado o que é desmatamento legal e o que é ilegal nos assentamentos.

Segundo ele, os problemas estão no Arco do Desmatamento, onde unidades de conservação sofrem com a ação de criminosos.

Lacerda cita os entornos de Marabá (PA), Santarém (PA) e o norte do Mato Grosso como áreas mais vulneráveis à ação do crime ambiental.

— Com certeza absoluta, houve desmatamentos legais, autorizados pelo Ibama e o órgão ambiental do estado. Não pode ter autuação numa coisa autorizada. A gente não vai conseguir achar nunca todas essas autorizações, até porque muitas pessoas que as receberam já não estão mais lá — reclamou.

— O Chico Mendes (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) tem de mostrar o desmatamento dele.

Outro problema, disse, é que na região os grileiros se apossam dos assentamentos e praticam irregularidades.

— Grileiros começam a tomar conta das terras para desmatar, explorar madeira ilegalmente e plantar pasto para criar gado — afirmou. Para Lacerda, o governo terá que decidir o que quer nessa região da Amazônia: expandir a fronteira agrícola ou preservar a floresta.

— Temos que retomar essas áreas e redistribuir para as pessoas da região que têm cultura preservacionista.

O Incra tem 2.530 assentamentos na Amazônia Legal, ocupando área de cerca de 59 milhões de hectares e abrigoando meio milhão de famílias. Do total, 314 assentamentos são projetos que levam a questão ambiental em conta. São cinco Projetos de Assentamento Florestal (PAF), 223 Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs) e 86 Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Lacerda diz que desde 2008 o Incra começou a monitorar o desmatamento nos assentamentos. (C.A.)

Abra lança manifesto contra MP 458 – Sítio Eletrônico do MST – 23/03/2009

Como tem feito em várias ocasiões ao longo de sua existência, inclusive nos difíceis tempos da ditadura militar, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) vem mais uma vez a público para denunciar a política agrária do governo federal.

O motivo da presente denúncia é a MP 458, assinada pelo presidente da república em 11 de fevereiro do presente ano e que trata da regularização de terras públicas na Amazônia Legal. São 67,4 milhões de hectares de terras arrecadadas e registradas em nome da União que serão entregues aos seus ocupantes

Os aspectos principais da MP 458 são os seguintes:

- Em seu artigo 2º, tenta igualar o grileiro ao posseiro. O posseiro tem pela Constituição Federal de 88 o direito à legitimação da posse, como informa o artigo 191. A grilagem é considerada crime;

- Admite a chamada ocupação indireta, praticada por intermediários e a exploração indireta, através de algum funcionário assalariado;

- Estabelece que somente poderão ser regularizadas posses até 15 módulos fiscais (1.500 hectares);

- Autoriza a União a licitar áreas excedentes às regularizáveis (15 módulos fiscais) até o limite de 2.500 hectares, dando preferência de compra aos seus ocupantes;
- Determina a arrecadação de terras de posses superiores a 2.500 hectares;
- Transfere para uma Diretoria criada no Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reforma Agrária - MDA, as atribuições atuais do INCRA no que se refere à titulação das posses.

A Medida Provisória 458 inscreve-se numa seqüência de normas relativas à situação fundiária da região amazônica:

- Artigo 118 da Lei nº 11.196/05 (a MP do Bem) que elevou para 500 hectares a área máxima para alienação das terras griladas;
- MP 422, emitida em março e aprovada em julho de 2008, que permitiu ao INCRA titular diretamente, sem licitação, propriedades na Amazônia Legal com até 15 módulos rurais ou 1.500 hectares.
- Instrução Normativa nº 49 do INCRA, de 28 de setembro de 2008 que dificultou em muito o processo de reconhecimento dos territórios quilombolas.
- MP 454 transferiu ao governo do Estado de Roraima Terras Públicas da União, antes destinadas a programas federais de Reforma Agrária, como uma compensação pela demarcação das terras indígenas da Reserva Raposa Serra do Sol.

O conteúdo dos dispositivos constantes das normas citadas indica a entrega da maior parte de 67,4 milhões de hectares de Terras Públicas a grileiros, autodenominados empresários rurais, que ocupam ilegalmente terras que, pela Constituição Federal, não podem ser objeto de usucapião.

Quanto aos demais aspectos destacam-se:

- O dispositivo que possibilita ao governo a arrecadação de terras superiores a 2,5 mil hectares é uma farsa que afronta a Nação.
- Conforme as pesquisas recentes na região, todas as terras públicas da Amazônia Legal já estão divididas em lotes inferiores a 2,5 mil hectares, normalmente 2499 hectares. Os pedidos de aquisição dessas terras já estão protocolados nas Superintendências do INCRA de Santarém, Marabá, Belém, Cuiabá, Porto Velho, Manaus e Rio Branco. Como não se pode comprar terra pública acima de 2.500 hectares, uma parte das terras será adquirida por interpostas pessoas.
- O aparato de instrumentos colocados à disposição do INCRA (ou de qualquer outro órgão público responsável pela efetivação da política) não tem condições mínimas para enfrentar as forças econômicas e políticas que acompanham o avanço do agronegócio.
- A MP 458, nada mais é do que um enorme empreendimento imobiliário a favor de grileiros contraventores — e outros interesses do capital — que se apropriaram do patrimônio público e contra as populações com legítimo direito às terras públicas arrecadadas pela União: posseiros, quilombolas, povos indígenas e outros sem terra. Dizer o contrário é desprezar as evidências de mais de trinta anos de pesquisas, encomendadas e pagas pelo próprio governo, para a avaliação de intervenções públicas supostamente voltadas às populações pobres e/ou vítimas do processo da expansão do capital no campo.

- A justificativa dada pelo governo para editar a Medida Provisória 458 é o benefício que a lei proporcionará aos pequenos posseiros estabelecidos na Amazônia Legal. Mas o motivo real dessa seqüência de normas está ligado evidentemente à opção feita pelo governo Lula a favor do desenvolvimento agrícola caracterizado pela implantação de enormes fazendas de gado, de soja, de cana de açúcar e de outros plantios — com óbvios impactos negativos sobre o meio ambiente. Elas evidenciam que o governo abandonou definitivamente a reforma agrária e adotou o modelo de desenvolvimento onde prevalecem os interesses dos capitais nacionais e internacionais consorciados no agronegócio. No entender dos atuais formuladores das políticas agrícolas e fundiárias do governo, prioritariamente, a região amazônica está destinada a transformar-se em uma grande exportadora de commodities e minérios. Será um território do capital, não do seu povo. Não é a primeira vez, na história da questão agrária brasileira que os governos tentam enganar a população rural com mentiras e ilusionismos: nos governos da ditadura militar, a Reforma Agrária não ocorreu e foi transformada em ações de colonização; nos dois governos de FHC o mesmo aconteceu e criou-se a reforma agrária de mercado; o governo Lula ficará conhecido como aquele que no lugar da Reforma Agrária prometida instituiu a política agrária imobiliária — a reforma agrária imobiliária.

CONCLAMAÇÃO

A cidadania brasileira não pode aceitar esse escárnio. A Medida 458 precisa ser sumariamente revogada. A Reforma Agrária, preceito constitucional e programa de desenvolvimento sócio-econômico para geração de trabalho, emprego e renda, não pode ser abandonada.

A Abra conclama as entidades da sociedade civil e os parlamentares comprometidos com o bem comum do povo brasileiro a unirem suas forças para barrar esse atentado à soberania nacional!

São Paulo / Instituto de Estudos Avançados IEA-USP, 13 de março de 2009

Prorrogação das dívidas termina na próxima terça – Sítio Eletrônico da Contag – 24/03/2009

24/03/2009 Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que ainda não procuraram as agências bancárias para acertar as dívidas do Pronaf devem se apressar. Termina na próxima terça-feira (31) o prazo para quem fez o financiamento para o custeio e investimento por meio dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) ou do Centro-Oeste (FCO).

Segundo o gerente executivo de agronegócio do Banco do Brasil, Reinaldo Yokoyama, a desinformação é um das maiores inimigas do produtor. "Eu desconfio que nós tenhamos produtores que assinaram a correspondência dizendo que eles têm a intenção de regularizar a sua dívida, mas só isso não é suficiente. Eles precisam vir ao banco para formalizar isso."

O diretor de financiamento e proteção a produção da secretaria de agricultura familiar, João Luiz Guadanin, afirma que o prazo não será prorrogado. "A oportunidade é agora. Precisamos zerar esta conta porque muito dificilmente daremos uma nova oportunidade .”

Os agricultores que regularizarem a situação poderão tomar novos créditos para dar continuidade ao trabalho no estabelecimento familiar. Já os que não acertarem as contas, poderão ficar impedidos de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos. **Fonte:** Danielle Santos, agência Contag de notícias

O faroeste amazônico – Rodrigo Martins - Sitio Eletrônico do MST – 24/03/2009

Após décadas de devastação, o Estado brasileiro finalmente assumiu a responsabilidade de reordenar o caos fundiário na Amazônia e colocar um freio às ocupações ilegais de terras públicas na região. Mas o remédio proposto pelo governo Lula está longe de ter formado um consenso entre ambientalistas, produtores rurais e parlamentares dos mais variados matizes, inclusive na bancada governista. Encaminhada para a Câmara dos Deputados, em 11 de fevereiro, a Medida Provisória 458, destinada à promoção de uma ampla regularização fundiária nos estados que abrigam a floresta, recebeu 249 propostas de emenda em menos de um mês.

A proposta prevê a doação de terrenos de até um módulo fiscal (no máximo 100 hectares) aos pequenos posseiros e a regularização de lotes com até 1,5 mil hectares por meio da venda direta aos ocupantes. O excedente, entre 1,5 mil e 2,5 mil hectares, também pode ser legalizado, mediante compra em licitação pública. Acima desse montante, a venda só pode ser concluída com o aval do Congresso, como reza a Constituição de 1988. Com isso, o governo espera identificar os posseiros e grileiros de uma extensão superior a 67,4 milhões de hectares de terras da União na Amazônia, equivalente às áreas, somadas, da França e de Portugal.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a regularização fundiária é indispensável para o governo assumir, de fato, as rédeas da região e frear o desmatamento. O bioma amazônico encolheu 17% nos últimos 30 anos. “Há dois importantes instrumentos de controle que o ministério conseguiu incluir na proposta. Um deles é a obrigação imposta aos futuros proprietários de não desmatar uma área superior aos 20% permitidos pela legislação ambiental, sob pena de perder a posse da terra. O outro é o de obrigá-los a recuperar o passivo ambiental, caso os ocupantes já tenham derrubado parte da reserva legal do lote”, comenta. “Além disso, conheceremos quem ocupa a área e ele poderá ser responsabilizado criminalmente por eventuais crimes ambientais. Sem a regularização, isso é quase impossível, porque as terras pertencem, na realidade, ao patrimônio da União.”

A decisão de incluir a regularização de lotes maiores desagradou até mesmo aos antigos aliados do governo Lula, como a senadora Marina Silva (PT-AC), ministra do Meio Ambiente entre 2003 e maio de 2008. Em pronunciamento no Senado, uma semana após a entrega da MP 458 ao Congresso, ela condenou o fato de o benefício da medida ser

estendido aos lotes com mais de quatro módulos fiscais (até 400 hectares). “A MP regulariza ocupações de áreas até quinze módulos fiscais, superior ao que tem sido considerado historicamente como demanda legítima e socialmente justa. Pior, ela facilita a venda de terras com área superior a quinze módulos ao estabelecer direito de preferência nas licitações.”

Até 2004, a legislação brasileira admitia a regularização com dispensa de licitação de áreas com menos de 100 hectares. Com a aprovação da chamada “MP do Bem”, em 2005, as propriedades de até 500 hectares passaram a ter os mesmos benefícios. Dois anos depois, o governo federal aprovou outra medida provisória, redigida à imagem e semelhança de um projeto de lei anterior, de autoria do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), tornando ainda mais flexível a legislação. Desde então, lotes com até 1,5 mil hectares passaram a ficar dispensados do processo de licitação pública, no qual o candidato à compra que oferece o maior valor leva o terreno. À época, Marina votou contra a proposta, que batizou de “MP da Grilagem”.

Para o advogado Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira para a Reforma Agrária e militante do PSOL, a nova medida provisória redigida pelo governo deve “legitimar a histórica grilagem de terras na Amazônia”, além de não atender às determinações da Constituição Federal. “As terras públicas devem ser empregadas prioritariamente no reconhecimento dos territórios indígenas e dos assentamentos para a reforma agrária. Em vez disso, o governo está privilegiando quem ocupou a Amazônia ilegalmente, quem está há anos destruindo a floresta.” A história da grilagem de terras públicas no Brasil remonta ao século XIX. Começou logo após a promulgação da Lei de Terras de 1850, que proibiu a posse de áreas devolutas (sem registro de propriedade em cartório), considerando-as patrimônio do Império. A Constituição Republicana de 1891 transferiu aos estados as terras públicas devolutas. Sob controle da União, restaram apenas as faixas de fronteira e da Marinha. No entanto, nem o governo federal nem os estados discriminaram ou deram destinação à maior parte dos terrenos.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP), estima-se que, em todo o País, a área ocupada por terras públicas devolutas seja superior a 172 milhões de hectares, um quinto do território nacional. São áreas cercadas por posseiros e grileiros, mas que não existem formalmente. O governo muitas vezes não sabe sequer quem se apropriou delas, legal ou ilegalmente. Hoje, na Amazônia, há mais de 96 milhões de hectares de terras devolutas, nos cálculos do geógrafo. A MP 458 não deve interferir diretamente na situação dessas áreas. Isto porque elas ainda aguardam as iniciativas estaduais de reconhecê-las e discriminá-las, embora o ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, assegure haver um acordo com os governadores para que as ocupações nessas áreas também possam ser legalizadas. “O posseiro não sabe se ocupou uma área da União ou do estado. Quando nos procurar para pedir a posse da terra, se identificarmos que a área é devoluta e pertence ao estado, vamos encaminhá-lo às autoridades competentes para que ele possa se regularizar”, explica. “O processo será orientado pela demanda.”

Certo é que a medida terá efeito nos 67,4 milhões de hectares declarados como patrimônio da União e que não foram destinados para nenhuma finalidade até agora. Essa área foi incorporada pelo governo federal em abril de 1971, quando o ditador Emílio Garrastazu Médici assinou o Decreto-Lei nº 1.164, transferindo à União o domínio de uma faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado das rodovias federais da Amazônia Legal. A área equivalia a cerca de 105 milhões de hectares, mas parte do montante já foi doada ou vendida pelo governo, principalmente nos projetos de colonização e desenvolvimento econômico local patrocinados pela ditadura. Foi justamente nessas terras próximas às rodovias que a grilagem se concentrou, até pela facilidade de transportar madeira ou de escoar a produção das atividades agropecuárias. “Na primeira metade do século XX, os invasores cercavam a área e obtinham títulos falsos em cartórios, corrompendo funcionários públicos ou trapaceando com documentos envelhecidos com a ajuda dos grilos”, comenta Umbelino. “Mas o procedimento de grilagem foi se sofisticando ao longo dos anos. Os grileiros passaram a utilizar a estratégia de tentar regularizar as terras por meio de ‘laranjas’, via falsas procurações”, explica Umbelino.

As procurações eram utilizadas para pedir a “compra” da área, negociação que raramente avançava na burocracia estatal. O máximo que se podia adquirir legalmente e sem consulta ao Parlamento, entre 1946 e 1967, era uma extensão de 10 mil hectares. Depois, essa área foi reduzida, entre 1967 e 1988, para 3 mil hectares. Após a Constituição de 1988, passou a 2,5 mil hectares. Enquanto o governo não apresentava uma definição sobre a venda da terra, os invasores se instalavam, derrubando parte da mata na tentativa de legitimar a ocupação.

Muitas empresas e fazendeiros ergueram verdadeiros latifúndios na floresta amazônica por controlar a terra reivindicada por dezenas de posseiros, na prática “laranjas” que só figuravam no papel. “O mapa fundiário de vários municípios da Amazônia Legal revela como as demarcações eram fictícias, quase sempre em quadrados ou retângulos perfeitos. Em Barra do Garças (MT), por exemplo, uma empresa de colonização controlava mais de 40 lotes de posseiros fictícios”, afirma Umbelino, ao mostrar um mapa com a distribuição das terras na região.

A denúncia desse expediente levou à introdução, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, de um artigo que prevê a revisão, por uma comissão do Congresso, de “todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a 3 mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987”. Mas até hoje ela nunca foi feita.

Mesmo com a limitação imposta pelos constituintes, de reduzir a área que o governo federal pode vender sem aprovação do Congresso, a prática não deixou de acontecer. E o fenômeno propiciou o avanço das fronteiras agrícolas pela floresta amazônica. Hoje, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006, um quinto do rebanho bovino brasileiro encontra-se na Região Norte, onde predomina o bioma amazônico. No meio da floresta, também há plantações de soja, embora a produção de grãos seja considerada residual, em comparação com a produção no Centro-Oeste, no qual o Cerrado oferece melhores condições de plantio. Ambas as atividades costumam estar

associadas à extração ilegal da madeira, que abre terreno para a formação de pastos e lavouras. Historicamente, a elevação dos preços dessas commodities no mercado internacional costuma vir associada a um ritmo mais agressivo de desmatamento da floresta, uma tendência que só começou a ser revertida a partir de meados de 2008. Dados de monitoramento por satélite divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelam que o desmatamento na Amazônia Legal caiu 70% entre novembro de 2008 e janeiro deste ano, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Segundo o ministro Minc, a queda na devastação se deve à intensificação da fiscalização nos 36 municípios mais devastados e à resolução do Banco Central que vetou crédito a desmatadores.

De acordo com o engenheiro florestal Paulo Barreto, mestre em Ciências Florestais pela Universidade de Yale (Estados Unidos) e pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o próprio Estado brasileiro contribuiu, durante muito tempo, para a ocupação ilegal de terras públicas por conceder aos posseiros os Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), um documento emitido pelo Inca a quem se candidatava a comprar a área ocupada ilegalmente. “Com o respaldo desse documento precário, o portador conseguia obter crédito nos bancos e aprovar planos de manejo para derrubar árvores e extrair madeira legalmente”, comenta. Em dezembro de 2004, um desses esquemas de corrupção foi denunciado e ganhou grande projeção no noticiário nacional. À época, a Operação Faroeste, da Polícia Federal, desmantelou quadrilhas especializadas em grilagem e prendeu oito servidores do Inca no Pará, inclusive o então superintendente do órgão. O escândalo motivou o instituto a publicar a Portaria nº 10, suspendendo a emissão de novos CCIRs, que acabavam servindo como título de propriedade de áreas griladas.

Barreto, do Imazon, considera inevitável uma regularização fundiária na região, mas critica as facilidades dadas pelo governo para a regularização das ocupações ilegais. “Não acho justo o governo doar terras de até 100 hectares, dar descontos no preço dos imóveis de 100 a 400 hectares e facilitar o pagamento dos imóveis rurais num prazo de vinte anos. Os beneficiários ocuparam ilegalmente as terras públicas por anos, lucraram com a extração da madeira e com as atividades agropecuárias e nunca ressarciram a União por isso”, comenta.

Na avaliação de Cassel, a lei só traz benefícios aos pequenos posseiros. “Quase 90% das ocupações ilegais na Amazônia correspondem a lotes inferiores a 400 hectares. Em diversos momentos da história, o governo federal atraiu trabalhadores para a Amazônia, do ciclo da borracha aos programas de colonização. Hoje, 6,7 milhões de habitantes vivem nas zonas rurais da Amazônia Legal, e não podemos simplesmente expulsá-los e ignorar os graves conflitos fundiários”, afirma o ministro do Desenvolvimento Agrário. “Quem ocupa áreas maiores pagará o valor de mercado das terras. Acima de 1,5 mil hectares, só poderá comprar por meio de licitação. Também é injustificável o temor de que a regularização promova uma corrida por novas ocupações ilegais. A lei é clara ao dizer que somente poderão ser legalizadas as áreas ocupadas e reivindicadas antes de dezembro de 2004.”

Apesar de quase 90% dos lotes ocupados terem menos de 400 hectares, como afirma o ministro, um levantamento feito pela Associação dos Servidores do Inca revela

que eles ocupam apenas 19% da extensão ocupada ilegalmente. Entre as propriedades médias (de 400 a 1,5 mil hectares), os imóveis correspondem a 10% do total e 18% da área. Acima de 1,5 mil hectares, os lotes somam apenas 6% do total, mas abrangem uma área de 63%. Os dados foram divulgados com base no Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra, um retrato da situação fundiária em outubro de 2003. “Esses percentuais não devem ter se alterado muito porque revelam um processo de décadas. E eles mostram claramente que os maiores beneficiados serão os grandes grileiros”, diz Umbelino, da USP. De acordo com Minc, ainda que a regularização beneficie antigos desmatadores e grileiros, ela é fundamental para reverter o quadro de devastação na Amazônia. “A verdade é que não existe política ambiental viável em nenhum lugar marcado pelo caos fundiário e pela ilegalidade”, avalia Minc. “Hoje, por exemplo, temos uma linha de crédito de 1 bilhão de reais, com carência de pagamento de um ano e juros abaixo de 4,2% ao ano, para os proprietários rurais recuperarem as áreas de reserva legal destruídas, mas o governo não pode conceder esse crédito a quem não é o proprietário legal da terra.”

O físico José Goldemberg, ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo no governo Alckmin, concorda com a avaliação. “Há dez anos, a cobertura vegetal da Mata Atlântica, em São Paulo correspondia a 13% do território original, e hoje está em 14%. Investimos maciçamente nos projetos de regularização fundiária em áreas densamente povoadas, como Cubatão, e conseguimos reverter o desmatamento”, comenta. “É fundamental aliar a regularização fundiária a estímulos para o reflorestamento das áreas degradadas.”

A desconfiança entre os parlamentares da bancada verde é grande. “A medida provisória foi lançada de maneira precipitada. Apenas dois estados, Rondônia e Acre, concluíram os estudos do zoneamento ecológico-econômico da floresta. E é este documento que revela as áreas estratégicas para a criação de novas unidades de conservação, terras indígenas e áreas de segurança do Exército”, afirma o deputado maranhense José Sarney Filho, líder da bancada do PV na Câmara. “Além disso, temos motivos para desconfiar que, com a legalização dessas terras, elas possam servir como um instrumento para a ‘lavagem’ da madeira extraída ilegalmente de outras áreas da floresta.”

Diante de tantos obstáculos e questionamentos, o deputado Asdrúbal Mendes (PMDB-PA), relator da MP 458 na Câmara, acha difícil a aprovação da proposta no prazo inicial de 60 dias. “Provavelmente, teremos de pedir prorrogação para organizar e avaliar todas as propostas de emenda.” Ainda que a redação final do texto seja extremamente cautelosa na fixação de regras, um fantasma assombra muitos ambientalistas: a possibilidade de o caos fundiário voltar a grassar pela floresta caso a administração federal seja omissa em relação a novas ocupações ilegais. Atualmente, segundo Minc, apenas 500 funcionários do Ibama e do Instituto Chico Mendes fiscalizam os mais de 500 milhões de hectares da Amazônia Legal.

“Está muito aquém do necessário, mas estamos preparando um concurso para contratar outros mil funcionários nos dois órgãos”, anuncia o ministro. “O edital deve ser publicado no fim de abril. Também recebi a promessa do presidente Lula de poder contratar

mais 2 mil fiscais nos próximos anos. A Polícia Federal também abrirá um concurso para novos agentes atuarem na Amazônia. O anúncio deve sair ainda no primeiro semestre.”

Até lá, a MP da regularização fundiária pode ter sido votada no Congresso. A redação final do texto é que ainda parece ser uma incógnita, diante da absoluta falta de consenso sobre o tema.

Arrozeiros terão de deixar Raposa até 30 de abril – Carolina Brígido – O Globo – O País – 26/03/2009

Ayres Britto determina que governo faça a colheita do produto e depois decida destino do alimento

BRASÍLIA. O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu prazo até o dia 30 de abril para os produtores de arroz instalados na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, deixarem o local. Na semana passada, a Corte decidiu em julgamento que a reserva é de uso exclusivo dos índios e, portanto, os arrozeiros deveriam se retirar imediatamente. Ontem, Ayres Britto, relator da causa, ponderou que o gado e o maquinário que estão na reserva não podem ser removidos da noite para o dia.

— A decisão do Supremo é irreversível, não há como temporizar.

Mas admitimos que os ocupantes precisam de um tempo para remover o gado e o maquinário. É absolutamente impensável que alguém fique na área depois do dia 30 de abril — disse Ayres Britto.

— A expectativa do governo é que a desocupação seja voluntária.

O que se quer é evitar o uso da força. Mas estaremos preparados para isso, se for preciso — avisou o advogado-geral da União, José Antonio Toffoli.

A decisão de estabelecer o prazo foi tomada após reunião com o ministro da Justiça, Tarso Genro, o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, o advogado-geral da União, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, e representantes do Ministério Público Federal.

Durante o julgamento, que teve decisão favorável aos índios, a defesa dos produtores chegou a sugerir a permanência do grupo na reserva pelo menos até julho, quando o arroz plantado recentemente poderá ser colhido. A reivindicação foi negada.

Comissão fará vistoria para avaliar danos e benfeitorias Ayres Britto determinou que o governo faça a colheita e depois decida o destino do alimento. Nos próximos dias, uma comissão de representantes do governo federal fará uma vistoria na Raposa Serra do Sol para avaliar eventuais danos provocados pelos produtores durante o período de ocupação das terras, além de benfeitorias. O arroz plantado poderá ser motivo de indenização financeira. Caso sejam comprovados danos ambientais — como informa um relatório do Ibama —, os produtores estarão sujeitos a notificações e multas.

— Se as partes não concordarem com a avaliação do governo, terão de ir à Justiça Federal em Roraima para questionar os valores — esclareceu Meguerian, responsável por conduzir a retirada dos produtores.

Até o fim do prazo para a desocupação da reserva por parte de nãoindígenas, a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança permanecerão no local para garantir a ordem. O Ministério da Justiça elaborou um plano detalhado de desocupação e deverá determinar um local para os produtores serem reinstalados.

Menos burocracia e custo ambiental – Gustavo Paul – O Globo – Economia – 26/03/2009

Medidas facilitam regularização fundiária e reduzem custos com cartório

BRASÍLIA. Além dos subsídios e do aumento de financiamentos, o pacote habitacional contém medidas voltadas à melhoria da questão fundiária e à redução de custos com cartório e entraves ambientais. No lançamento do plano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória (MP) criando o marco legal para a regularização fundiária em áreas urbanas, que permitirá o uso de terras da União para construção das moradias, o que, ressaltou, ajudará a baratear seu custo.

A MP determina que cabe ao poder público implementar a infraestrutura básica, demarcar as áreas ocupadas e conceder título de legitimação de posse aos ocupantes. Também poderá fazer a regularização fundiária com associações de moradores e os beneficiários. O texto também determina os procedimentos para usucapião.

No próximo dia 15, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) aprovará regras para agilizar o licenciamento ambiental.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, governos federal, estaduais e municipais terão à disposição o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), em áreas até cem hectares. O prazo máximo para expedição da licença será de 30 dias.

Já nos cartórios, quem tem renda até três salários mínimos não terá custos cartoriais. Entre três e seis salários mínimos, a redução será de 90% e, até dez salários mínimos, de 80%.

Os empresários também serão beneficiados. As tabelas estaduais terão redução de 75% (imóvel até R\$ 130 mil) a 90% (até R\$ 60 mil).

Arrozeiros têm prazo até 30 de abril para deixar reserva – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2009

Data foi definida após reunião do STF com integrantes do governo federal e da PF

Plantação na Raposa ficará a cargo da União; rizicultores poderão pedir, se provarem que agiram de "boa-fé", indenização pela colheita

Os não índios presentes na terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, deverão sair da área até o dia 30 de abril, sob o risco de serem retirados à força pela Polícia Federal e pela Força Nacional de Segurança. Os arrozeiros não poderão colher o que já está plantado, mas receberão, se ficar comprovado que agiram de "boa-fé", indenização pela colheita perdida.

A definição da data da retirada ocorreu depois de uma reunião ontem no gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto -com a participação do ministro Tarso Genro (Justiça), do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, do presidente do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, Jirair Meguerian, e do diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa - para definir como executar a decisão do STF sobre a Raposa.

A Corte confirmou na semana passada a demarcação contínua da área, o que implica a saída dos não índios da região. "A desocupação já começou. Admitimos, porém, que os ocupantes atuais da área precisam de um tempo para remover equipamentos e desocupar o gado", disse Britto, que definiu o prazo de retirada.

Ficou acertado que o governo federal será o responsável por custear toda a logística de retirada, o que inclui desde panelas para as refeições, barracas, veículos e motoristas. Ainda não há custo estimado.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) ficará responsável por encontrar no Estado um local para levar gado e pertences dos arrozeiros. O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), que pediu que os produtores só deixem a área após colher o arroz, disse que vai cooperar. Ele colocou as forças policiais do Estado à disposição do governo federal.

Britto decidiu que o arroz já plantado ficará sob a responsabilidade do governo federal. A colheita tem início em maio.

A PF e a Força Nacional de Segurança vão começar na semana que vem a visitar as propriedades de não índios. Mais de 300 homens devem ir para a região no próximo mês. Sobre as indenizações pelo prejuízo da colheita, Toffoli disse que o governo deverá analisar individualmente a situação dos produtores. A questão, polêmica, deve acabar sendo resolvida nos tribunais, porque os rizicultores reivindicam R\$ 80 milhões de indenização por todas as benfeitorias -a Funai disponibilizou R\$ 12 milhões. (FELIPE SELIGMAN E LUCAS FERRAZ)

Cassel e presidente do STF discutem agilização de processos fundiários – Sítio eletrônico do MDA – 26/03/2009

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, se reuniu com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, na noite desta quinta-feira (26) para discutir a criação de mecanismos mais céleres de decisão de processos ligados à questão fundiária.

“Quando se trata de desapropriação, especialmente, o que interessa ao Judiciário, ao Inca e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é a solução rápida para que processos muito extensos, sem julgamentos, não se transformem em fontes de conflito agrário”, ressaltou Cassel. O ministro informou que, atualmente, entre 25 mil e 30 mil famílias aguardam decisão de processos parados em alguma instância judicial.

De acordo com o ministro, o presidente do STF se demonstrou sensível ao pedido e a orientação é que o MDA passe a trabalhar junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para criar mecanismos mais ágeis de solução de conflitos agrários. A reunião de trabalho ainda será agendada. “Uma boa iniciativa seria dar precedência aos processos de desapropriação”, avalia Cassel.

Convênio

Durante o encontro, o ministro Cassel frisou que todos os convênios do MDA e do Inca com entidades da sociedade civil seguem rigorosamente a legislação e passam por auditoria ou da Controladoria-Geral da União (CGU) ou do Tribunal de Contas da União (TCU). “Se houver algum caso de irregularidade, temos que saber qual caso é. A irregularidade não acontece sobre o abstrato. Temos disponibilidade de fornecer informação para esclarecer qualquer dúvida”, afirmou.

Arrozeiros devem deixar reserva até o fim de abril – Juliano Basile - Valor Econômico – Brasil – 26/03/2009

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela manutenção da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, o grande desafio é como cumpri-la. Ontem, o relator do processo no STF, ministro Carlos Ayres Britto, o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, e o ministro da Justiça, Tarso Genro, se reuniram e definiram uma posição conjunta. Eles vão esperar pela saída dos arrozeiros e demais produtores rurais da região até o fim de abril. Caso haja resistência, a Força Nacional de Segurança será convocada para fazer a desocupação.

"Acredito que vão cumprir a decisão, porque são brasileiros e respeitam as decisões do Estado", afirmou Genro. "Eles fizeram uma resistência que passou dos limites legais, mas na oportunidade ainda não tinha ocorrido a decisão."

Os produtores de arroz querem ser indenizados por benfeitorias feitas nas terras. O STF não definiu a questão das indenizações, apesar de alguns ministros, como Celso de Mello, terem se manifestado contrariamente ao pagamento de qualquer quantia a quem ocupou área indígena. Com isso, eles aguardam definição da Justiça, onde os pedidos de indenização serão julgados caso a caso.

Se os arroteiros não deixarem as terras, Britto vai fixar as condições para a ação da Força Nacional e da PF na região. "A decisão do Supremo é definitiva, não há como contemporizar. Admitimos, porém, que os ocupantes atuais da área precisam de um tempo para remover equipamentos e retirar gado. São milhares de cabeça", completou, advertindo que o prazo não pode ultrapassar o fim de abril. "É um tempo mais que suficiente."

Preço da terra volta a subir no país – Valor Econômico – Agronegócios – 26/03/2009

Os preços das terras voltaram a registrar valorização nominal no país no início de 2009, segundo levantamento realizado pela AgraFNP divulgado ontem. Segundo a consultoria, no bimestre janeiro-fevereiro o valor médio do hectare alcançou R\$ 4.373, ante os R\$ 4.330 apurados no último bimestre de 2009, quando houve retração em relação aos dois meses imediatamente anteriores.

Em comunicado, Jacqueline Bierhals, analista do mercado de terras da AgraFNP, afirmou que o resultado surpreendeu, tendo em vista os reflexos do aprofundamento da crise financeira global, sobretudo o estrangulamento do crédito. Conforme sua análise, verificou-se a retomada do interesse de compradores de terras para grãos e cana-de-açúcar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

"Apesar da situação das principais economias mundiais ainda ser muito delicada, no Brasil a valorização do dólar trouxe melhores perspectivas de rentabilidade aos produtores, colocando-os de novo em condições de investirem em terras, ainda que essas condições sejam pontuais e muito mais frágeis que as dos grandes investidores internacionais", diz Jacqueline no comunicado.

Ainda assim, vale realçar que, em termos reais, descontando-se a inflação do intervalo, o preço médio praticado em janeiro-fevereiro foi 1,7% mais baixo. Nos últimos 36 meses, mostra a AgraFNP, a valorização nominal acumulada das terras chega a 42,7%, enquanto o ganho real, descontada a inflação, é de 6,5% ao ano.

Preço da terra volta a subir no país Valor econômico – Agronegócios – 26/03/2009

Os preços das terras voltaram a registrar valorização nominal no país no início de 2009, segundo levantamento realizado pela AgraFNP divulgado ontem. Segundo a consultoria, no bimestre janeiro-fevereiro o valor médio do hectare alcançou R\$ 4.373, ante os R\$ 4.330 apurados no último bimestre de 2009, quando houve retração em relação aos dois meses imediatamente anteriores.

Em comunicado, Jacqueline Bierhals, analista do mercado de terras da AgraFNP, afirmou que o resultado surpreendeu, tendo em vista os reflexos do aprofundamento da crise financeira global, sobretudo o estrangulamento do crédito. Conforme sua análise, verificou-se a retomada do interesse de compradores de terras para grãos e cana-de-açúcar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

"Apesar da situação das principais economias mundiais ainda ser muito delicada, no Brasil a valorização do dólar trouxe melhores perspectivas de rentabilidade aos produtores, colocando-os de novo em condições de investirem em terras, ainda que essas condições sejam pontuais e muito mais frágeis que as dos grandes investidores internacionais", diz Jacqueline no comunicado.

Ainda assim, vale realçar que, em termos reais, descontando-se a inflação do intervalo, o preço médio praticado em janeiro-fevereiro foi 1,7% mais baixo. Nos últimos 36 meses, mostra a AgraFNP, a valorização nominal acumulada das terras chega a 42,7%, enquanto o ganho real, descontada a inflação, é de 6,5% ao ano.

MST fecha Ponte da Amizade por 'justiça energética e reforma agrária' – O Globo – O País – 27/03/2009

Movimentos sociais de Brasil e Paraguai pedem revisão do tratado de Itaipu

CURITIBA. Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fecharam ontem, por duas horas, a Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, em Foz do Iguaçu. De acordo com os manifestantes, o objetivo do protesto foi lutar "pela soberania energética e pela reforma agrária".

O protesto contou com apoio do Conselho Nacional de Organizações Populares, do Movimento dos Sem Teto do Paraguai e da Frente Social Popular, que aproveitou a manifestação para pedir revisão do tratado de Itaipu.

— Com essa crise no mundo inteiro, a saída é a justiça no uso da energia e a reforma agrária — alegou o integrante do MST, Nildemar da Silva.

O bloqueio da ponte começou às 10h e terminou por volta do meio-dia. No lado brasileiro, formou-se um congestionamento, o que obrigou a Polícia Rodoviária Federal a desviar os carros. O trânsito fluía normalmente no início da tarde. Não houve relatos de incidentes.

Nildemar da Silva afirmou que o Paraguai está vivendo um momento oportuno para que seja feita a reforma agrária, e disse que isso pode ser viabilizado com o apoio dos membros do MST lado brasileiro.

MST multiplica entidades para não perder repasses – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2009

Desde que Lula assumiu, 43 ONGs que têm alguma ligação com o movimento sem terra já receberam R\$ 152 milhões

Instituto criado em 2006, depois que braços jurídicos do MST se tornaram alvo de investigações por supostos desvios, já lidera captação

Sem placa na porta, uma sala no centro comercial de Brasília abriga, desde 2006, a discreta sede do Itac (Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo). Criado após os principais braços jurídicos do MST tornarem-se alvo de investigações por desvio de recursos, o instituto conquistou, no ano seguinte, a liderança na captação de verbas federais entre entidades que prestam serviços a sem-terra e assentados, ao receber mais de R\$ 4 milhões.

Ao lado de outras 42 entidades que receberam dinheiro em parcerias com o governo, o Itac é comandado por pessoas vinculadas ao movimento dos sem-terra. Seus dirigentes -Paulo Ueti e Gustavo Moura- aparecem como representantes oficiais do MST no "Diário Oficial" da União. O rastreamento dos vínculos, feito pela ONG Contas Abertas e pela **Folha**, mostra que o repasse de verbas a entidades ligadas ao movimento desde 2003 se aproxima dos R\$ 152 milhões.

O valor é mais de três vezes maior que os números conhecidos até aqui das transferências feitas a quatro entidades associadas aos sem-terra -e dos quais o TCU (Tribunal de Contas da União) busca reaver R\$ 22 milhões supostamente desviados em uma década.

Aos 25 anos, o MST nunca existiu juridicamente, não tem registro na Receita, não pode fazer convênios com a União nem receber verbas diretamente. Por participar de

invasões de terras e prédios, também estaria impedido de receber dinheiro do contribuinte. Diferentemente do que afirmou o governo após as recentes invasões e as críticas por descumprimento da lei lançadas pelo presidente do Supremo, Gilmar Mendes, os repasses continuam ocorrendo. Eles beneficiam entidades menos visadas, como a Cepatec, prima-irmã da Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), que teve os bens bloqueados. Na soma dos dois últimos anos, os repasses já ultrapassam aqueles feitos nos dois primeiros anos de mandato de Lula (2003-2004): foram R\$ 42 milhões para 34 entidades contra R\$ 37 milhões para 26.

No período do governo Lula, 2005 registrou o maior volume de pagamentos ao grupo de entidades ligadas ao movimento, justamente o ano da CPI da Terra e de investigações no TCU apontarem o relacionamento. Em menos de dois meses e meio, pagamentos feitos em 2009 a entidades cujos dirigentes mantêm vínculos com o MST somavam, até o último dia 13, R\$ 6,5 milhões, segundo o Siafi (sistema de acompanhamento de gastos da União).

"Essas são entidades privadas cujos responsáveis pelos convênios têm relação direta com o MST, os repasses podem ser ainda maiores e é preciso investigar se os recursos foram aplicados de forma legítima", avalia o economista Gil Castelo Branco, do Contas Abertas. Dos 925 convênios firmados por órgãos da União com 43 ONGs com vínculos com o MST, 114 estão inadimplentes.

Nos últimos anos, a Anca, o mais conhecido braço do MST, ao lado da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária), perdeu espaço na captação de verbas públicas. Em 2007, o lugar foi assumido pelo Itac. Desde o ano passado, a liderança é ocupada pela Cotrasc (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina), quinta colocada no ranking dos repasses no período do governo Lula. À sua frente, em terceiro lugar, destaca-se a Copetec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos do Rio Grande do Sul). Por meio de um único convênio, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pagou R\$ 8,3 milhões por "alternativas viável [sic] para a solução de problemas básicos da sociedade brasileira", segundo justificativa lançada no Siafi.

Álvaro Dellatorre, responsável pela Copetec, diz que o dinheiro só foi repassado mediante a prestação de contas de serviços de assistência técnica e apoio na execução de linhas de crédito do governo aos assentados, além de laudos de vistoria encomendados pelo Incra. "É que misturam, falam que é repasse para o MST porque a entidade é ligada ao movimento, mas são coisas diferentes", afirmou Dellatorre.

Transferência

Logo depois de a Anca perder terreno na captação de recursos, a responsável legal por parte

de seus convênios, Gislei Siqueira Knierim, foi transferida para a Cepatec (Centro de Formação e Pesquisa), listada entre as dez entidades que mais receberam verbas federais no governo Lula: R\$ 5,8 milhões.

Com sede em São Paulo, a entidade usou termos agora considerados inadequados pelo governo para justificar o convênio com o Incra, que bancou reuniões e distribuição de cartilhas para assentados: "Apesar do compromisso do governo brasileiro com a questão, há setores da sociedade, sobretudo o latifúndio, que não veem os ganhos coletivos da reforma, senão suas próprias perdas, engajadas em maquinações políticas e jurídicas para barrar a luta dos trabalhadores".

Localizada pela **Folha** no escritório do MST em Brasília, Gislei preferiu se calar sobre a atividade da entidade. "Eu já fui procuradora [da Cepatec], mas não sou mais", disse. Ela teve o nome mencionado no relatório final da CPI da Terra por ter supostamente desviado R\$ 19,5 mil de um dos convênios assinados com a União, quando era representante da Anca. Há três semanas, a entidade teve os bens bloqueados.

Ministro diz que bloquear verba seria autoritarismo – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2009

Cassel afirma que não discrimina entidades ligadas ao MST, que não se manifestou

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirmou que não discrimina entidades comandadas por lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no repasse de verbas federais. "Seria autoritarismo bloquear os convênios porque alguns diretores são vinculados a determinado movimento, partido ou religião", disse ao ser apresentado à lista de entidades cujos diretores mantêm vínculos com os sem-terra.

"Contratar o serviço de entidades ligadas ao movimento não significa financiar a ocupação de terras", reagiu o ministro. Ele disse considerar "inaceitável", no entanto, que o Estado financie invasões. Confrontado com algumas justificativas registradas oficialmente para o repasse de verbas mais ligadas à atividade política dos assentados, Cassel reagiu: "É um absurdo, uma bobagem, não deveria ter passado".

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, considerou "inadequadas" as justificativas registradas no Siafi que mencionam entre as bandeiras políticas dos sem-terra a luta dos trabalhadores contra o latifúndio.

Procurado, o MST optou por não se manifestar sobre o conteúdo da reportagem. Hackbart relevou o fato de dirigentes de entidades beneficiadas com recursos públicos manterem vínculos com o MST. "Tanto faz se as pessoas que dirigem essas entidades sejam de partido A, B ou C, de movimento A, B ou C, preto ou branco, homem ou mulher", afirmou. O Inbra é responsável pela terça parte dos convênios cujos responsáveis estão vinculados ao movimento.

Medida provisória editada em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso, proibiu o repasse de recursos públicos a entidade que "direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar incentivar, incitar, induzir ou participar" de invasão de terras ou bens públicos.

Já o Ministério da Saúde, que fez convênio com o Itac, dirigido por representantes legais do MST em conselho da pasta, afirmou que não estabelece convênios com pessoas físicas, eventuais militantes do movimento, mas com entidades.

Gustavo de Moura, diretor financeiro do Itac, disse que "apenas" prestou uma "colaboração, como intelectual e amigo" ao MST ao aceitar figurar como representante do movimento em comissão do Ministério da Saúde.

Hackbart alega que o Estado não tem como executar, sem o apoio de convênios com entidades, as políticas públicas destinadas a mais de 8.000 assentamentos da reforma agrária, que reúnem mais de 1 milhão de famílias em 80 milhões de hectares de terras: "O importante é que o convênio atinja o objetivo e que o recurso seja corretamente aplicado". A maior parte dos responsáveis por entidades que recebem verbas do governo insistiu em desvincular a atividade das ONGs da militância do MST.

"O dinheiro que vem para a associação não tem nada a ver com o movimento social. As verbas para o movimento vêm da igreja, do sindicato, da prefeitura", diz Luciano de Lima, da Associação dos Produtores Agroecológicos de Vitória.

Até quando a desrazão agrária? – Zander Navarro – Folha de São Paulo – Opinião – 30/03/2009

O IRRACIONALISMO que tem conduzido a reforma agrária no Brasil causa espanto. É tamanha a insensatez que lembra a frase de Mario Benedetti, que alertou: "Cuando el infierno son los otros, el paraíso no es uno mismo". Mas a atual administração não é paradisíaca e praticamente repete a anterior, e alguns desencontros são antigos. Uma diferença marcante tem sido a sistemática interdição do debate nos anos mais recentes, utilizando-se, inclusive, do mecanismo de cooptação de pesquisadores por meio de consultorias, calando-os pela cumplicidade.

Antes tão loquazes, renderam-se ao reino do silêncio obsequioso. Parece que o governo comanda o consenso, somente quebrado quando organizações e grupos partidários, todos beneficiários do loteamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encenam o jogo das "pressões". Mas estas se destinam, meramente, a enganar o distinto público e, como resultado, obter mais poder e recursos.

Trata-se de uma pantomina inacreditável que, futuramente, será esclarecida e, por certo, nos envergonhará. Há diversos ângulos, não sendo aqui possível apontar todos. Alguns são de crua obviedade. Por exemplo: reformas agrárias foram típicas dos anos 50 e 60, quando as sofridas condições da vida rural e a existência de governos autoritários justificaram tais esforços. Com raras exceções, os resultados foram desalentadores. Posteriormente, com as ondas democratizantes e a intensa urbanização em todo o mundo, essa política desapareceu da agenda -o Brasil é, de fato, o único país que ainda a realiza.

A crise alimentar não produzirá o ressurgimento da reforma agrária, e sim o desenvolvimento de uma agricultura mais tecnificada, sem que a redistribuição da terra retorne à pauta, por óbvia falta de demanda social. No Brasil, sua execução é uma comédia, pois não enfrentamos os impasses reais e preferimos a omissão, em meio a fantasias religiosas e pedestres ideologias. Ou atijando "lutas sociais" que só justificam a existência de algumas centenas de militantes que outra coisa não sabem fazer.

São inúmeros os aspectos problemáticos. O mais grave é que os que defendem a política atual fingem que não existiu a modernização da agricultura brasileira e a formação de um importante setor agrícola, que não cresce apenas aumentando a área plantada, como no passado dos latifúndios, mas é movido pela lógica capitalista do aumento da produtividade e da formação de lucro. Como reflete o Brasil pré-modernização, a legislação sobre a reforma agrária caducou e, como consequência, foi se tornando impossível o instrumento da desapropriação, porque sumiram os imóveis rurais enquadráveis nos critérios legais.

Qual é o resultado? Nos anos mais recentes, a ação governamental ficou encurralada em duas frentes. Aplicar a lei e desapropriar imóveis, mas quase exclusivamente no Norte, majoritariamente no Pará. Ali são graves as implicações ambientais, embora totalmente ignoradas, porque a meta só é difundir os grandes números, sempre acrescidos da observação mágica: "Assentamos mais do que FHC". A outra frente, nas demais regiões, restringe-se a comprar as propriedades à venda, mesmo que pagando caro, pois, nesse caso, o objetivo é apenas aplacar as pressões locais.

Nenhuma estratégia e inteligibilidade lógica, tudo ao acaso e ecoando a impressionante mediocridade de duas gestões de um ministério pilhado por militantes profissionais. Como o debate inexistente, restam a propaganda, a manipulação e a tibieza, pois

ninguém tem coragem de enfrentar os absurdos reinantes. Quem irá modificar esse quadro? Ninguém. Já estamos com a campanha presidencial em marcha e seria tolice mexer no vespeiro. Aguardemos o próximo governo, seja qual for. Mas é urgente mudar a ação governamental, eliminando o esquizofrênico hibridismo institucional de dois ministérios para a mesma atividade econômica, extinguindo o Incra, cujo histórico é deplorável, e criando um único ministério para reformular radicalmente a política do setor.

Uma reforma agrária regionalizada, especialmente no Nordeste, talvez ainda faça sentido, mas a agricultura demanda, em nossos dias, sobretudo mais tecnologia e melhor manejo dos recursos naturais. Quem sabe, isso feito, o Brasil finalmente acordará e, fruto da ciência, não de ideologias, concretizará uma de suas maiores potencialidades, sem paralelo no mundo, tornando-se o maior provedor sustentável de alimentos da humanidade.

ZANDER NAVARRO, 57, é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador visitante do Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento da Universidade de Sussex (Inglaterra).

Polícia prende 12 do MST por porte ilegal de armas – Folha de São Paulo – Brasil – 31/03/2009

Doze trabalhadores ligados ao MST foram presos no final de semana em Eldorado do Carajás (PA), depois de terem sido flagrados carregando armas sem documentação, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

José Batista, integrante da CPT e advogado do MST, disse que os homens estavam acampados em fazenda da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, e estavam armados como precaução, caso houvesse confronto. A Secretaria da Segurança Pública disse que os homens, que continuam presos, são suspeitos de praticarem assaltos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

